



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Artes

Camila do Socorro Aranha dos Reis

Território da perda:

Memórias inundadas e fotografia na Amazônia pós Belo Monte

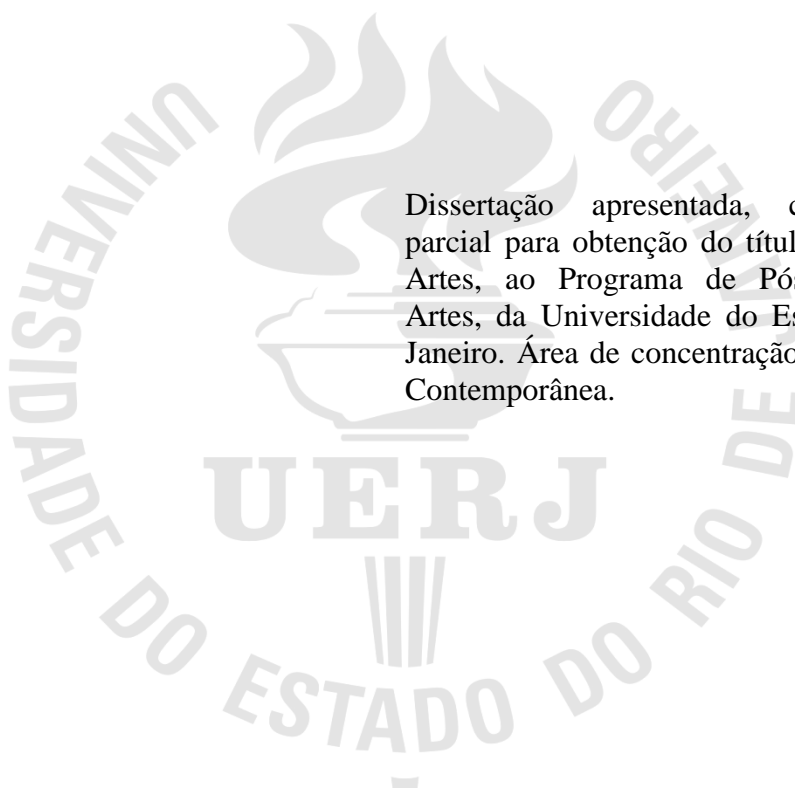
Rio de Janeiro

2016

Camila do Socorro Aranha dos Reis

Território da perda:

Memórias inundadas e fotografia na Amazônia pós Belo Monte



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Artes, ao Programa de Pós-graduação em Artes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Arte e Cultura Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Isabela Nascimento Frade

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEHB

R375 Reis, Camila do Socorro Aranha dos.
Território da perda : memórias inundadas e fotografia na
Amazônia pós Belo Monte / Camila do Socorro Aranha dos Reis. –
2016.
148 f. : il.

Orientadora: Isabela Nascimento Frade.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Artes.

1. Fotografia – Aspectos sociais – Pará – Teses. 2. Memória
coletiva – Teses. 3. Representações sociais – Teses. 4. Usina
Hidrelétrica de Belo Monte – Teses. 5. Estética – Teses. I. Frade,
Isabela Nascimento. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Artes. III. Título.

CDU 77(811.5): 316.454.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Camila do Socorro Aranha dos Reis

Território da perda: memórias inundadas e fotografia na Amazônia pós Belo Monte

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Artes, ao Programa de Pós-graduação em Artes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Arte e Cultura Contemporânea.

Aprovada em 15 de setembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Isabela Nascimento Frade (Orientadora)
Instituto de Artes – UERJ

Prof. Dr. Ricardo Gomes Lima
Instituto de Artes – UERJ

Prof. Dr. Sergio Luiz Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Para Élio Alves e Antônia Melo

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, Regiane, pelo apoio incondicional e amor. Faz alguns anos que ela é minha mãe e pai. À minha irmã, Silvia Carolina, por ensinar a ser uma pessoa melhor. Agradeço sempre aos dois pais que tive nessa vida, *in memoriam*: ao meu pai Mauricio, pelo sangue que deu para que nós crescêssemos na melhor condição possível e por ter deixado tantas boas lembranças que não cabem no coração; também ao meu pai de coração, Leo, primeiramente por ter sido um magnífico contador de histórias e com isso ter me instigado a paixão pela escuta e pela leitura. Aos meus pais sou imensamente grata pelos ensinamentos que me guiaram até aqui e que guiarão sempre adiante.

Ao meu companheiro Saulo, pelo amor, carinho, paciência e companheirismo nesses últimos dois anos de estudos intensos. Também aos meus amigos que tornaram o Rio de Janeiro mais bonito e mais interessante, em especial agradeço ao Daniel Lopes, Dimitria Leão, Luana Lobato, Ícaro Gaya, José Sena e Núbia Vieira. E não menos importante, à minha grande amiga, Luana Beatriz, por ter estado presente na vida esse tempo todo mesmo com as distâncias.

À minha orientadora querida, Isabela Frade, primeiramente por ter aceitado orientar o projeto que desencadeou neste trabalho, em segundo, pelas discussões e orientações que contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa.

Ao seu Élio Alves, por ter instigado muitos mergulhos no rio Xingu. Ele foi uma pessoa extremamente importante para o desenvolvimento desta investigação, sem o qual esse texto não faria o menor sentido. Agradeço-o imensamente por ter me acompanhado nas imersões em campo e por ter contribuído diretamente para as primeiras motivações deste trabalho. Também à dona Antônia Melo, pela força e vigor na luta pela defesa dos rios da Amazônia. À Maria Elena, Daniela Silva e Amanda Bentes pelo acolhimento em Altamira. Ao Xingu Vivo para Sempre! Agradeço a todas as famílias que me receberam e que doaram um pouco de seu tempo para conversar comigo, compartilhar suas histórias, memórias e por revelar a intimidade de seus álbuns de família.

Ao rio Xingu por me mostrar o quanto a natureza é incrivelmente bela e o quanto o homem pode ser detestavelmente feio.

À Capes pelo financiamento desta pesquisa.

O rio é meu professor
A canoa, minha escola
Meu remo é o meu lápis,
com ele escrevi as minhas histórias

Élio Alves da Silva

RESUMO

REIS, Camila do Socorro Aranha dos. *Território da perda: memórias inundadas e fotografia na Amazônia pós Belo Monte*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Contemporânea) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta pesquisa propõe um estudo sobre memória, fotografia e estética na Amazônia oriental. Tem-se como lócus de investigação o estudo de caso da agrovila Santo Antônio, uma das primeiras comunidades a ser removida por causa dos impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no sudoeste do Estado do Pará. Esta comunidade estava localizada entre a beira da rodovia Transamazônica e as margens do rio Xingu, onde moravam cerca de sessenta famílias. Nesta investigação recomponho os fragmentos da história do outro na Amazônia, que apresento como *cartografias do deslocamento* – percursos investigativos tecidos por mim na região – são desenhos, retratos, fotografias, frames de vídeos e pontos de referência que constituem o mapa-processo de pesquisa. Ao cartografar sobre esse espaço, me deparo com distintas naturezas da imagem, fotográficas e imagéticas, as quais foram definidas como *imagens de resistência*, por persistirem na memória, aqui conceituadas como *memórias inundadas*, e também por contribuir direta e indiretamente para a resistência social de algumas famílias, uma vez que ao relembrar o passado negam a realidade imposta. Portanto, esta pesquisa se desenvolveu por meio da incessante busca pela memória de antigos moradores da vila e, em alguns casos, também pelas fotografias de álbuns de família que retratavam partes da vida dessas pessoas na localidade em questão.

Palavras-chave: Memória. Fotografia. Cartografias. Estética. UHE Belo Monte.

ABSTRACT

REIS, Camila do Socorro Aranha dos. *Territory of Loss: memories and photography in the Amazon after Belo Monte*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Contemporânea) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This research proposes a study about memory, photography and aesthetic in eastern Amazon. The locus of this investigation is the Santo Antonio farming community in the south-west of the state of Pará/ Brazil, one of the first communities to be removed in reason of the social environment impact of Belo Monte hydroelectric plan. The community was situated at the border of the Transamazonica highway and the Xingu river, where used to live around sixty families. In this investigation I recompose the fragments of the stories from other in Amazon, what I present as “cartographies of the displacement” – routes of investigations woven by myself in the region – compose by draws, portraits, photographs, video frames and reference points which compose my process-map. When mapping this space, I run into the distinct types of images, photographic and imagetic, which were defined as resistance images, as they persist in memory, regarded here as flooded memories, and also by contribute directly and indirectly for the social resistance of some families, once reminding the past they deny the present. Therefore, this research by means of incessant search for the memories of old village residents and, in some cases, also by the photographs in the family albums that portrayed parts their lives in the locality in question.

Keywords: Memory. Photography. Cartographies. Aesthetics. Hydroelectric Plant Belo Monte.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Municípios afetados pela UHE Belo Monte	14
Imagem 2 –	Mapa da Vila	16
Imagem 3 –	Cartaz de chamada para o Encontro Xingu+23	17
Imagem 4 –	Volta Grande do Xingu, 2015	24
Imagem 5 –	Robert Frank in America	34
Imagem 6 –	Claudia Andujar, <i>Yanomami</i>	36
Imagem 7 –	Sebastião Salgado, Fazenda Giacometti, Paraná, 1996	44
Imagem 8 –	Ilha Murici, Volta Grande do Xingu	45
Imagem 9 –	Revista Manchete, 11 de março de 1989	47
Imagem 10 –	O Lago do Esquecimento	51
Imagem 11 –	Livro impresso “O Lago do Esquecimento”	53
Imagem 12 –	Travessão Santana, Anapu, 2016	55
Imagem 13 –	Ruínas de Santo Antônio #1: Barracão do seu Cachimbo	59
Imagem 14 –	Percursos de viagem, Transamazônica e Volta Grande do Xingu	61
Imagem 15 –	Barramento do rio Tocantis – UHE Tucuruí	62
Imagem 16 –	Reservatório intermediário em construção/ UHE Belo Monte	64
Imagem 17 –	Reservatório intermediário ainda não ativado/ UHE Belo Monte	64
Imagem 18 –	Cartografia do deslocamento #1	65
Imagem 19 –	Rodovia Transamazônica, Paula Sampaio, 1994	66
Imagem 20 –	Rodovia Transamazônica	67
Imagem 21 –	Antigo cais, ruínas de Santo Antônio #2	69
Imagem 22 –	Ruc Laranjeira	71
Imagem 23 –	Protesto na rodovia Transamazônica, 2011	74
Imagem 24 –	Vila Santo Antônio, 2011	76
Imagem 25 –	Cartografia do deslocamento #2	79

Imagem 26 –	Caderno de campo	82
Imagem 27 –	Ponto de espera do pau de arara para o travessão do Anapu	83
Imagem 28 –	Dona Salviana e seu Beto	85
Imagem 29 –	Álbum de família #1, D. Salviana e seus cacaus	87
Imagem 30 –	Álbum de família #2	89
Imagem 31 –	Álbum de família #3	89
Imagem 32 –	Travessão da 12, km 40 (oeste) – Brasil Novo	92
Imagem 33 –	Dona Antônia mostrando o pé de maçã no seu quintal	94
Imagem 34 –	Roseira da varanda da dona Antônia	95
Imagem 35 –	Convite de participação do Encontro de Comunidades do Xingu	97
Imagem 36 –	Casa da dona Antônia	99
Imagem 37 –	Antônia e seus álbuns de família	100
Imagem 38 –	Dona Antônia no quintal na agrovila Santo Antônio	101
Imagem 39 –	Retrato de comemoração de aniversário	103
Imagem 40 –	Ruínas de Santo Antônio #3	106
Imagem 41 –	Ruínas de Santo Antônio #4	107
Imagem 42 –	Ruínas de Santo Antônio #5	109
Imagem 43 –	A última aventura, Hotel abandonado em Rurópolis (PA)	110
Imagem 44 –	A última aventura, Fordlândia III, 2011	113
Imagem 45 –	Ruínas de Santo Antônio #6	115
Imagem 46 –	Élio no lago da agrovila Vale Piauiense	116
Imagem 47 –	Agrovila Vale Piauiense	118
Imagem 48 –	Lago da agrovila Piauiense	121
Imagem 49 –	Mural de fotografias do seu Élio	124
Imagem 50 –	À direita, seu Amadeu; à esquerda, agrovila D’Vinci	126
Imagem 51 –	Ruínas de Santo Antônio #7	130
Imagem 52 –	Três castanheiras ao redor da Transamazônica	132
Imagem 53 –	Poesia de Élio	134

SUMÁRIO

	AGROVILA SANTO ANTÔNIO, UM ESTUDO DE CASO	12
1	IMAGENS EM SÉRIES: A FOTOGRAFIA, O LUGAR E A PERDA ..	25
1.1	A fotografia social na era das imagens	28
1.1.1	<u>O fazer ver</u>	32
1.2	O lugar dito: uma paisagem	37
1.3	Território da perda: imagens de resistência	44
1.3.1	<u>Um lago de muitos esquecimentos</u>	49
2	CARTOGRAFIAS DO DESLOCAMENTO: NARRATIVAS VISUAIS	56
2.1	Das escrituras: palavras, gestos e mapas	56
2.2	Primeiros deslocamentos	61
2.2.1	<u>Primeiros encontros</u>	68
2.2.2	<u>Casa de morada</u>	72
2.3	Fluxos do ir e vir: deslocamentos	77
2.4	Em busca de vestígios fotográficos	81
2.4.1	<u>Dona Salviana e seu Beto</u>	83
2.4.2	<u>Dona Antônia</u>	91
3	AS RUÍNAS DE SANTO ANTÔNIO	107
3.1	As reminiscências do lugar	107
3.2	Outras histórias	115
3.2.1	<u>O primeiro morador da Transamazônica</u>	125
3.3	O não-cartografável	130
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	142

AGROVILA SANTO ANTÔNIO, UM ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa propôs um estudo sobre a memória de famílias removidas de uma comunidade atingida diretamente pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no sudoeste do Estado do Pará. Como lócus da pesquisa tem-se o estudo de caso da extinta agrovila Santo Antônio, localizada entre as margens da rodovia Transamazônica¹ e do rio Xingu, lugar que foi um dos primeiros a ser atingido pelos impactos socioambientais da Usina. A desapropriação da vila resultou nas reconstruções simbólicas sobre o lugar vivido e no deslocamento compulsório – processo em que sessenta de famílias foram forçadas a viver após a saída da agrovila.

Ao cartografar sobre esse espaço, me deparo com distintas naturezas da imagem, definidas ao longo das reflexões como *imagens de resistência*, por resistirem ao tempo por meio da memória e também por, em alguns casos, contribuir para a resistência social de quem recorda o passado e nega o presente. A essas imagens associo tanto as imagens presentes na memória, aqui tratadas por *memórias inundadas*, que rememoram as paisagens perdidas, quanto às fotografias de álbuns de família que serão apresentadas mais adiante. O estudo aborda a fotografia e a memória de pessoas que viveram o processo de perda do espaço sócio afetivo.

A vila Santo Antônio, como é mais conhecida, assemelha-se a outros tantos casos de ocupação na Amazônia, onde ocorre “mais um dos encontros de grandes rios” com “os novos marcos” que “viriam a resultar do encontro dos rios com as estradas e das primeiras rodovias com as rodovias seguintes, rasgando a terra e submetendo o homem” (PINTO, 2012, p. 25). Esses encontros reconfiguraram o território amazônico, compreendido enquanto processo de apropriação que se dá tanto no âmbito da ocupação do espaço físico quanto nas construções simbólicas do viver.

A ocupação da vila data o encontro do rio Xingu com a rodovia Transamazônica na década de 1970, momento marcado pela forte imigração para região. Muitas famílias de imigrantes viveram nesta comunidade até o ano de 2012 – na relutância apenas um morador viveu na vila até o início de 2013. Foi através desse espaço que esta pesquisa encontrou o seu tema de estudo: as memórias dessas famílias e as fotografias antigas da vila presentes em

¹ A Transamazônica faz parte do projeto geopolítico de integração nacional executado durante o Regime militar, na década de 1970. Terceira maior rodovia do Brasil, com 4.223 quilômetros de comprimento, ligando Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, cortando sete Estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

álbuns de famílias, uma vez que a imagem fotográfica se constitui enquanto meio para provocar indagações em torno da memória individual e coletiva. Tanto a memória quanto a fotografia possibilitaram a rememoração de paisagens que foram destruídas por causa da instalação da hidrelétrica.

A UHE Belo Monte foi construída entre os anos de 2011 a 2016, em um dos principais rios da Amazônia, o rio Xingu, que nasce ao leste do Estado do Mato Grosso e desagua na Ilha de Gurupá, no Pará. O Xingu é afluente na margem direita do rio Amazonas e tem 1.979 quilômetros de extensão, o que compõe 450 km² de bacia hidrográfica². A usina foi projetada para ser instalada em uma queda de 96 metros chamada Volta Grande do Xingu, onde a bacia hidrográfica quadruplica de largura e forma ilhas e cachoeiras, sendo por isso considerada região de alto potencial hidrelétrico.

A área de abrangência da usina de Belo Monte abarca, segundo estudos realizados pela Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) entre as décadas de 1970 e 1980, as cidades de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Esses dados também foram divulgados no Plano Básico Ambiental divulgado por consórcio Belo Monte (FAINGUELERNT, 2016). Essa região é composta por floresta de terra firme e de várzea que abriga cerca de 300 mil pessoas, interligadas entre si pelo rio Xingu e seus afluentes, e também conectada por terra pela rodovia Transamazônica. A cidade de Altamira é o maior centro urbano da localidade.

Com a interrupção do fluxo do rio Xingu, houve a redução da vazão de água após o barramento do rio na Volta Grande do Xingu. Além disto, também houve a interrupção do fluxo de navegação fluvial, que afetou outros trechos de rios menores como o rio Bacajá, que era o único acesso de muitas comunidades ribeirinhas e indígenas do entorno, prejudicando o ir e vir dessas pessoas. A parte superior ao barramento foi alagada, inundando muitas ilhas. Ambas as situações, tanto de alagamento quanto de seca do rio já resulta no desaparecimento da maioria dos peixes³, pois as ilhas com seus furos⁴ e lagos eram verdadeiros criatórios de peixes, principal alimento de subsistência de muitas famílias.

² Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>>. Acessado Set. 2015.

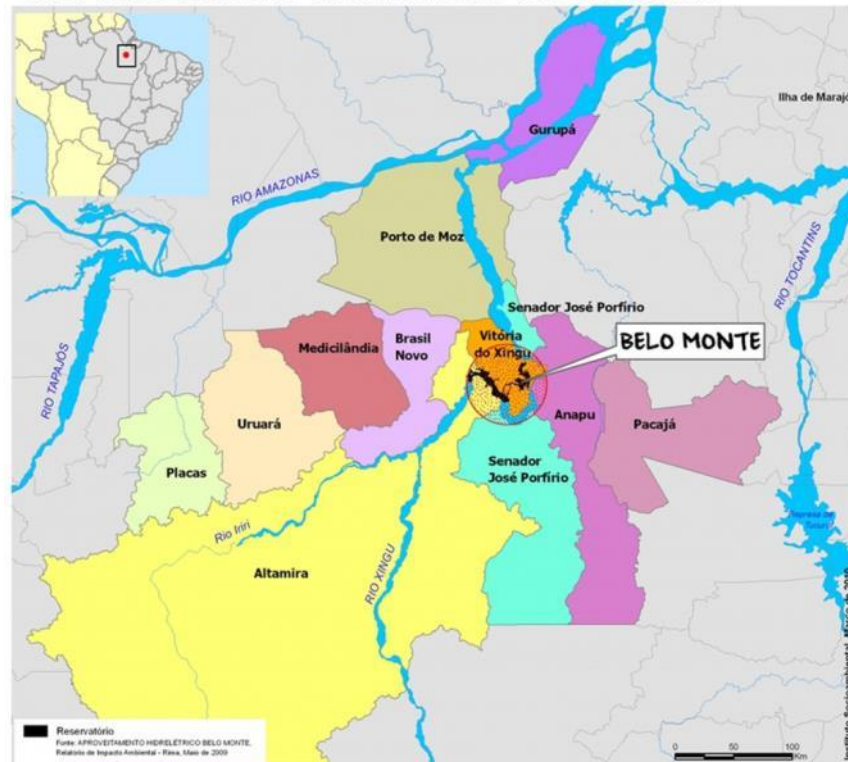
³ Para mais informações, ler a reportagem “*Belo Monte é multada em R\$ 8 milhões por morte de peixes*”, publicada em fevereiro de 2016 pelo jornal Estadão versão online. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,belo-monte-e-multada-em-r-8-milhoes-por-morte-de-peixes,10000017337>>. Acessado em Ago. 2016.

⁴ Furo é um termo muito comum na região amazônica, utilizado para indicar vias navegáveis entre as árvores e que conectam rios. No caso das ilhas na Volta Grande, os furos e lagos existentes entre ou dentro delas, são criatórios dos principais peixes da região.

As ilhas inundadas formaram um imenso lago de água parada para servir de reservatório de água da usina. A inundação do rio Xingu, que antes era sazonal, hoje   constante. Os igarapés Altamira e Amb , que cortam a cidade de Altamira e a zona rural da cidade de Vitória do Xingu, também foram bruscamente afetados⁵. Em extensão, o lago artificial de Belo Montem tem mais de 500 km². Na  rea de abrangência da hidrelétrica, o que não foi alagado, foi desmatado pelas obras de infraestrutura. Desde 2013, com o bloqueio do rio, o acesso ao outro lado depende do sistema de transposi o de embarca es feito por uma empresa privada, contratada pela Norte Energia S/A⁶ (Nesa), chamada Consórcio Construtor Belo Monte⁷ (CCBM).

Imagem 1 – Municípios afetados pela UHE Belo Monte

UHE BELO MONTE: MUNIC RIOS NO ENTORNO



Fonte: Instituto Socioambiental⁸.

⁵ Até o término desta pesquisa, as obras de instala o da UHE foram concluídas, a usina inaugurada em 2016, mas ainda não se encontrava em pleno funcionamento. Portanto, este cenário permanece em constantes mudanças.

⁶ A Nesa   “composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras” que ganhou o polêmico leilão de concessão para a constru o da UHE Belo Monte. Para mais informa es, consultar <<http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/norte-energia-s-a/>>. Acessado em Ago. 2016.

⁷ A empresa CCBM   uma empresa privada responsável pela constru o de Belo Monte, composta pelas principais construtoras do Brasil, dentre essas, estão Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, OAS e outras construtoras com participa es menores (BRUM, 2014).

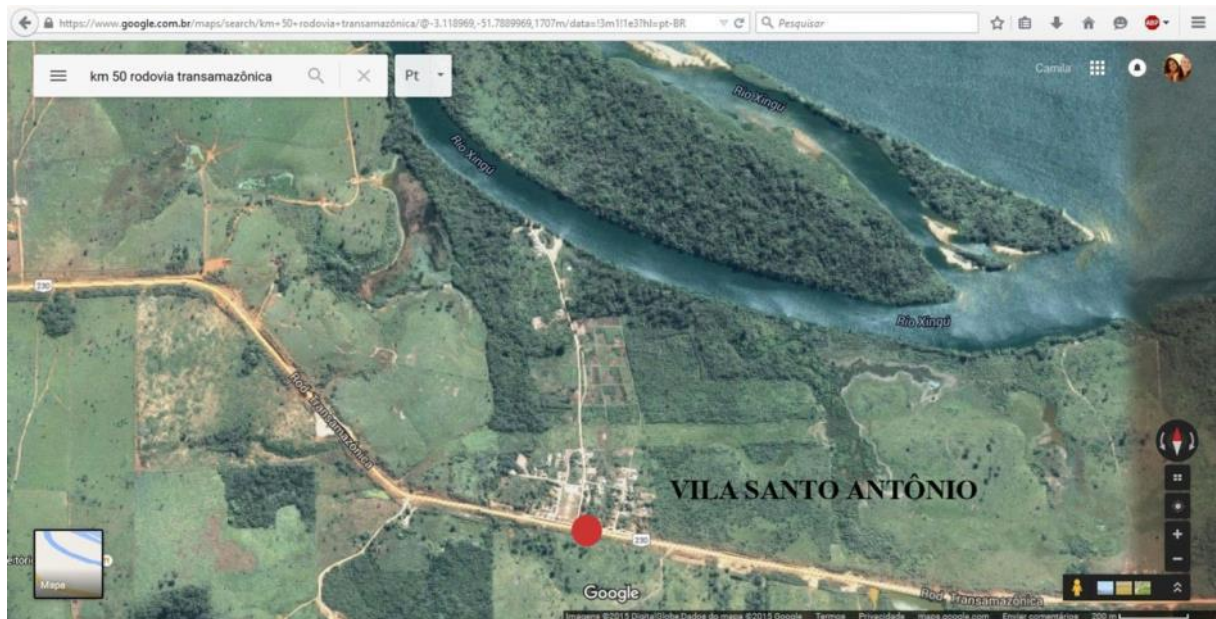
⁸ Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>>. Acessado em Ago. 2015.

Grande parte das populações atingidas foi remanejada para casas escolhidas pelas próprias famílias nos municípios do entorno (conforme Imagem 1), outra parte foi remanejada para os Reassentamentos Coletivos Urbanos (Rucs) construídos pelo CCBM. As principais reclamações das casas construídas nos Rucs são duas: uma é o infortúnio de serem todas de três quartos, o que não abriga as famílias grande, com muitos filhos (inclusive netos, noras e/ou genros), tipicamente comum na região; outra problemática é que as casas não foram construídas de alvenaria, mas montadas com uma técnica da construção civil chamada “casa pré-moldada” em que não se utiliza tijolo, o que impossibilita mudanças posteriores em sua estrutura (TUBINO, 2015).

Dentre os atingidos, pode-se afirmar que as populações ribeirinhas, que dependiam diretamente do rio para subsistência, foram as mais impactadas, pois as indenizações irrisórias e a mudança para locais distantes do rio afetaram socialmente todos os modos de vida. De acordo com o geógrafo e pesquisador sobre a Amazônia, Maurício Torres, o deslocamento do lugar social dos ribeirinhos, referindo-se à comunidade Montanha e Mangabal no rio Tapajós, “equacionam expropriação, desterritorialização, trânsito social, erosão da memória social e crise de identidade” (TORRES, 2014, p. 243). Assim, o pesquisador explica que “com a expulsão das terras onde desenvolviam um modo de vida camponês, eles são compelidos à condição de trabalhadores assalariados. Abre-se a eles a perspectiva da proletarianização e da perda da autonomia” (TORRES, 2014, p. 243).

A extinta vila Santo Antônio faz parte do município de Vitória do Xingu e abrigava cerca de sessenta famílias, conforme mencionado. Foi totalmente destruída para dar espaço às obras de escavação dos canais de reservatório de água da Usina. O caso da vila chamou atenção pelo rápido processo de degradação pelo o qual passou desde 2011 até o seu completo fim. Tive a oportunidade de saber um pouco sobre vila em 2011, na primeira vez que fui a cidade de Altamira, depois conheci de fato em 2012, durante o último festejo de Santo Antônio. Já em 2013, antiga vila havia sido transformada em estacionamento do canteiro de obras de Belo Monte.

Imagem 2 – Mapa da Vila



Fonte: Google Maps, 2015.

Em 2011, fui para a região para participar do Seminário Mundial contra Belo Monte. Neste encontro, ribeirinhos, pescadores, agricultores, moradores da cidade de Altamira e de Vitória do Xingu, militantes de movimentos sociais, dentre outros, fortaleceram o processo de resistência contra a construção da barragem, que culminou com a primeira ocupação do canteiro de obras de construção da Usina e no bloqueio da rodovia Transamazônica.

Nessa época, segundo relatos de alguns moradores publicados na internet, placas com inscrições “NÃO-ENTRE” foram fincadas no chão para demarcar a área que, a partir do início das obras, pertencia ao Consórcio Construtor Belo Monte. Só tive conhecimento da vila porque se localizava em frente ao canteiro de obras que foi ocupado no protesto, vendo-a ao longe, compondo uma paisagem típica da Amazônia: uma comunidade de beira de estrada, com casas de madeira, um campo de futebol e pessoas circulando. Nessa época, me falaram que havia um rio no outro extremo da vila, era o rio Xingu.

Em 2012, tive meu primeiro contato de fato com a vila durante o último festejo de Santo Antônio, que era tradicionalmente comemorado no vilarejo. Este festejo contou com a colaboração do Movimento Xingu Vivo para Sempre⁹ (MXVPS), que fez um convite virtual de chamada para pessoas de outras regiões do Brasil, a fim de protestar e festejar no dia de Santo Antônio. Um retrato fotográfico, em formato digital, revelava o rosto do “seu Élio” que foi descrito como “*a figura mais entusiasta de toda a Vila Santo Antônio. É conhecido pelo*

⁹ Entidade política de referência na luta contra barragens na região do rio Xingu. Textos e fotografias em formato digital foram publicados no endereço eletrônico <<http://www.xinguvivo.org.br>>.

seu esforço em ajudar na organização da comunidade, dos festejos às ações políticas. Hoje, a terra onde vive há 40 anos se resumiu a um amontoado de tábuas, tijolos e placas de 'não entre'”¹⁰.

Imagem 3 – Cartaz de chamada para o Encontro Xingu+23



Fonte: MXVPS, 2012.

Esta comunidade sofreu tanto os impactos ambientais quanto os evidentes impactos sociais, os quais transformaram a vila pacata em um lugar repleto de bares. Violência, alcoolismo, assédio sexual, eram apenas alguns dos tantos problemas sociais observados neste cenário¹¹, com certeza estranhado pelos próprios moradores da comunidade, que aos poucos se retiraram do lugar. Era patente perceber os primeiros impactos socioambientais na comunidade na época que conheci a vila em 2012.

Em 2013, retornei à Altamira por causa de uma ocupação-protesto no canteiro de obras da hidrelétrica, que foi realizado por indígenas da etnia Munduruku, que saíram do rio Tapajós, no sudoeste do Pará, para apoiar os protestos dos indígenas do Xingu e também para reivindicar a interrupção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Essa ocupação foi uma das

¹⁰ Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br>> Acessado em Out. 2012.

¹¹ Mais informações em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/05/28/prostituicao-infantil-e-o-reflexo-perverso-de-belo-monte-em-altamira.htm>> Acessado Nov. 2015.

ocupações mais longas em Belo Monte e de grande repercussão nacional. Fui como voluntária do MXVPS para produzir prioritariamente vídeos, que foram publicados no Youtube¹².

O Movimento Xingu Vivo para Sempre é uma organização apartidária composta por organizações religiosas, indígenas e não-governamentais (ONG's), movimentos sociais como o Movimento de Mulheres da Transamazônica, acadêmicos, ambientalistas e advogados, que historicamente se opuseram às hidrelétricas planejadas para Amazônia, em especial para o rio Xingu – todos que defendem os direitos humanos e sociais de comunidades ribeirinhas, indígenas, de pequenos agricultores e de moradores atingidos na cidade de Altamira e no entorno. O Xingu Vivo, como usualmente é chamado, tornou-se referência na luta contra a implementação de Belo Monte, pois promoveu ações conjuntas e estratégias políticas com ativistas e ambientalistas em nível nacional e internacional, dando visibilidade ao caso.

A partir dessas relações, o MXVPS acompanhou muitos casos de atingidos por Belo Monte, realizando para isso parcerias com promotores e advogados que colaboram com as questões judiciais, na defesa dos direitos humanos dessas pessoas, exigindo da mesma forma o cumprimento das condicionantes¹³ de licenciamento da usina. Na mídia, a vila Santo Antônio surge na qualidade de mais um caso visibilizado pelo Xingu Vivo, que sem o recurso de produção de textos e de fotografia a extinta vila não teria muitos registros – relatos importantes foram disponibilizados na internet em sua maioria por esta entidade. Disto resulta o fato de o Xingu Vivo ser uma fonte secundária para esta pesquisa, de modo a facilitar a compreensão do processo de destruição da vila, registrado e denunciado por essa organização.

Durante a ocupação na qual fui voluntária em 2013, novamente tive contato com a vila Santo Antônio, que já abrigava o estacionamento de caminhões do canteiro de obras de Belo Monte. O cenário era irreconhecível – para adentrar a vila necessitava-se de autorização da CCBM, a ser solicitada na portaria instalada no local. Ninguém mais morava no que um dia fora uma agrovila.

As edificações, tal qual o local que abrigava a escola, por exemplo, passou a servir de abrigo para os funcionários da Norte Energia. Já o cemitério, estava no mesmo local até o término da pesquisa. Segundo Élio, CCBM prometeu retirar os restos mortais dos enterrados no cemitério e levá-los para outro local, mas a promessa não foi cumprida. A dimensão simbólica do cemitério da vila se revela quando Élio também me diz que quando a vila existia e todos podiam visitar as sepulturas era como se os parentes enterrados estivessem “vivos” –

¹² Sítio da web hospedeira de vídeos. Alguns vídeos podem ser visto no canal Ocupa Belém, disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCRmJ4JWYz5awrCcbqAsIpvq>> Acessado em Out. 2015.

¹³ Condicionantes de licenciamento são ações previstas para diminuir os impactos ambientais e sociais na região afetada pela construção da hidrelétrica.

mas ao ser abandonados poder público naquele local, uma segunda “morte” acontece, dessa vez simbólica, ocasionada pelo esquecimento. Aquele cemitério, enquanto um espaço socialmente construído por imigrantes como Élio, que veio de longe para viver, se casar e criar seus filhos na Amazônia, se tornou o único lugar em que podiam cultuar os mortos. Talvez também tenha sido, na minha interpretação, um ponto de conexão com um sobrenatural que os conecta com a terra natal e com os outros parentes que foram deixados para trás, os vivos e os mortos.

Esta pesquisa seguiu em busca do lugar “perdido” que se tornou a vila Santo Antônio e por pessoas como Élio, informante-chave desta pesquisa. Teve como um dos objetivos específicos apontar os deslocamentos feitos por essas famílias na região após o início da construção de Belo Monte. Para isso, também se objetivou compreender os fluxos migratórios anteriores, a partir do qual surge o ponto comum de ocupação do espaço que se transformou em comunidade, e os trânsitos posteriores de deslocamento. Evidencia-se que não somente os “lugares e localidades se tornam cada vez mais borrados e indeterminados” como lugares e comunidades tornam-se imaginados, “na medida em que povos deslocados se reúnem em torno de terras natais, lugares ou comunidades imaginadas, em um mundo que parece negar cada vez mais essas firmes âncoras territorializadas em sua realidade” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 36).

Para alcançar estes objetivos, seguimos na busca por fotografias que registraram os momentos vivenciados na agrovila e também por memórias dos antigos moradores, o que contribuiu para entender a construção simbólica do viver em comunidade. As narrativas apresentadas dessas pessoas compõe parte da memória social da região, o que revelou, metaforicamente, as fotografias perdidas e/ou as que nunca existiram, – dada às questões singulares de uma região rural em que a prática fotográfica foi difundida a partir da década de 1990. Os resultados serão apresentados no Capítulo 2, que faz parte do que trato como *Cartografias do deslocamento*.

Não menos importante que o estudo sobre a visibilidade fotográfica, as narrativas dos antigos moradores retratam os modos de ver e perceber o lugar afetivo, a paisagem que se transformou após o início das obras da usina. Parte da memória social da região manifesta-se em resistência aos processos de consolidação da História oficial, inclusive opondo-se ao projeto de desenvolvimento que a exclui. Assim, lembrar é reconstruir paisagens de um lugar que se torna “imaginado”, ao mesmo tempo em que resiste ao esquecimento, uma vez que “a paisagem já está ligada a muitas emoções, a muitas infâncias, a muitos gestos” (CAUQUELIN, 2007, p. 31).

A imersão na memória e nos modos de subjetividade presentes nas narrativas tece a história do outro, do impactado socialmente, que para esta pesquisa entende-se como a história dos desalojados, pequenos agricultores, dos ribeirinhos, de pescadores e de diferentes pessoas que moraram em Santo Antônio. Memórias surgem nessas narrativas ao rememorar os fragmentos da história invisibilizada para a maioria da sociedade brasileira.

Como objetivo geral foi analisado as interfaces entre a fotografia de álbuns de família e a memória social dos moradores com que conversei nas duas pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2015 e 2016. A partir disso, entendemos o processo de desapropriação da comunidade e a memória coletiva da vila de Santo Antônio. Assim, tanto as fotografias quanto as memórias se inserem na qualidade de instrumento investigativo base para o método cartográfico de pesquisa.

Como parte da metodologia, esta pesquisa foi fundamentada na abordagem interpretativa proposta por Clifford Geertz (2014), em conjunto com o método da cartografia de pesquisa discutido pelas pesquisadoras Virgínia Kastrup e Laura Barros (2015). A cartografia se insere como método aproximado da etnografia para acompanhar os processos de investigação, entendendo os agenciamentos que conectam os diferentes sujeitos da pesquisa no mundo em que habitam. De acordo com essas autoras, a cartografia visa propor uma pesquisa em que não haja hierarquias entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, no sentido de compreender que somos todos produtores de conhecimento. Esta linha de análise também dialoga com outros autores, como Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), na obra que fizeram em conjunto, e também com Suely Rolnik (2014), na obra que escreveu sozinha.

Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. (KASTRUP; BARROS, 2015, p. 57)

O método da cartografia contribuiu neste trabalho para atingir um de seus objetivos, que seria o de cartografar as memórias e as narrativas que integram as experiências do outro nas dimensões territoriais do espaço em que viveram por muitos anos. Este método não objetiva propor um conjunto de regras a ser aplicado durante a pesquisa de campo, ao contrário, propõe ser uma metodologia aberta para seguir os caminhos da subjetividade e acompanhar processos de pesquisa que dialoguem com o objeto a ser estudado. Nesse sentido, cartografar é construir um território existencial (ROLNIK, 2014).

Outros métodos também contribuíram para estas reflexões, como os de natureza antropológica, como a etnografia, uma vez que podemos produzir conhecimentos

antropológicos “a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas” (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 1). As incursões em campo de caráter etnográfico envolveram primordialmente o *olhar*, *ouvir* e o *escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 17) como partes importantes do processo enquanto prática e conhecimento (MAGNANI, 2009). Todos esses métodos e pensamentos auxiliaram na investigação, sendo assim o meio pelo o qual atingimos o objetivo de compreender os mecanismos e os processos de invisibilização da história e da memória social das populações impactadas por Belo Monte.

A partir dessas bases metodológicas, foram elaboradas as *cartografias do deslocamento*, apresentadas no Capítulo 2, onde se visou investigar as imagens, que ao retratar a paisagem perdida, também resistem na memória da grande maioria que sofreu os impactos sociais de Belo Monte. Essas cartografias apresentadas partem, a priori, do meu próprio deslocamento nas incursões em campo, onde encontro o lócus desta pesquisa, e a partir disto apresento as famílias com quem tive mais contato, dois álbuns de famílias e desenhos que situam o leitor nos deslocamentos que tanto esta pesquisa fez quanto as famílias realizaram ao terem sido obrigadas a buscar outros lugares para viver.

Ademais, a pesquisa contribui para o avanço dos estudos culturais sobre Amazônia, em especial para a história oral do tempo presente da Amazônia. Acredito também que contribui para o campo das Artes Visuais ao propor processos e incursões em campo que deslocam a função do artista transformando-o também em etnógrafo, o que “demanda que os artistas e críticos estejam familiarizados não somente com a estrutura de cada cultura de forma suficiente para mapeá-la, mas também com sua história de forma suficiente para narrá-la” (FOSTER, 1996, p. 20).

Enfatiza-se que a investigação por meio de fotografias de álbuns de família e da memória social foi instigada pela produção massiva de imagens fotográficas sobre Belo Monte. A UHE Belo Monte ao repercutir nas grandes mídias, precisou ser registrada, mas a memória coletiva acabou ficando em segundo plano. Daí surge o processo ao qual me dediquei: investigar a memória a partir do que se guarda enquanto lembrança da agrovila, fotografias palpáveis ou fotografias presentes na memória enquanto *imagens de resistências* e *memórias inundadas*. Esses questionamentos me guiaram até a memória atribuída à fotografia, que nesse caso poderia supor uma “fotografia” que nunca existiu.

A partir disso, constrói-se a seguinte problemática: de que maneira a relação entre as memórias sociais, sejam essas evocadas por meio das fotografias guardadas ou pelas histórias

orais, motivam a resistência social aos projetos hidrelétricos na Amazônia? De que modo a perda do contato com o rio Xingu provoca danos à subsistência e danos simbólicos aos modos de vida ali cultivados? A complexidade do tempo vivido, do saber local, memórias e histórias estão numa relação tensionada com as concepções impostas pela *subjetivação capitalística*¹⁴ e as subjetivações locais construídas no lugar que gera uma comunidade.

Diante dessa relação tensionada na região do rio Xingu, supõe-se a hipótese de que as imagens da memória e as fotografias se tornaram instrumentos de resistência social calcada na negação, em diferentes medidas, do tempo presente, justificado nas dificuldades enfrentadas após o início da construção da Usina. Isto também legitimou a memória, em especial, como instrumento de luta em favor dos direitos humanos e sociais dos próprios atingidos pelos projetos estatais de grande porte na Amazônia, pois foi através desta que muitas pessoas pautaram os direitos incutidos na apropriação de terra que realizaram ao longo de muitos anos. Portanto, a análise das interfaces entre o processo de perda, a fotografia que restou do lugar e as memórias sociais foi de primordial importância para esta pesquisa.

A dissertação resultante desta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, *Imagens em séries: a fotografia, o lugar e a perda*, o estudo foi realizado a partir da discussão sobre memória e imagem, de modo primeiramente entender as imbricações nas diferentes naturezas da imagem rememorada. Deste modo, autores referência no estudo do conceito de imagem/memória como Hans Belting, Norval Baitello Jr., e estudiosos da fotografia como Vílem Flusser, Boris Kossoy, André Rouillé, José de Souza Martins e artista Paula Sampaio, dentre outros, dão base para as discussões teóricas sobre o assunto.

No segundo capítulo, *Cartografias do deslocamento: narrativas visuais*, foram traçados os percursos feitos na pesquisa de campo. Em um processo de análise interpretativa foram mostradas partes do acervo de pesquisa, fotografias de campo, desenhos, frames de vídeos e as fotografias de álbuns de duas famílias antigas da agrovila Santo Antônio. Essas cartografias indicam os trânsitos/deslocamentos feitos na região em um raio partindo do quilômetro zero que é a cidade de Altamira, seguindo ao leste em direção à cidade de Anapu e ao oeste em direção ao município de Brasil Novo.

O terceiro e último capítulo, *As ruínas de Santo Antônio*, apresenta as reminiscências do lugar perdido e o que restou da vila Santo Antônio, dedicando atenção especial às memórias e as histórias de vida apresentadas. Parte-se da vila enquanto ruína da modernidade

¹⁴ “Trata-se de sistemas de conexão direta entre às grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instancias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 27).

para correlacionar com outras ruínas, também na Amazônia, apresentadas pela artista Romy Pocztaruk na série *A última aventura*. Também neste capítulo abro um espaço maior para apresentar minhas experiências fotográficas realizadas ao longo da pesquisa, o que compõe uma série intitulada *As ruínas de Santo Antônio #1, #2, #3, #4, #5, #6, #7 e #8*. Autores como Andreas Huyssen, que discute ruína e memória, Didi-Hubermam, que discute a questão da imagem em *O que vemos, o que nos olha*, Francisco Dalcol, ruínas da modernidade, e Marc Augé que discute o não-lugar, contribuem para as reflexões apresentadas.

Por fim e não menos importante, ressalta-se a importância do ingresso na linha Arte, Cognição e Cultura do Programa de Pós-graduação em Artes, Mestrado acadêmico em Arte e Cultura Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela abertura aos estudos culturais na arte e por se revelar um caminho de descobertas acadêmicas. Ao me possibilitar percorrer o campo da interdisciplinaridade, o programa enriquece o desejo de trazer as discussões apresentadas na pesquisa para o campo da Arte, perpassando pela cultura, antropologia, sociologia, política, comunicação e memória. O ingresso no programa e a estadia no Rio de Janeiro possibilitaram contato com diferentes formas de pensamento observadas nas participações em seminários, encontros do grupo de pesquisa Observatório de Comunicação Estética (OCE/UERJ) e nas aulas com professores, artistas e teóricos de diferentes disciplinas, o que corroborou para o amadurecimento das reflexões apresentadas nesta dissertação.

Imagem 4 – Volta Grande do Xingu, 2015



Fonte: O autor, 2015.

1 IMAGENS EM SÉRIE: FOTOGRAFIA, O LUGAR E A PERDA

Desde o início do século XX, a Amazônia tem passado por um momento de intensas e desastrosas transformações em diferentes âmbitos, ocasionado principalmente pelos projetos de modernização que atendem prioritariamente os interesses econômicos. As mudanças percebidas a partir da execução desses projetos, como a construção de grandes rodovias, estradas, ferrovias, mega portos, hidrelétricas, gasodutos, mineração, dentre outros, contribuem para a brusca transformação da paisagem nativa da região. Apesar dessas transformações não serem recentes, já que se iniciaram desde a colonização das terras sul-americanas, a colonialidade que permeia todo este processo é a mesma.

A construção dos projetos da modernidade brasileira acontece por meio da perspectiva de ocupação dos espaços ditos “vazios”, visão emergente do “ideário oficial do Estado Novo”¹⁵ (1937-1945), na qual as regiões mais afastadas do poder central, tais quais o Centro-Oeste e o Norte do país, foram consideradas espaços demograficamente desocupados (ANDRADE, 2010). Por trás desta concepção está o argumento de que ocupar terras devolutas seria a solução para os problemas fundiários do Brasil e, em especial, para as populações que sofriam com a seca no Nordeste (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004).

A modernização do país culminou no que podemos definir como uma era regida por imagens, onde se têm registrado paulatinamente as mudanças de paisagens por meio da fotografia. Isto implica em um mundo cada vez mais cercado por imagens, produzidas de modo espontâneo pela sociedade e similarmente englobadas aos interesses de mercado – imagens por encomenda e distribuídas pelas empresas de telecomunicações, publicidade, dentre outras (BAITELLO JUNIOR, 2014). Com a chamada “era da reprodutibilidade técnica” discutida por Walter Benjamin (1955), muitas imagens foram impressas e distribuídas em diversos meios de comunicação.

Se no último século, o mundo começa a ser registrado por meio das imagens técnicas (FLUSSER, 1985), como é o caso da fotografia, com a mesma intensidade se atribui memória a essas imagens que retratam os processos de intensas mudanças na paisagem. Disto resulta a formação de um roteiro visual que contribui para o fortalecimento das memórias sociais. É a memória, seja individual ou coletiva, que revela o que está além de uma interpretação feita pela leitura visual e evidencia o “não-dito”. Mas antes de adentrar nessas questões, concerne,

¹⁵ Sobre o ideário oficial, consultar Andrade (2010). O Estado Novo foi o regime político procedente do governo de Getúlio Vargas, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

a princípio, compreender as diferentes abordagens teóricas sobre o conceito de imagem, a fim de atentar para o que há além do visível e/ou do materializado.

De acordo com o historiador da arte alemão, Hans Belting (2014, p.10),

devemos encarar a imagem não só como um produto do meio, seja ele a fotografia, a pintura ou o vídeo, mas também como produto de nós próprios, porque geramos imagens nossas (sonhos, imaginações, percepções pessoais) que confrontamos com outras imagens no mundo visível.

Nesse sentido, interessa investigar tanto as imagens técnicas quanto outros tipos de imagens, que aqui podem ser encaradas como imagens da memória, pois a memória social reconstitui imageticamente paisagens impressas na subjetividade de quem rememora, ou seja, evocam imagens, uma vez que “o objeto paisagem não preexiste à imagem que o constrói para um desígnio discursivo” (CAUQUELIN, 2007, p. 49). A paisagem para existir necessita de imagens em diferentes esferas, seja do que vemos, do que sentimos ou das imagens presentes no corpo e no inconsciente. A visibilidade não é condição de preexistência das paisagens, pois ela pode se compor por diversos meios, sejam essas *imaginais*¹⁶, produzidas no corpo, *imagéticas*, ligadas à imaginação, *gestuais*, dentre outras, conforme explica o pesquisador brasileiro Norval Baitello Junior (2014).

Nos estudos de Anne Cauquelin (2007) sobre a “invenção da paisagem”, a autora discorre sobre o “lugar” (*topos*) que segundo a definição aristotélica seria “o invólucro dos corpos que limita”, pois “a pretensa ‘paisagem’ (lugarzinho: *topion*) nada é sem os corpos em ação que a ocupam. A narrativa é primeira e sua localização é um efeito de leitura” (CAUQUELIN, 2007, p. 49). Assim, a paisagem como lugar seria sempre um lugar “dito”.

Nessa qualidade, o que vale como paisagem não tem nenhuma das características que estamos acostumados a lhe atribuir: relação existencial com seu preexistir, sensibilidade ou sentimento, emoção estética ausente. Sua apresentação, portanto, é puramente retórica, está orientada para a persuasão, serve para convencer, ou ainda, como pretexto para desenvolvimentos, ela é cenário para um drama ou para a evocação de um mito. (CAUQUELIN, 2007, p. 49)

Com o fim de compreender as problemáticas em torno da paisagem como um lugar dito, retornemos às imagens que a compõe. Existem várias imbricações no conceito de imagem definido ao longo da História. Para Belting (2014), não se trata de imagens diferentes, mas de tentativas de monopólios de definições. Dentre as concepções apresentadas pelo autor, há estudos que afirmam que as imagens estariam espalhadas no mundo de modo incorpóreo; outros igualam as imagens ao visível e nessa linha de pensamento imagem seria tudo aquilo que vemos, sem acrescentamos de significado simbólico. Para o autor, as imagens necessitam de um meio para existir, seja ele material ou imagético.

¹⁶ Definidas por Hans Belting (2014).

Outros, ainda, identificam totalmente as imagens com signos icônicos que, na referência da similitude, estão ligadas a uma realidade que não é imagem e é superior à imagem. Por último, existe o discurso da arte, que ignora as imagens profanas, hoje existentes fora dos museus (os novos templos), ou que visa proteger a arte de todas as questões imaginais que lhe roubam o monopólio da atenção. (BELTING, 2014, p. 21)

As imagens de diferentes naturezas contrapõem o senso comum de que as imagens são visuais por essência. Não por coincidência, os estudos sobre fotografia contribuíram em certa medida para a definição de imagem como visual. Nesse prisma, Hans Belting (2014) contribui para a discussão ao acrescentar a função do “meio”, de fundamental importância para compreender as diferentes naturezas da imagem, sendo essas visuais, gestuais ou imaginais.

Além disso, as imagens não são, distintamente do que às vezes somos tentados a pensar, subprodutos da luz, formas de luz ou seres do dia. São muito mais, em sua origem e desde então, habitantes da noite, possuem muito mais faces invisíveis do que aquelas que se deixam ver, mantêm estreitos laços históricos com o sombrio e com o insondável, com as zonas profundas de nós mesmos, com as quais temos ter contato. (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 63)

O filósofo e crítico da fotografia VÍlem Flusser (1985) define imagem como uma superfície em que se pretende representar algo, onde se reduz duas das quatro dimensões do mundo. Flusser indica a corporalização pelo meio material como sendo a própria imagem. As imagens técnicas seriam produzidas por meio de um aparelho técnico. Sendo uma imagem técnica, a fotografia auxiliou na produção de imagens em séries, o que aos poucos culminou na transição do processo manual de reprodução das imagens visuais para uma produção em massa: “a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho” (BENJAMIN, 1955, p. 1) que olha através da câmera.

Diante de tais concepções e imbricações, essas linhas de pensamento ao mesmo tempo em que divergem do mesmo modo se completam, pois “compreendemos o mundo através de imagens” (BELTING, 2014, p. 22). Com o excesso de imagens visuais na contemporaneidade, somos constantemente envolvidos pelo invólucro de imagens que compõem nossas paisagens. Estamos imersos nas nossas próprias imagens, imagens do corpo e da memória, *imagens de resistência*, que possibilitam reconstituir as paisagens que estão em constante mudanças e, em alguns casos, em desaparecimento.

Ao tratar de paisagens em desaparecimento na modernidade e de imagens fugazes que nos escapam em meio ao excesso de imagens técnicas, é primordial desenvolver o conceito de imagem para além da visibilidade fotográfica. Como parte de um discurso que é a paisagem, o lugar dito, a imagem sempre encontra um meio para aflorar aos nossos sentidos. Por esse ponto de vista, as abordagens teóricas apresentadas por Hans Belting, Baitello Junior

e VÍlem Flusser auxiliam na investigação para apreender as imagens da memória, do corpo, dos gestos e da própria fotografia. No estudo de caso desta pesquisa se evidencia o desaparecimento de muitas paisagens, o que foi provocado, como já mencionado, pela destruição de lugares para a instalação da hidrelétrica de Belo Monte. A fotografia se insere nesse contexto ao registrar a mudança e o desaparecimento dessas paisagens.

É importante atentar que não somente as paisagens desaparecem, mas as fotografias também, seja pelo excesso, pela difícil apreensão, pela substituição ou pelo próprio descarte. Para esta pesquisa, é no desaparecimento das fotografias ou na própria falta desta que se evidenciam as imagens de diferentes naturezas, as imagens possíveis do corpo, da memória de pessoas socialmente impactadas pelos projetos hidrelétricos, que rememoraram os deslocamentos e as vivências na Amazônia.

Enfatiza-se que o desaparecimento material e imaterial da fotografia acontece não somente por meio do excesso, mas, nesse caso, indica outras temporalidades das quais o ato fotográfico nunca existiu enquanto prática, porque não havia acesso aos aparelhos fotográficos, especialmente em localidades muito afastadas dos meios urbanos. Em decorrência de temporalidades outras, a era das imagens se legitima de diferentes modos e alcances na globalização, onde coexistem regiões isoladas de imagens exógenas, ou seja, daquelas produzidas pelo meio externo e eventualmente ligadas às imagens técnicas.

1.1 A fotografia social na era das imagens

É através do excesso de imagens fotográficas que chego ao tema central¹⁷ desta pesquisa: *o território da perda e as imagens de resistência* de uma comunidade que sofreu os impactos socioambientais ocorridos com a execução de um grande projeto hidrelétrico na Amazônia. Refiro-me ao excesso no sentido de que ao ganhar visibilidade nacional e internacional, diversos casos de comunidades impactadas socialmente no Brasil adentram o universo das redes virtuais na internet, por meio de um significativo volume de produções fotográficas.

O excesso dessas imagens é tipicamente associado à fotografia política ou engajada, em que se visibiliza as narrativas que a História oficial, hegemônica por excelência, ofusca.

¹⁷ A ser mais bem desenvolvido no próximo capítulo. Esta abordagem inicial serve de introdução teórica ao tema.

Tendo em vista esses pontos, antes de adentrar ao tema central, primeiramente se deve compreender de que modo a produção contínua de imagens visuais constituiu um ponto chave para esta pesquisa, o que corrobora para adensamento do corpo teórico sobre o conceito que pretendo desenvolver: *imagens inundadas*.

A primeira premissa importante é ressaltada pela escritora e crítica de arte, Susan Sontag (2004, p. 13), que nos diz que “ser educado por fotos não é o mesmo que ser educado por imagens mais antigas, mais artesanais”. Essas imagens mais antigas, associadas pela autora como “mais artesanais”, aqui podem indicar as imagens *imaginais*, que não são visuais e que estão presentes no corpo, ligadas ao obscuro de nossas mentes, presentes “nas cavernas da pré-história da percepção humana” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 64).

A era de imagens é regida pelo esse excesso de imagens técnicas, fortalecida com a reprodutibilidade, existindo ao nosso redor “muito mais imagens que solicitam nossa atenção” (SONTAG, 2004, p. 13). Ao impor um enquadramento, um recorte de espaço e de tempo, a fotografia possibilitou o que Susan Sontag designou como a duplicação do mundo, pois as imagens fotográficas registrariam tudo aquilo que é efêmero, que estava em vias de desaparecimento.

As câmeras começaram a duplicar o mundo no momento em que a paisagem humana passou a experimentar um ritmo vertiginoso de transformação: enquanto uma quantidade incalculável de formas de vida biológicas e sociais é destruída em um curto espaço de tempo, um aparelho se torna acessível para registrar aquilo que está desaparecendo. (SONTAG, 2004, p. 26)

Tal qual um objeto/aparelho do período moderno, a fotografia se insere na modernidade por meio do testemunho, a prova do fato ocorrido e carregada de certa “verdade” – debate bastante discutido pelos teóricos da fotografia¹⁸. Diante disso, surgem indagações sobre o que Flusser (2007, p. 111) chama de “problema da verdade e de falsidade”, e também “de ficção e realidade”, que agora sucinta “ser reformulado à luz dos meios de comunicação de massa, a grande mídia, se quisermos evitar a esterilidade do academismo”, por isso a relevância atual da discussão.

Essa problemática proposta por Flusser se torna patente na medida em que o visível da fotografia está associado ao real por semelhante aparência com o que observamos no mundo, na dimensão da representação. A imagem fotográfica passa a ser entendida como um recorte fiel da experiência humana, dotada de créditos de “verdade” e de realidade. Mas esta concepção se contradiz, pois o recorte fotográfico se mostra ambíguo, de múltiplas interpretações e mediações. As interpretações e as leituras de imagem estão diretamente

¹⁸ Para mais informações, consultar André Rouillé (2009) e Boris Kossoy (2009).

relacionadas aos aspectos socioculturais de observador que pode ou não decodificar os signos da imagem.

As imagens como mediadoras entre o homem e o mundo, de acordo com Hans Belting (2011), são janelas para a realidade. Na sociedade, as novas evidências advindas com o avanço tecnológico da fotografia alteram constantemente o próprio conceito de realidade. Essas novas evidências da fotografia e da própria realidade fazem com que a reivindicação por imagens se modifique, pois “semelhante exigência implica que desejamos crer nas imagens, embora tenhamos ainda de justificar esta fé” (BELTING, 2011, p. 9).

Outra premissa importante de ser pontuada é que todas as imagens visíveis possuem facetas e aspectos que se tornam invisíveis aos olhos do observador (BAITELLO JUNIOR, 2014). A fotografia sendo uma imagem visível possui configurações que permanecem obscuras para quem observa, por mais objetivo que possa ser o registro. Essas configurações invisíveis não são predeterminadas “pois elas se alimentam das camadas, da história e das histórias soterradas do homem” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 64).

Evidencia-se que o surgimento da fotografia enquanto técnica de reprodução, do “fazer ver” no sentido de propor um recorte de espaço e tempo estático, de certo modo contemplativo, partiu da necessidade de tornar visível o invisível. Dessa maneira, “a produção do registro fotográfico exige, a partir de 1837, uma mediação do invisível: associam-se, na fotografia, a revelação da ‘imagem latente’ e o projeto moderno de desvelamento do mundo” (LISSOVSKY, 2008, p. 23).

Nos tempos atuais, já não são mais os olhos que saem à procura das imagens, como acontecia em tempos passados, pois, de acordo com Baitello Junior (2014) esta busca era feita em lugares pontuais como livros, retratos, pinturas, afrescos e até, de certo modo, feita também durante o que o autor chama de “gênese da percepção humana”: as pinturas rupestres inscritas nas paredes de cavernas são exemplos disso. Hoje, com a chegada da reprodutibilidade técnica, podemos afirmar metaforicamente que são as imagens que nos procuram, uma vez que estamos cada vez mais cercados por imagens exógenas, o que consolidaria assim a tão debatida era das imagens. A fotografia supriu as necessidades da sociedade desde a primeira revolução industrial, possibilitando para a modernidade a passagem do uno ao múltiplo.

O sonho e uma visão sem falhas cedeu lugar ao uso, ao desejo de inventário de recursos, à utopia da realização prática. A amplitude do visível foi convertida em um volume enorme de imagens acumuladas e, grande parte delas, classificadas, comparadas, referenciadas. Assim foi constituída uma serialização do visível, para a qual contribuíram, desde as primeiras décadas da fotografia, retratistas, como Disdéri; fotógrafos-viajantes, como Salzmann; topógrafos urbanos, como Marville

ou Atget; cientistas, como Marey (...). Tratava-se, sempre, de definir procedimentos para uniformizar, dessubjetivizar, serializar e arquivar, a fim de permitir comparações e descobrir diferenças. (ROUILLÉ, 2009, p. 38-39)

O aspecto documental da fotografia foi soberano entre os séculos XIX e XX. Durante este período, predominou o que Rouillé (2009) denominou como “fotografia-documento”, o que posteriormente desencadeou na “fotografia-expressão”. Isto não quer dizer que não houvesse aspectos de expressão na “fotografia-documento”, mas sim que estes aspectos referentes à cultura, aos diferentes modos de ver e interpretar, ainda eram bastantes rejeitados pela sociedade daquela época, que legitimou a fotografia enquanto documento.

O declínio da fotografia-documento aconteceu tardiamente por volta de 1970 e se deve ao aprimoramento de outros dispositivos capazes de produzir e manipular imagens, especialmente ligadas ao mercado (ROUILLÉ, 2009). A partir de então, se questionou outras formas de visibilidades, não mais ligadas à representação, mas às interpretações do que se vê e se percebe da realidade ao redor por meio da fotografia. As visibilidades fotográficas se tornaram modos de esclarecimento do mundo, conseqüentemente, eram múltiplas maneiras de ver, mostrar e perceber. Passa-se da representação do real à interpretação do mesmo.

Desde o advento da fotografia, muitas imagens e paisagens foram retratadas no mundo informacional. Este excesso, digamos assim, decorre da automatização da imagem fotográfica, que evoluiu tecnologicamente de modo a facilitar cada vez mais sua produção e reprodução. Se antigamente para fotografar era preciso de uma câmera e de um filme negativo 35mm (suporte analógico), hoje esse processo se tornou muito mais rápido e prático com o formato digital e com armazenamento de imagens em um cartão de memória.

Tal qual um carro, uma câmera é vendida como arma predatória – o mais automatizada possível, pronta para disparar. O gosto popular espera uma tecnologia fácil e invisível. Os fabricantes garantem a seus clientes que tirar fotos não requer nenhuma habilidade ou conhecimento especializado, que a máquina já sabe tudo e obedece à mais leve pressão de vontade. (SONTAG, 2004, p. 24)

Segundo Baitello Junior (2014, p. 66), a produção massiva de imagens acontece não somente facilidade da tecnologia, mas pelo fato de que nossos olhos se tornam “receptadores de superfícies planas”, pois essas imagens “se dirigem aos nossos olhos” que “se tornam viciados em bidimensionalidades, desaparecem para eles as profundidades”. Com isso, nos tornamos coprodutores dessas imagens na medida em que passamos a buscar um retorno ao “*imago*” (imagem morta), “sem interioridade e sem visceralidade, sem dimensões além da casca, sem vida interior” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 66).

A busca pelo *imago* indica o momento atual da era informacional, já que as imagens digitais estão cada vez mais conectadas às redes de dispositivos móveis, que também

percorrem os fios condutores estabelecidos pela criação de aplicativos. A velocidade em que imagens são produzidas, armazenadas, compartilhadas, para posteriormente serem descartadas e esquecidas pela alta demanda, corrobora para o fluxo contínuo de imagens técnicas, o que em termos práticos, a fotografia se torna precursora.

Desde 1920, a mídia impressa aliou aos seus textos a fotografia, dando origem ao que André Rouillé (2009) chamará de *informação fotográfica*. Essas interfaces somente atingem “o domínio prático quando suas ferramentas fotográficas (lentes, filmes, câmeras) e suas ferramentas de impressão (heliogravura, ofsete) se aprimoram e se aliam” (ROUILLÉ, 2009, p. 127). A informação fotográfica passa a ser primordial para a difusão de fatos noticiados pela mídia impressa para alcance do maior número de pessoas.

Ainda segundo Rouillé, fotografia tem uma forte inserção no contexto político por meio da invenção da lomografia¹⁹ durante a Guerra Fria na Europa, no momento em que a antiga União Soviética necessitou documentar a guerra e o estilo de vida dos cidadãos soviéticos. A fotografia sendo a melhor maneira de relatar tais fatos, também foi um modo de expressar indignações, sentimentos, propagar ideologias etc. Com a lomografia foi dado incentivo à produção maciça de câmeras de pequeno porte, fácil de manusear e de baixo custo.

1.1.1 O fazer ver

Pensar na fotografia como difusor de realidades isoladas e marginalizadas, ocultas para a maioria da sociedade – é pensá-la como um dispositivo que carrega mensagens visuais que exploram diversas potencialidades da informação (seja política, artística ou cultural) ao qual se destinam. As paisagens reveladas nessas fotografias dão dimensão para aquilo que se quer ver com os próprios olhos, na qual a fotografia que cumpre o papel de registro e de observador das cenas mostradas para um público mais amplo. Para o filósofo francês Francis Wolff (2005, p. 23), “a imagem torna presente aquilo que não está presente”. Nesse sentido, a fotografia também sendo uma imagem realiza esta função.

Toda imagem contém elementos visuais que carregam consigo informações que transmitem determinadas mensagens para um público amplo ou restrito. Essas informações podem ser mais direcionadas se atribuídas ao jogo de palavras que formam um texto

¹⁹ Fotografia feita com câmeras automáticas de baixo custo, sendo as lentes e o corpo de plástico.

narrativo-visual, como comumente utilizado no fotojornalismo. Justifica-se a exposição visual dos textos jornalísticos no fato de que “a imagem, mais que fazer ver, faz vivenciar e ser: torna o enunciatório mobilizado, envolvido” (GOMES, 2013, p. 507), e porque não dizer: compartilha paisagens.

As informações fotográficas para suprirem a função de transmissão necessitam que o direcionamento do olhar pelo fotógrafo seja minimamente pontual e de acordo com o objetivo pretendido. O direcionamento do olhar também acontece na etapa de pós-produção das fotografias digitais, por exemplo, onde as ferramentas de manipulação de imagens são usadas, limitando algumas possibilidades de leituras possíveis sobre a imagem.

Na contemporaneidade, além da demasiada produção de imagens com tecnologia acessível, na qual qualquer pessoa pode fotografar qualquer momento e lugar, o excesso de imagens não deixa de compor um inventário sobre determinadas culturas. A fotografia ao alcançar as demandas sociais, seja na pesquisa, no ativismo de denúncia ou mesmo na documentação visual, abarca um imenso universo de investigação. Por esse viés, os antropólogos John Collier Jr. e Malcolm Collier (1986, p. 79) contribuem ao afirmar que as

fotografias de um ponto de ônibus de manhã cedo até a noite, em um projeto programado, irão dizer-lhe muitas coisas sobre um bairro da cidade. Quem vai trabalhar às sete todas as manhãs - negros, asiáticos, caucasianos? Homens e mulheres mal vestidos, bem vestidos? (...) Através do uso de detalhes fotográficos, tudo isso pode ser classificado em escalas aproximadas de riqueza e pobreza, ou analisados os papéis sociais, ocupações, ou funções²⁰.

A apropriação da fotografia pelo campo da antropologia aconteceu de modo mais intenso na década de 1970, enquanto que imagem fotográfica adentra o campo sociopolítico em décadas anteriores. A fotografia, por ter se tornando muito popular, ainda hoje seguiria rumo ao “seu lugar na sociabilidade contemporânea”, devido à “diversidade de funções: das puramente técnicas às puramente artísticas, passando pelas relativas ao lazer e à memória do homem comum” (MARTINS, 2013, p. 33).

No final da década de 1920, surge um gênero documental que relacionava o realismo na fotografia com possíveis transformações sociais. A fotografia passa a ser um instrumento provocador de mudanças, denominado por John Grierson, cineasta documentarista e fundador da escola inglesa de documentário, como “tratamento criativo da atualidade” (MORAES, 2014, p. 55). Entre os fotógrafos engajados desta época estão Jacob Riis (1849-1914) e Lewis

²⁰ Traduzido do original: “Photographs of a bus stop from early morning to night in scheduled design will tell you many things about a city neighborhood. Who goes to work at seven every morning – Blacks, Asians, Caucasians? Men and women poorly dressed, well dressed? (...) Through the use of photographic detail, all this can be classified into rough scales of affluence and poverty, or analyzed for social roles, occupations, or functions”.

Hine (1874-1940), o primeiro documentou as péssimas condições de trabalho e de vida de imigrantes operários de indústrias, o segundo revelou trabalhos de exploração de mão de obra infantil nos Estados Unidos.

Ainda na década de 1930, a fotografia política ou engajada era entendida tal qual um modo realista de documentação, retrato fiel da realidade exposta, portanto, instrumento de denúncia. Esse quadro muda somente em 1950 com a inserção de fotógrafos mais engajados na expressão fotográfica, ou seja, na documentação fotográfica que reconhece e agrega o valor estético de expressão da fotografia. Um dos percussores da inovação do realismo fotográfico e de documentação expressiva foi o fotógrafo suíço Robert Frank, que desenvolveu trabalhos de caráter polissêmico que questionaram “o estatuto da fotografia documental, apontando para os novos conceitos éticos e estéticos desse gênero na contemporaneidade” (MORAES, 2014, p. 56).

Imagem 5 – Robert Frank in America



Fonte: Robert Frank, 1959²¹.

A partir das fotografias de Robert Frank se questionaram outras possíveis formas de visibilidades ligadas às interpretações do que se vê e se percebe da realidade ao redor, um

²¹ Disponível em <<http://www.theguardian.com/artanddesign/2014/nov/07/robert-frank-americans-photography-influence-shadows#img-2>> Acessado em Nov. 2015.

desvelamento mais profundo do mundo sobre a ótica da cultura e da expressão fotográfica. As visibilidades fotográficas se tornaram modos de esclarecimento do mundo, por conseguinte, eram e hoje ainda são múltiplas maneiras de ver, mostrar e perceber paisagens e o lugar dito.

Um trabalho de significativa importância para a documentação expressiva e engajada foi desenvolvido no Brasil pela fotógrafa Claudia Andujar na década de 1970, intitulado *Yanomami*. Naturalizada brasileira, de origem suíça, Andujar documentou os modos de vida dos índios Yanomami na Amazônia brasileira, inclusive se engajando na luta pela demarcação da terra indígena Yanomami até o ano de homologação em 1992. A referida fotógrafa compôs um grandioso acervo sobre esses indígenas, documentos de memória da cultura Yanomami antes e após a chegada de garimpeiros, que invadiram o território desta etnia, causando diversas mazelas para esta população indígena.

Ao longo de todo trabalho desenvolvido na Amazônia, em especial com os Yanomami entre os anos de 1972 e 1977, Claudia Andujar optou por produzir uma estética documental que dialogasse com a cultura retratada. Por isso, seu trabalho foi constantemente envolvido por um estudo minucioso da luz, que em alguns momentos trazem a tona uma paisagem onírica, que faz alusão ao que envolve a crença e a cosmologia indígena.

Os Yanomami acreditam que o mundo tinha três plataformas. Nos tempos antigos, moravam os Yanomami na camada superior. Esta camada superior se rompeu e com isso desceram aqui, onde chamamos de Terra, alguns Yanomami que começaram a viver na floresta. Nos primeiros tempos, eles mantinham esta ligação da floresta com este mundo de cima. Nos rituais, eles imitam a subida para este mundo superior, que depois se rompeu, mantendo esta ligação com os espíritos da natureza que existia neste vem e vai. (ANDUJAR²² apud MORAES, 2014, p. 64)

De acordo com o pesquisador brasileiro Carlos Alberto Steil (2008), a paisagem quando associada ao conceito de corporeidade enfatiza o engajamento do ser no mundo, deste modo, a fotografia ao retratar paisagens revela o envolvimento do fotógrafo enquanto “ser no mundo”. Nesse sentido, Claudia Andujar emerge nas paisagens amazônicas e na cosmologia indígena ao retratar os modos de vida do povo Yanomami para além dos aspectos documentais, dedicando a fotografia expressão.

²² A referência original não foi encontrada, por isso cito esta fonte secundária.

Imagem 6 – Claudia Andujar, *Yanomami, Cereirado*, 1974



Fonte: Claudia Andujar, da série “A Casa”²³.

Como já mencionado anteriormente, a imagem fotográfica é produto e produtora em si – captura o visível e o invisível – se fixa no campo bidimensional reduzindo duas das quatro dimensões de espaço e de tempo ao longo de seu próprio processo. Mesmo sendo imagem técnica produzida por um aparelho (FLUSSER, 1985), resultado daquilo que se capta através da luz refletida pelos objetos, ainda assim não deixa de ser um modo subjetivo de ver e perceber o mundo. Torna visível aquilo que nos é invisível e vice-versa, dinamiza o olhar e as visibilidades do homem moderno.

A era das imagens também implica no indício do processo que pode ser entendido como criação documental, especialmente vinculada às imagens técnicas. Isto não deve ser visto como um ato malicioso, e sim como produto da experiência sensível do homem no mundo, fruto da própria História, uma vez que “oferece à leitura enquanto fonte, remetendo ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construído sobre determinada realidade” (COELHO, 2009, p. 12). A fotografia é um fragmento de uma realidade inatingível, que se torna subjetiva e revivida imagetivamente por quem a vê. Ao habitar o campo político, os fotógrafos optam por um registro que aflorem a sensibilidade do

²³ Disponível em <<http://www.fondazionefotografia.org/artista/claudia-andujar/>>. Acessado Set. 2015.

olhar de que a observa. Essas imagens precisam materializar problemáticas enfrentadas por certos segmentos da sociedade.

A imagem fotográfica, assim como o olhar sobre a paisagem, é também uma das maneiras construção de realidades e de mediação. Ao mesmo tempo em que pode ressaltar paisagens marginalizadas na sociedade, quebrando estigmas, do mesmo modo que pode reforçar os preconceitos já existentes em torno de determinadas paisagens e das realidades fragmentadas.

“A fotografia como representação social e memória do fragmentário” (MARTINS, 2013, p. 36) revelou realidades isoladas que serviram às diversas interpretações e se tornou um instrumento de luta. A era das imagens adentra o campo da política e da sociologia requisitando mudanças sociais da paisagem retratada, servindo, portanto, de instrumento político em uma sociedade repleta de exclusões. A fotografia colaborou para difusão de problemáticas sociais e por meio dessa produção muitas conquistas foram alcançadas nos direitos humanos e sociais na sociedade.

É sob esta perspectiva que se afirma que a Amazônia nunca foi tão fotografada quanto nos últimos anos. A fotografia foi determinante para revelar os impactados socioambientais provocados pela UHE Belo Monte: as primeiras fotografias aéreas revelaram a dimensão territorial de devastação da floresta, o barramento do rio Xingu. Essas fotografias as quais foram amplamente difundidas nas redes sociais e noticiadas em muitas páginas virtuais na internet. Ao traçar questões relativas à fotografia no contexto das hidrelétricas, é importante mencionar o papel fundamental da fotografia em uma região de difícil acesso, o que também corroborou diretamente para a construção de um inventário fotográfico da região.

1.2 O lugar dito: uma paisagem

(...) o viajante ao chegar depara-se com duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo. Nada existe e nada acontece na primeira Valdrada sem que se repita na segunda, porque a cidade foi construída de tal modo que cada um de seus pontos fosse refletido por seu espelho (...).

Ítalo Calvino

As paisagens urbanas das cidades da Amazônia se construíram a partir das beiradas de rios, em sua maioria lugares estratégicos de ocupação, que posteriormente se fortaleceram

com a intensa imigração. Assim como a cidade-espelho, Valdrada, que fora descrita por Calvino (1990) como “duas cidades”, uma suspensa feita pelos antigos às margens de um lago e outra constituída pela imagem-reflexo da água, a maioria das cidades amazônicas encontra seu duplo na presença dos rios. Tal qual uma cidade amazônica, Altamira, localizada no sudoeste do Estado do Pará, assemelha-se metaforicamente à Valdrada.

Desde os primórdios de sua existência, ainda no século XVIII, a vila que posteriormente seria chamada de município, Altamira, era um lugar de ocupação estratégica por causa da exploração da borracha e de fácil acesso às ilhas na redondeza, muitas ocupadas por indígenas (SCHIMINK; WOOD, 2012). Altamira foi erguida às margens do rio Xingu, se constituindo como uma cidade-espelho refletida no Xingu. Até a construção da UHE Belo Monte, tudo o que aconteceu em Altamira e que permaneceu era visto em seu reflexo no rio. Com a chegada da hidrelétrica, a “cidade-espelho” refletida na água foi aos poucos ofuscada pela estratificação do rio, por causa da barragem do rio e da formação do lago artificial, sem peixe e sem vida.

A Amazônia em suas extensas e complexas relações é um desafio para o agora. Os conflitos sociais presentes na região acontecem primordialmente por causa das disputas territoriais – desde a execução de projetos de grande porte, como hidrelétricas, mineração, grandes portos de escoamento de soja, até à grilagem de terra para exploração dos recursos naturais e negação da ocupação tradicional de muitas comunidades. Dessa maneira, comumente pessoas perdem seus territórios, já que interesses econômicos prevalecem sob os sociais, gerando também perda de identidade, do saber local, apagamento de histórias, da memória social e, por consequência, da paisagem da região, do lugar dito; pois “os tratores que arrasam a terra, no sentido mais material, levam abaixo, também, os limites territoriais e as identidades” (TORRES, 2014, p. 236).

A paisagem amazônica fora durante séculos um lugar dito sob a ótica dos europeus, que tinham o domínio da escrita, pois tal sistema de registro “removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos” (ASSMANN, 2009, p. 367). Os portugueses, ao dizimarem muitas etnias indígenas nativas da região, dominaram o discurso oficial, “soterrando” as histórias dessas populações, pois a escrita como um arquivo, “antes de ser memória histórica, é memória da dominação, constante de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e de origem familiar” (ASSMANN, 2009, p. 368).

Mesmo com todo o poder de dominação, resistiu na região os fragmentos de uma memória coletiva dos grupos que ali permaneceram após séculos de embates da colonização.

Destaca-se por meio disto, as memórias que registraram esses processos de mudança. É através da paisagem que nos deparemos com a memória sobre o lugar e também com possíveis fotografias, uma vez que a imagem fotográfica ao ser vinculada às questões sociais retrata paisagens que estão em vias de desaparecer e que também solicitam de memórias para ser mais bem contextualizada. Neste caso, não há como se falar de memória, de oralidade e de fotografia de modo isolado.

De acordo com Anne Cauquelin, o conceito de paisagem “estava inteiramente submetido às convenções pictóricas e literárias; exemplificada sob a forma de quadros”, que dependia, “de algum modo, de certo estado da cultura” (CAUQUELIN, 2007, p. 15). Se pela perspectiva da autora, a paisagem não está necessariamente vinculada ao “preexistir”, mas ao caráter retórico, devido ao fato de que se associa ao discurso de um lugar dito na totalidade que a compõe, “o que se vê não são as coisas, isoladas, mas o elo entre elas, ou seja, uma paisagem” (CAUQUELIN, 2007, p. 85).

Em consonância com o pensamento de Walter Benjamin (1994) sobre arte de narrar, a paisagem tal qual um lugar dito indicaria um estado de narrativa. A teoria sobre a narração discutida por Benjamin distingue dois tipos de narrativa arcaica, na qual uma está associada aos caixeiros viajantes, transeuntes por excelência, e outra ligada aos narradores que permaneceram no lugar de origem, os camponeses sedentários. Similarmente a arte de narrar, a paisagem pode ser descrita por quem passa ou por quem fica a contemplar, avistada cotidianamente ou simplesmente contemplada uma única vez.

Para Georg Simmel (2009, p. 6), a paisagem surge como fragmentos singulares, “exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista, um esquivar-se singular e característico a essa unidade impartível da natureza”. É verdade que ao longo da história da iconologia ocidental, a pintura em especial, produziu formas, signos que molduraram nossa percepção, “orientaram juízos, instauraram práticas. Esses perfis perspectivistas passam de um a outro, desenham ‘mundos’ que foram, para aqueles que os habitam, a evidência de um dado” (CAUQUELIN, 2007, p. 42). A paisagem por esse ângulo seria concebida segundo uma demarcação, um recorte temporal e imagético, um olhar subjetivo sobre aquilo que se vê, sobre o espaço em que se habita ou que subitamente se contempla.

O conceito de paisagem permite uma análise interdisciplinar acerca das relações entre homem, cultura e natureza. Dentre os inúmeros debates que permeiam esse conceito, se tem a paisagem como “corpo do mundo” (oposto ao sentido de objeto) esclarecido por Carlos

Alberto Steil (2008), que construiu sua análise a partir de uma leitura fenomenológica e antropológica dos estudos de Merleau-Ponty, Csordas e Pierre Bourdieu.

De acordo com Steil (2008, p. 9), Csordas discorre sobre a paisagem pela ótica da dialética entre corpo e corporeidade, pois “o corpo (material) se apresenta como a condição dos sujeitos no mundo, ele (enquanto corporeidade) também é o lócus da revelação do ser do mundo que, embora se expresse nos corpos individuais, não se esgota neles”. Se o corpo é o modo como o indivíduo existe enquanto ser no mundo, a paisagem reflete o modo em que esses seres se exibem ao indivíduo.

Como campo de percepção, a paisagem correlacionada à corporeidade se definiu pelo engajamento no mundo. Esse engajamento por meio da paisagem na fotografia questiona o papel do fotógrafo, principalmente ao inseri-lo na fotografia de cunho político, pois, nesse caso, os fragmentos de paisagem revelados visibilizariam problemáticas vivenciadas pela sociedade. A paisagem, assim como a fotografia, compreende o visível e o invisível.

Esta acepção de paisagem permite, assim, enfatizar a dinâmica dos processos temporais e sociais que dão forma ao ambiente, ao mesmo tempo em que constituem e modificam os lugares e os modos de habitar, permitindo distanciar-se de uma visão objetificadora que tende a atribuir um sentido de externalidade ao sujeito humano em relação ao mundo. Neste sentido, relacionando o conceito de paisagem com o de corporeidade (“carne do mundo”), vamos entender a paisagem como a expressão da “corporeidade da natureza”, de modo que a relação do sujeito com o mundo – seus lugares, seus modos de ser, suas memórias e crenças – são constitutivos do seu ambiente de vida. (STEIL, 2008, p. 10)

Na qualidade de fenômeno visível, a paisagem se configura como imagens das ações do homem sobre o meio e nos possibilita compreender o espaço com base nas culturas. Sendo representação, abarca signos e significados que refletem diferentes contextos e realidades decifradas de acordo com a construção social do indivíduo. Por esse ponto de vista, a antropologia visual ocuparia um lugar estratégico na compreensão dessas formas simbólicas, paisagens, ajudando a desvendar “o processo por meio do qual o etnógrafo transmuta os dados sensíveis e opacos da realidade social em representações e formas simbólicas, transformando os acontecimentos exteriores vividos por um agrupamento humano em verdadeiras narrativas” (ROCHA, A. L. C., 1995, p. 115) do lugar dito.

Enquanto campo de imagens simbólicas, memória pode ser atribuída ao conceito de paisagem e vice-versa. A memória social possibilita a reconstituição de paisagens vivenciadas, compondo as lembranças de tempos passados, que poderiam ser retratados pela fotografia. A paisagem observada na fotografia é um excelente ponto de observação para um estudo etnográfico que leve em consideração as imagens do meio, imagem-texto.

De acordo com VÍLEM FLUSSER (1985), a mediação entre o homem e o mundo acontece por meio da produção de imagens que tem o propósito de representação do mundo. Pela perspectiva de Flusser, a paisagem discutida pelo viés da fotografia seria um ponto de convergência de modos de representação, que fazem ver e perceber o mundo através de imagens. A fotografia engajada viabilizaria, nesse sentido, a compreensão da paisagem por meio dos fragmentos da realidade exposta, provocando interpretações sobre o espaço, o tempo e os problemas sociais ali revelados.

Ao analisar a paisagem por meio da fotografia, é importante frisar que há muitas maneiras de interpretar uma imagem e que sobre a mesma pode haver muitas interpretações. Os modos de interpretação da imagem se firmam na evidência fotográfica, que é construída pelos receptores, pois está relacionada com alguns aspectos específicos como cultura, conhecimentos adquiridos, concepções ideológicas e estéticas, convicções morais, éticas, religiosas, dentre outros (KOSSOY, 2009).

No período entre guerras, Guerra Fria e Segunda Guerra Mundial, a fotografia se difunde amplamente no contexto político-social, pois se tornou o meio pelo qual os horrores das guerras eram expostos globalmente. A destruição das paisagens típicas de determinadas regiões causou mudanças drásticas no meio urbano e no rural, inclusive banalizando a vida e a morte que representou a “nova” paisagem a ser retratada.

A partir disto, surgem duas evidências: uma referente à paisagem enquanto discurso, o lugar dito, que faz parte da memória social de uma comunidade, outra constituída pela paisagem fragmentária, imagem-texto da era das imagens, – não mais o lugar dito, mas o lugar visto por meio de um recorte visual. Essas evidências com frequência aludem à ideia da narrativa subjetiva e da fotografia “objetiva” ou documental (BURKE, 2004), entretanto há algumas ponderações.

Apesar de, como já mencionado, a fotografia ser inerentemente associada à representação carregada de realismo e à um suposto caráter objetivo, de acordo com Peter Burke (2004, p. 37), as imagens são “essenciais e traiçoeiras para os historiadores de mentalidades”. Segundo a definição de imagem apropriada por autor, as imagens seriam parte da iconologia, ou seja, produzidas pela arte, que tem suas próprias convenções. Nessa perspectiva, as imagens serviriam ao desenvolvimento interno da própria arte e de reação ao mundo exterior.

Por outro lado, o testemunho de imagens é essencial para os historiadores de mentalidades, porque uma imagem é necessariamente explícita em questões que podem ser mais facilmente evitadas em textos. Imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras. (BURKE, 2004, p. 37-38)

Enfatiza-se, novamente, as questões em torno da imagem, fotografia, paisagem, acrescido pelo discurso, para aprofundar as imbricações relativas às diferentes temporalidades e à modernidade em si está carregada de ambivalências (BAUMAN, 1991). Ainda se vivencia o que podemos denominar, em contraste ao moderno, de imagens “antigas”, *imaginais*, que tecem o inventário de imagens presentes na memória coletiva e individual.

As existências de temporalidades outras trazem a discussão sobre o papel de registro e de transmissão de memória. Tanto a fotografia quanto a oralidade, além de coexistirem, implicam em diferentes modos de ver e registrar as paisagens em transformação ou em vias de desaparecimento. Assim, Ana Pizarro (2012, p. 169) afirma, ao falar sobre a Amazônia, que “a partir do século 20, já é possível escutar as vozes plurais de uma realidade que, ao evidenciar as hegemonias, também reflete as fraturas, as fissuras, resquícios através dos quais se torna possível escutar as vozes dos vencidos”, uma vez que segundo a autora, essas vozes “conseguem se manifestar em termos diretos, pois possuem um lugar na memória longa e na memória simbólica, como no caso dos seringueiros” (PIZARRO, 2012, p. 169).

Na fotografia, a função de registro e transmissão é inerente à imagem. O prolongamento de tempo proporcionado pela imagem estática, a repetição do olhar sempre que desejado reforça que “a fotografia tem se prestado, desde sua invenção, ao registro amplo e compulsivo da experiência humana” (KOSSOY, 2009, p. 132). Nesse sentido, Boris Kossoy (2009, p. 132-133) afirma que a fotografia é objeto da própria memória:

É a memória coletiva nacional, preservada através da documentação fotográfica de seus monumentos, arquitetura, de suas vistas e paisagens urbanas, rurais e naturais, de suas realizações materiais, de sua gente, de seus conflitos e de suas misérias. É também a memória individual pessoal, gravada pelo registro fotográfico: a aparência do homem congelada, num dado momento de sua trajetória, o objeto-relicário mantendo a lembrança, através de família, de uma época desaparecida. Imagens silenciosas.

Na década de 1930, nos Estados Unidos, a fotografia intitulada de documental registrou muitas paisagens de exploração, servindo “para refletir a cenas do cotidiano de pessoas comuns, especialmente os pobres, como vistos, por exemplo, através das lentes de Jacob Riis (1849-1914), Dorothea Lange (1895-1965) e Lewis Hine (1874-1940)” (BURKE, 2004, p. 26). Por meio da fotografia social, como Lewis Hine denominou seu próprio estilo fotográfico, da fotografia engajada ou da “fotografia militante” como Susan Sontag (2004) definiu, muitos problemas sociais foram trazidos para discussão com parcelas maiores da população. As paisagens de exploração infantil retratadas tanto no meio rural quanto no urbano, retratos de crianças em trabalho em algodozeiras e em indústrias feitos por Lewis Hine

influenciaram legisladores a proibir o trabalho infantil. Por esse trabalho, Hine foi nomeado fotógrafo oficial da Comissão Nacional do Trabalho Infantil em 1908.

Os americanos, menos convencidos da permanência de qualquer ordenação social básica, especialistas na “realidade” e na inevitabilidade da mudança, produziram, de modo mais frequente, uma fotografia militante. Tiravam-se fotos não só para mostrar o que deveria ser admirado, mas para revelar o que precisava ser enfrentado, deplorado – e corrido. A fotografia americana supõe uma ligação mais sumária, menos estável, com a história; e uma relação mais esperançosa e também mais predatória com a realidade geográfica e social. (SONTAG, 2004, p. 78)

Mesmo com as imensuráveis críticas ao fotógrafo mineiro Sebastião Salgado, por ser considerado o “precursor” da “estética da pobreza” no Brasil, as fotografias dos trabalhadores em garimpos, como Serra Pelada no Pará, revelaram uma paisagem até então pouco vista: a exploração de ouro e suas mazelas. A extração do ouro no Brasil em 1986 aconteceu por meio de muito sangue e de vidas de muitos trabalhadores. Inquestionavelmente, essas fotografias não deixaram de ter seu valor social ao, de certo modo, questionar os valores da sociedade capitalista contemporânea.

A partir da leitura das fotografias de Salgado, se questiona o recorte de tempo e espaço que exprimem representações e expressões, que configura o discurso sociopolítico da imagem e a intenção do fotógrafo, sendo, por isso, resultado da maneira como ele expressa a si próprio no mundo, por mais “objetiva” que seja os modos de retratar. As fotografias de Salgado foram questionadas principalmente pela plasticidade das fotografias, o que traduz um discurso extremamente ligado à forma do conteúdo estético da imagem.

Senti-me interrogado e desafiado pela fotografia que Sebastião Salgado fez bem cedo na manhã de um dia frio, na invasão de uma fazenda por trabalhadores rurais sem terra, no Paraná. (...) É, sem dúvida, uma fotografia épica. No primeiro plano, a porteira recém-aberta é atravessada pela multidão insurgente, símbolos de desafio e força são agitados, uma foice caipira de roça, erguida, diz onde está o líder e diz que ali a roçada é outra. Bandeiras se misturam como vestes de gala com os trajés simples e pobres dos manifestantes. (MARTINS, 2008, p. 133)

Imagem 7 – Sebastião Salgado, Fazenda Giacometti, Paraná, 1996



Fonte: MARTINS, 2008.

1.3 Território da perda: imagens de resistência

Abraçamos os olhos para experimentar o que não vemos, o que não mais veremos – ou melhor, para experimentar que o que não vemos com toda a evidência (evidência do visível) não obstante nos olha como uma obra (uma obra visual) de perda.

Didi-Huberman

A Amazônia é fortemente marcada pela presença de rios que conduzem a maioria das rotas de viagens. As narrativas dos povos da Amazônia são discursos dos rios, no sentido figurado, já que água é a principal fonte de sobrevivência, dando não somente o meio de subsistência, mas também sendo o principal meio de locomoção do ir e vir – cenário de muitas histórias. A ocupação da Amazônia aconteceu no fluxo desses rios, logo as memórias sociais percorreram essas margens.

Nos últimos anos, em especial depois de 1950, a memória oficial se consolidou junto com os projetos de modernização da Amazônia e se tornou parte da memória do desenvolvimento econômico do país. Depois da ditadura militar, a região Norte enfrentou os

impactos sociais e ambientais por ter sido considerada a solução para muitos problemas geopolíticos no Brasil. Conjectura-se com isso, o que definimos como *território da perda*, que compreende as dimensões políticas e simbólicas ocasionadas pela perda do espaço sócio-afetivo, situação que muitas populações vivenciaram na Amazônia ao perderem o domínio sobre seu próprio território.

Imagem 8 – Ilha Murici, Volta Grande do Xingu



Fonte: O autor, 2015.

Compreende-se como o *território da perda* todo este processo de modernização da Amazônia, vista pela perspectiva dos “vencidos” e também pela história subterrânea (POLLAK, 1989; 1992) dos povos da terra. Refere-se de modo geral às comunidades que vivem da subsistência da terra e do rio, que surgiram não somente na miscigenação entre as populações nativa-indígenas, negros e “brancos”, mas também da imigração. Muitos pequenos agricultores que vieram para a Amazônia em busca de terra, para sustentar a família, acabaram por ver nesse lugar um sentido de casa.

Segundo Rogério Haesbaert (2004), o território desde a gênese enquanto conceito carrega consigo uma dupla conotação, uma alusiva ao material e outra ao simbólico. O primeiro indicaria dominação ligada ao sentido econômico. O segundo diz respeito à apropriação relativa ao simbólico, “carregado das marcas do ‘vivido’”, assim, “enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do

território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2004, p. 2).

Como *imagens de resistência* se considera não somente a fotografia política, mas também e principalmente as imagens da memória, do corpo daquele que sente na pele o pesar da modernidade quando impactado direta e indiretamente pelos grandes projetos. Este trabalho visa alcançar as histórias que habitam as fissuras da História oficial. Explicita-se que mesmo que a maioria das populações impactadas socialmente enfrente as mazelas advindas com a implementação de hidrelétricas, principalmente quem dependia diretamente do rio como meio de subsistência; há populações que encontram benefícios com esses projetos, em sua maioria pequenos agricultores imigrantes.

Para traçar uma possível cartografia do território da perda após o início da modernização da Amazônia, as fotografias servem de “pontos” que demarcam alguns territórios simbólicos da luta contra a hegemonia, e servem também, a grosso modo, de ponto de partida para uma recontextualização histórica. Aproximadamente na década de 1970, a fotografia chega à região através de pesquisadores, antropólogos em sua maioria e também por meio do Estado.

Em 1970, ocorre a cerimônia de início das obras da rodovia Transamazônica, que interliga o Nordeste ao Norte até o Estado do Acre – a obra dita “faraônica” do governo militar. Este acontecimento foi noticiado na televisão por meio de vídeo²⁴, e nos jornais por meio de fotografias do ex-presidente militar, Emílio Médici, que foi retratado atrás de uma seringueira que fora cortada no momento do início das obras²⁵. Essa fotografia, documental por essência, mostrou ao Brasil o “atraso” da Amazônia, que por décadas esteve “abandonada” pelo poder central (ANDRADE, 2010). Este caso enfatiza como a fotografia se insere na sociedade para propagar ideologias (ROUILLE, 2009), servindo de propaganda política.

Ao cartografar sobre outras fotografias importantes da história da região, encontramos uma decorrente dos protestos contra a barragem do rio Xingu, em 1989, quando a índia caiapó Tuíra passou um facão no rosto de um ex-presidente da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A)²⁶. O projeto hidrelétrico apresentado naquela época se chamava UHE Kararaô, nome dado pelos militares, que se referiam ao nome indígena caiapó

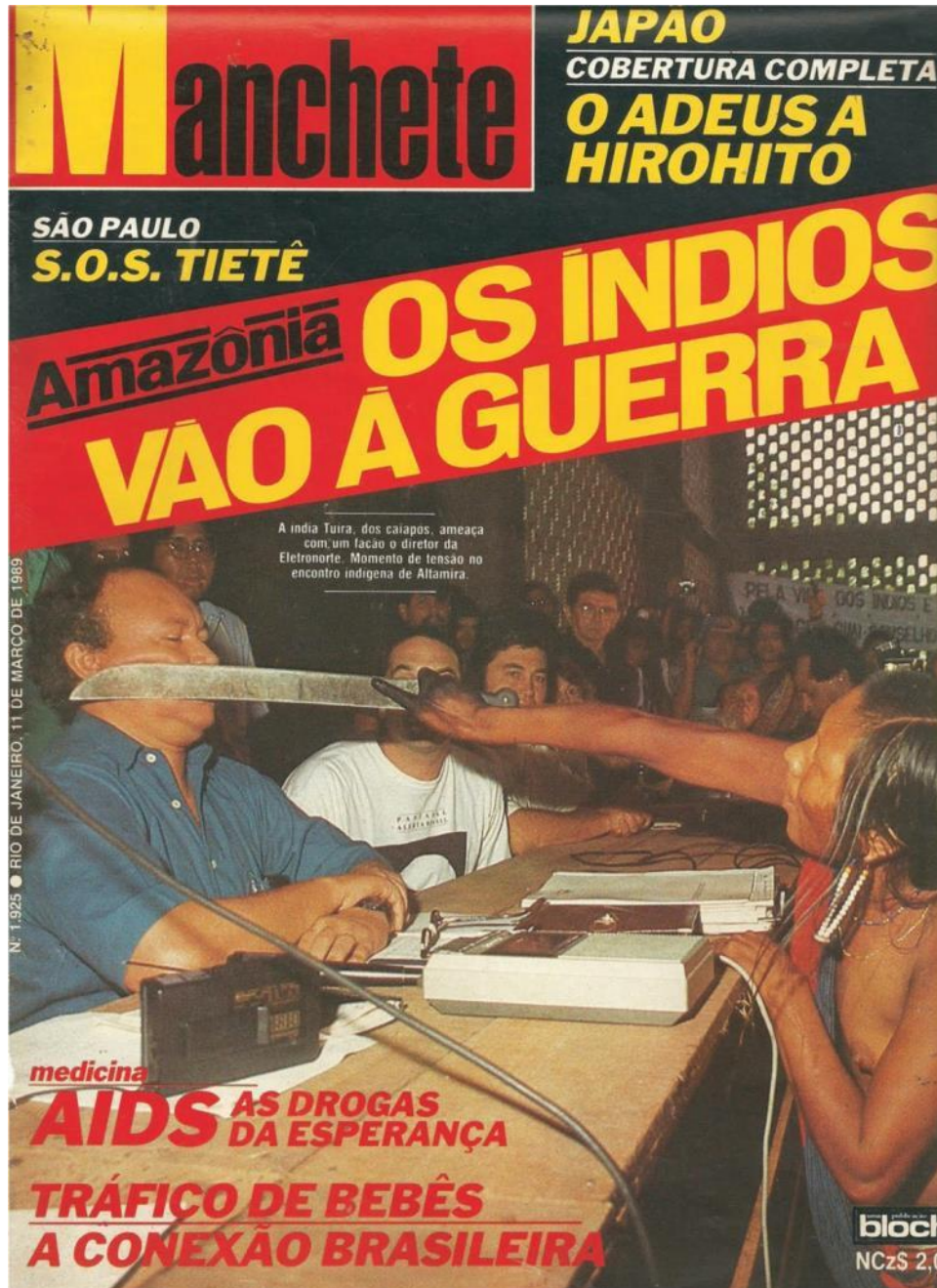
²⁴ “1970 – Inauguração da Transamazônica”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Z9EKMii6-D4>>. Acessado Set. 2015.

²⁵ Para visualizar as fotografias, acessar: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=30608>>.

²⁶ “A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A”. Disponível em <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/>>. Acessado em Fev. 2015.

dado ao rio Xingu, Kararaô. Esta mesma usina mudou de nome após esses protestos e se construiu sobre o nome de Belo Monte.

Imagem 9 – Revista Manchete, 11 de março de 1989



Fonte: Revista Manchete²⁷.

O caso da UHE Belo Monte repercute bem a retomada de projetos do passado projetados no presente, modernidade e ambivalência – planejada pelo governo militar e

²⁷ Disponível em <<http://subversivas.blogspot.com.br/2010/04/19-de-abril-dia-do-indio.html>> Acessado Out. 2015.

construída em plena democracia. Tal qual a UHE de Tucuruí, no sudeste do Estado do Pará, abasteceu as empresas de mineração, Belo Monte terá a mesma função. Caso seja cedida a licença de instalação²⁸, a Volta Grande do Xingu, onde foi instalada Belo Monte, poderá abrigar a maior mina de exploração de metal precioso ao céu aberto do Brasil, a empresa de mineração canadense, BeloSun.

O pensamento construído sobre a Amazônia a partir dos primeiros contatos com os portugueses não se difere muito do pensamento atual em relação à exploração dos recursos naturais, ainda feito de modo predatório. Na verdade, o que aconteceu foi um aprimoramento desse pensamento e refinando das ações ocorridas principalmente durante o regime militar. A execução dos chamados grandes projetos de desenvolvimento são realizadas até hoje, mesmo depois de trinta anos do fim da ditadura. O caso da UHE Belo Monte é um grande exemplo disto.

Para se entender melhor a questão da modernidade e ambivalência na Amazônia se faz necessário a compreensão da vida moderna. Se o esforço da vida moderna, de acordo com Zygmunt Bauman (1991), é exterminar a ambivalência, isto quer dizer que o que não pode ser definido precisa ser eliminado e por isso não tem lugar na sociedade. O outro na modernidade é o indefinido. Nesse sentido, o esforço da modernidade na Amazônia ocorre na construção de discursos e práticas que acabam por excluir, direta e indiretamente, o outro presente na região, o estrangeiro do próprio lugar.

A prática moderna “não visa à conquista de terras estrangeiras, mas ao preenchimento das manchas vazias *completeat mappa mundi*. É a prática moderna, não a natureza, que realmente não tolera o vazio” (BAUMAN, 1991, p. 16). O ideário oficial do “vazio” da Amazônia, aqui já apresentado, se tornou estratégico para a conquista e a dominação do território.

A modernidade na Amazônia não poderia ter sido planejada e efetiva sem que a ambivalência permeasse todo esse processo, dado os muitos conflitos surgidos desde então. A situação no Norte do país sempre será ambivalente na medida em que os discursos forem inadequados. Os agentes estatais ao proferir ordem ressaltam “a luta da determinação contra a ambiguidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a confusão” (BAUMAN, 1991, p. 14).

As consequências da modernidade na Amazônia podem ser compreendidas se considerarmos que as políticas públicas de ocupação não conseguiram ser eficientes e

²⁸ Até o fim desta pesquisa, BeloSun não havia conseguido a licença de instalação. As obras iniciais estavam previstas para o ano de 2017.

perfeitamente instituídas. Na tentativa de ocupar espaços, que definitivamente não eram vazios, houve o aumento das tensões sociais. Por consequência, agravaram-se os problemas fundiários, inclusive nas terras indígenas, causados pelas invasões, grilagens, por madeireiros, grandes latifundiários, garimpeiros, posseiros e por grandes companhias de mineração.

Nessa disputa por terra, se instaurou situação semelhante ao que Bauman (1991, p. 19) afirma ser uma “guerra contra o caos”, que “fragmenta-se em uma infinidade de batalhas locais pela ordem”. As batalhas estruturadoras da ordem podem ser vistas nos chamados “grandes projetos” na Amazônia. Um exemplo disto são as construções de grandes rodovias, que ao diminuir as distâncias entre as regiões, aumentaram exorbitantemente o fluxo migratório, que possibilitaram a instalação de empresas nacionais e multinacionais. Essas obras facilitaram a exploração predatória dos recursos naturais, o que aumentou as desigualdades sociais e gerou impactos sociais em diferentes localidades.

Segundo escritor amazonense, Samuel Benchimol (2009, p. 156), a partir da intensa imigração, se estabeleceu na Amazônia o “abrasileiramento” da região, na qual a chegada dessas pessoas trouxe consigo “outra cultura de valentia e cobiça, bem distante da Amazônia tradicional dos caboclos do beiradão, da calha central, das marombas e currais do baixo Amazonas, dos oleiros e vaqueiros do Marajó”. Por isso, foi tão incentivada pelo Estado.

1.3.1 Um lago de muitos esquecimentos

Na busca pela memória das populações remanescente da estrada, das rodovias Belém-Brasília e da Transamazônica, a artista mineira, Paula Sampaio, desenvolveu um trabalho de fotografia sobre os moradores do lago da UHE de Tucuruí, sudeste do Pará. Ainda na década de 1990, a artista imerge no cotidiano de diversas comunidades que habitavam as margens das grandes rodovias no Estado, desenvolvendo diferentes projetos e ensaios fotográficos sobre a migração e colonização na região. Sampaio, sobretudo, se atentou para as memórias orais e o para patrimônio imaterial das comunidades por onde passou²⁹.

Ao longo desses anos, Paula Sampaio atravessou o corpo amazônico: “Sua pele, tatuada de rios, florestas e rastros de seres de todo tipo, é um organismo imponderável. Mas é

²⁹ Mais informações disponível em <<http://paulasampaio.com.br/>>. Acessado em Mar. 2015.

na rota das longas e trágicas estradas da região que surgem os encontros”³⁰. Por meio dos trajetos nas principais rodovias na Amazônia, Paula Sampaio seguiu em busca de histórias orais e de imagens de álbuns de família. Desejou desejar saber o máximo sobre as pessoas que encontrou.

Pela perspectiva dos atingidos pelo represamento do rio Tocantins, Paula Sampaio produziu o livro “O Lago do Esquecimento”, tendo como plano de fundo a UHE de Tucuruí, ativada na década de 1980. O chamado lago de Tucuruí se formou devido ao represamento do rio no lugar que antes era a moradia de muitas famílias ribeirinhas. Após a construção da barragem, com o alagamento de muitas ilhas e escassez de pescado, essas famílias foram removidas e apenas muitos anos depois voltaram por vontade própria para este lugar.

O projeto Lago do Esquecimento da artista, ao qual me dedico, revela imagens que compõem partes da história do outro, dos atingidos pela construção dessa usina. O projeto nasce de uma pesquisa maior e resulta em um livro composto por uma série de fotografias, cartas e relatos dos moradores do lago artificial. O gesto singular deste trabalho está na combinação de fotografias e escritos que se justapõem, se complementam, e traduzem parte da memória social e coletiva da região. Desvelam o que está por trás do que se vê.

³⁰ Disponível em <<http://paulasampaio.com.br/as-rotas/>>. Acessado Mar. 2015

Imagem 10 – O Lago do Esquecimento



Fonte: SAMPAIO, 2013³¹.

Então eu buscava nas ilhas de Tucuruí migrantes remanescentes da estrada, só que eu nunca os encontrei. Desde 1994 eu vou pra lá atrás desses migrantes e nunca achava. É muito estranho aquele lugar, tem uma energia muito particular. Eu sabia que alguma coisa existia ali pra mim, mas eu não sabia o que era. Eu não encontrei os migrantes que eu procurava, e depois descobri que tinha um índice de loucura, de problemas mentais grande entre a população, porque muitas pessoas que vão pra lá são desterritorializadas. Eles perdem as suas terras, perdem referências, foram migrando para os topos das ilhas ou vindo de grandes projetos que não deram certo. Então, eles perderam o passado, perderam a memória.³²

As fotografias de Paula Sampaio não retratam rostos de quem conta o que viveu, a artista opta por outros meios de retratar pessoas e as memórias submersas no lago morto de Tucuruí. Os retratos da floresta podem ser interpretados como o naufrágio de vidas e de histórias, de pertences, de territórios, fragmentos de memórias dos atingidos pela hidrelétrica.

Ao tratar de histórias submersas, a artista evidencia questões políticas locais enfrentadas após o avanço da modernização do país. Se considerarmos que essa região foi vista por longos anos como sendo um imenso vazio demográfico, podemos trazer ao lume as contradições na América Latina. Da mesma maneira, podemos discutir o papel dos artistas

³¹ Disponível em <<http://paulasampaio.com.br/en/projetos/lago-do-esquecimento/>>. Acessado em Mar. 2015.

³² Entrevista contida na Revista Gotaz, n. 3, disponível em <http://issuu.com/gotaz/docs/revista_final_issuu>. Acessado em Mar. 2015.

como mediadores e intérpretes da transformação social (CANCLINI, 2011). De acordo com Néstor García Canclini, as “tendências irreversíveis a massificação da sociedade, a expansão urbana e da indústria cultural, se as vemos – mesmo em suas contradições – com humor, é possível pensar a função do artista” (CANCLINI, 2011, p. 112).

O Lago do Esquecimento é um trabalho sobre desterritorialização. Ao imergir no lago de Tucuruí, a artista dá visibilidade às populações que habitam as margens da sociedade, uma vez que essas pessoas foram deslocadas de seus territórios por causa da prevalência dos interesses econômicos. Os moradores do lago ao rememorar os deslocamentos, o território que fora perdido e ao mesmo tempo retomado após o término da Usina, narram os lugares que se tornaram imaginados pelo próprio desaparecimento.

Paula Sampaio desenvolveu seu campo artístico ao experimentar as histórias que habitam as fissuras da História. Dessa maneira, “frente à ‘eficiência’ produtivista, reivindica o lúdico; frente à obsessão do lucro, a liberdade de retrabalhar as heranças sem réditos que permanecem na memória, as experiências não capitalizáveis que podem livrar-nos da monotonia e da inércia” (CANCLINI, 2011, p. 113). Atenta-se nesta dissertação para o projeto do Lago do Esquecimento como fora apresentado em 2013, em formato de livro.

As fotografias de Sampaio dão materialidade às paisagens descritas pelos moradores do lago artificial de Tucuruí e, sem os relatos transcritos no livro, essas paisagens continuariam submersas nas profundezas do desenvolvimento. A composição apresentada permite que vejamos os vestígios de memórias do tempo vivido antes dos “grandes projetos”. Assim, Paula Sampaio confere ao outro a função de escrita e de fala, do rememorar a própria vida com o próprio modo de dizer. A artista abre espaço entre as imagens fotográficas, dando-lhes o mesmo valor ao signo linguístico e às fotografias.

Imagem 11 – Livro impresso “O Lago do Esquecimento”



Fonte: SAMPAIO, 2013³³.

“O salvamento dos bichos foi o seguinte: a água foi enchendo, né? Alagando todas as terras. Aí ficavam aquelas coroas de terra onde os bichos ficavam, e o que dava pra gente pegar, a gente pegava; o que não dava ia morrendo também. E aí a água foi tomando conta e, hoje em dia, resta o que você tá vendo. Pra quem conheceu o lago aqui, era uma mata. Aí, como a água invadiu... Tem local aí que a gente nem conhece mais... Olha, as cidades mesmo, você já não vê. Vê os restos das casas, os esteios, os tocos, como deixaram. Em Jacundá, ainda se vê, perfeitinho, a caixa d'água... Ela ficou.(...)” Tomé Coelho Ramos Moraes, 53 anos, paraense de Baião. Morador de Tucuruí. (SAMPAIO, 2013, p. 15).

As paisagens lembradas pelos moradores do lago integram parte da memória social da região, essas imagens são *imagens de resistência*, que se fortalece sempre que são contadas, imaginadas e vividas. As fotografias e os relatos são primordiais para compor um recorte da memória e paisagem na Amazônia sob o contexto da implementação de usinas hidrelétricas. O trabalho de Paula Sampaio cumpre sua missão de intérprete da transformação

³³ Disponível em <<http://olhave.com.br/2014/01/atmosfera-inexistente/>>. Acessado em Mar. 2015.

social, se utilizando da linguagem artística para retratar histórias submersas e levando-as para públicos mais amplos da sociedade.

O lago artificial de Tucuruí não foi o único a ser formado após a construção de uma hidrelétrica, pois outros lagos estão sendo formados ou já foram, como o lago de Belo Monte, na região do rio Xingu, os lagos de São Luiz e Jatobá na região do rio Tapajós, ambos no Pará; e Santo Antônio e Jirau no rio Madeira em Rondônia. Todos esses lagos carregam consigo histórias, memórias, identidades, culturas, que naufragaram no rio e que compõem o sentimento de (des)pertencimento. Os lagos artificiais afogaram histórias dos povos que habitam às margens do Estado, mas que continuam a ser repassadas de geração em geração por meio da história oral dos que sofrem com o pesar do deslocamento.

(...) a forma de vida é mais complexa que a “comunidade”, mais simbólica que “sociedade”, mais conotativa que “país”, menos patriótica que patrie, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que a hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que “o sujeito”, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social. (BHABHA, 1998, p. 199)

Imagem 12 – Travessão Santana, Anapu, 2016



Fonte: O autor, 2015.

2 CARTOGRAFIAS DO DESLOCAMENTO

2.1 Das escrituras: palavras, gestos e mapas

As narrativas traçadas a seguir tecem o que trato como cartografias do deslocamento, desenvolvidas a partir dos caminhos percorridos na mesorregião do médio rio Xingu durante os anos de 2011 a 2016. Estas pequenas cartografias desenharam os percursos investigativos tecidos por mim na região desde os primeiros contatos: são rotas, linhas, pontos de fugas, retratos, fotografias, frames de vídeos, poemas, que marcam pontos de referência no meu mapa-processo enquanto artista visual e pesquisadora. Dos primeiros percursos, chego ao tema central deste trabalho. As cartografias esboçadas revelam os percalços e os deslocamentos realizados por antigos moradores da agrovila Santo Antônio após da construção de Belo Monte no rio Xingu.

Ao defrontar-me com uma realidade completamente singular, localizada a cerca de 820 quilômetros de distância da capital do Estado, Belém, decido por mergulhar nessa “geografia dos afetos” (ROLNIK, 2014, p. 66) construída ao longo do rio Xingu. Escolho para isto um recorte: uma antiga agrovila localizada às margens da rodovia Transamazônica – lugar que encontrei durante meus percursos pela região. As narrativas visuais, em sua maioria de natureza fotográfica, projetam subjetividades que partem do meu modo de ver e cartografar aquele espaço. As escrituras e textos são resultado de minha tecitura a partir das vivências nas localidades, experiências de caráter etnográfico desenvolvidas durante as pesquisas de campo, reafirmando que “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 19).

Por se tratar de cartografias, mapas abertos em eterna construção, friso que me aproprio das reflexões de Suely Rolnik (2014), na tentativa de elaborar um trabalho como cartógrafa por meio de “pontes de linguagem”, conforme pontua a autora, uma vez que assim seria possível me guiar nas travessias entre diferentes linguagens. A cartografia sentimental proposta pela autora, aqui, é vista como uma etnografia sensível, um mapa-processo de artista-pesquisadora: é um trabalho de “criação de mundos” (ROLNIK, 2014, p. 66). Para tal, me armo de pontes feitas com distintas linguagens, que se complementam, compreendendo que “o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas” (ROLNIK, 2014, p. 65).

Como um processo sempre em construção, a investigação cartográfica está inteiramente voltada “para uma experimentação *ancorada no real*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 30, grifo nosso). Os gestos, que também a integram os mapas, são traduzidos por meio das narrativas apresentadas: fios de memória esboçados de modo a revelar as histórias e as memórias, metaforicamente, submersas nas águas do Xingu e/ou empoeiradas no barro de cor laranja que se transforma em lama nos travessões³⁴ em época de chuva.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. **Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma mediação.** (...) Um mapa tem **múltiplas entradas** contrariamente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 30, grifo nosso)

As cartografias do deslocamento visam localizar memórias nas marcas georreferenciadas do viver, do habitar, do narrar a partir de pontos importantes da paisagem local, de uma fotografia antiga da agrovila Santo Antônio, hoje transmutada em ruínas, como “um presente imaginado de um passado que agora só se pode ser apreendido em sua decadência” (HUYSSSEN, 2014, p. 98). A partir disso, encontro territórios existenciais (ROLNIK, 2014), que me guiam ao cartografar o que defino como “território da perda”, compreendido não somente enquanto perda do espaço, mas também incutido na ruptura das relações ali cultivadas, de um cotidiano negado. No escopo *do território da perda* estão os processos identitários, culturas, memória social etc. firmados no lugar.

O conceito de território ao qual me refiro pode ser compreendido também pela seguinte citação que Deleuze e Guattari (1995, p. 29, grifo nosso) fazem da obra de Carlos Castañeda, 1972, intitulada *L’Herbe du diable et la petite fumée*:

"Primeiro, caminhe até tua primeira planta e lá observe atentamente como escoam a água de torrente a partir deste ponto. A chuva deve ter transportado os grãos para longe. Siga as valas que a água escavou, e assim conhecerá a direção do escoamento. Busque então a planta que, nesta direção, encontra-se o mais afastado da tua. Todas aquelas que crescem entre estas duas são para ti. Mais tarde, quando estas últimas derem por sua vez grãos, **tu poderás, seguindo o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território**".

As cartografias, que estabelecem os territórios existências de cada sujeito, circunscrevem pontos que marcam e situam memórias, referidas não somente no âmbito de um passado inatingível, mas, em especial, na esfera de perda caracterizada pelas rupturas

³⁴ Travessão, travessa ou vicinal são estradas de terras abertas durante o Projeto de Colonização da Transamazônica, que partem da rodovia principal seguindo mata adentro no lado sul e norte. Dentro dos travessões existem outras estradas abertas, que formam uma espécie de “ruas”, essas ruas são chamadas na região de “ramal”. Por causa dessas estradas, a região da Transamazônica é conhecida como “espinha de peixe”, sendo a rodovia vista como o dorso e os travessões como espinhas.

sociais ocorridas na extinta agrovila. Por isso, neste processo surgem não somente imagens visuais materializadas no próprio ato de cartografar histórias e memórias em uma etnografia sensível, como também se revelam as imagens suspensas (LEÃO, 2010a, 2010b) que essas família emanam no ato de lembrar e de também negar essas lembranças.

“Rapaz, eu não quero lembrar de nada de lá, porque do jeito que eu morava lá, que tinha a minha tranquilidade, eu tinha tudo, tinha o Xingu, praia boa, a minha canoa, os meus utensílios de pesca para eu ir pescar e fazer do meu lazer que eu vivia, para vir para esse inferno desse... eu não quero lembrar de nada de lá.”³⁵

No caso da agrovila Santo Antônio, foi veemente a ruptura que aconteceu com os laços comunitários, uma vez que, ao se dispersarem na região, essas famílias se afastam uma das outras, sendo obrigadas a ressignificar seus próprios modos de vida e suas memórias sobre o lugar vivido. Outros negam as novas perspectivas e a readaptação aos novos modos, como seu Amadeu. A perda também se configura na privação do contato com as paisagens habituais, o que resulta na eliminação de elementos que as compõem, como a sua sonoridade, o que tem extremos efeitos sobre o recordar. Na busca por paisagens, Bosi (1994, p. 447) diz que “ao perdermos uma paisagem sonora sempre poderemos evocá-la através de sons ou na conversa com testemunhas que a viveram”. As antigas famílias moradoras da vila são nossas testemunhas de uma vivência passada na Amazônia ou do que podemos chamar de pequenas histórias do tempo presente.

Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com a estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade [e do campo também]: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento. (BOSI, 1994, p. 447, grifo nosso)

³⁵ Entrevista gravada em áudio e vídeo, S. Amadeu, 2015.

Imagem 13 – Ruínas de Santo Antônio #1: Barracão do seu Cachimbo



Fonte: O autor, 2016.

As famílias com quem conversei, em sua maioria de imigrantes, já está há mais de trinta anos na mesorregião do Xingu. Adaptaram-se ao lugar que chegaram com expectativas de melhorar de vida, entre as décadas de 1970/80. Hoje, encontram ali um refúgio e uma esperança, ora abalada com a construção da barragem ora fortalecida com a indenização da mesma. Desse processo recente, restaram não só memórias e álbuns de fotografias de algumas famílias³⁶, mas também pontos georreferenciados que estavam em ruínas devido ao abandono. Esses pontos cartográficos eram árvores que localizavam antigos lotes manejados por essas famílias, casas abandonadas, ilhas destroçadas com a extração de areia, afogadas pela água ou simplesmente mortas em suas raízes.

Apesar de muitos pontos cartográficos se encontrarem, ainda, dispostos em sua decadência local, compondo as ruínas contemporâneas de Belo Monte, este trabalho cartográfico encontrou um grande desafio: como cartografar territórios existenciais em que seus pontos, entrelinhas e fissuras estavam dispostos em marcas georreferenciadas na região que precisavam, antes de tudo, serem vistos? Em outras palavras, é sobre o ver e como se vê que a etnografia sensível se calca antes de tudo, é também uma busca por mapear histórias

³⁶ Para ser mais específica, nas pesquisas de campo foram encontradas duas famílias que tinham álbuns de família.

que tem um plano de fundo palpável, onde suas referências ainda se encontravam nas paisagens em decadência.

A cegueira no ato de cartografar desvela as dificuldades de transição em diferentes meios, e nesse caso em específico, mostra que uma artista-etnógrafo que cresceu em cidade ao explorar conceitos e modos de vidas rurais, ou interioranos, percebe que “sob suas formas atuais, a urbanização estabelece, com efeito, a multiplicação dos pontos cegos”, ou melhor, “ela cega o olhar dos habitantes das cidades” (AUGÉ, 2010, p. 47), habituados aos barulhos, caos e ao excedente de imagens. Assim, iniciou-se a busca pelas castanheiras do seu Zito, patriarca já falecido de umas das primeiras famílias da Transamazônica no perímetro Altamira-Belo Monte, e também pelos pontos de referência de muitas histórias, dos fluxos e trânsitos ali ocorridos. Esta investigação resultou na visualização de muitas histórias que estavam por trás dos álbuns de família imigrantes, dos jovens que se casaram e que aos poucos foram unindo essas famílias, tornando-os parentes de sangue e de consideração.

A busca que fiz pelo ver se transformou na subsequente procura pelo tocar, por uma experiência tátil que não necessariamente estar no tocar com as próprias mãos, mas está na experiência do eu no mundo, nos gestos, no sentir com os olhos porque esta “percepção que talvez não esteja ‘em minha cabeça’, não está em parte alguma a não ser em meu corpo como coisa do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 21). Por isso, imergi na vivência e no transitar pelas localidades em que os pontos de referências ainda estivessem presentes, mesmo que em uma suposta decadência ou, talvez, em uma resistência local.

Para isso, me armo das reflexões do filósofo, historiador e crítico da arte, Georges Didi-Huberman na primeira parte do livro *O que vemos, o que nos olha* (2010), pois confere uma análise profunda do texto *Ulisses* de James Joyce com o fim de evidenciar a “inelutável cisão do ver”. Na concepção do autor, no regime do visível há duas perspectivas inelutáveis e paradoxais: “o que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha” (2010, p. 29). James Joyce escreve “fechemos os olhos para ver”, o cita Didi-Huberman, para ensinar que “*ver* só se pensa e só se experimenta em última instância numa experiência do *tocar*”. Didi-Huberman nessas reflexões também referencia a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (2014).

Abramos os olhos para experimentar o que não vemos, o que não mais veremos – ou melhor, para experimentar o que não vemos com toda evidência (a evidência visível) não obstante nos olha como uma obra (uma obra visual) de perda. Sem dúvida, a experiência familiar do que vemos parece na maioria das vezes dar ensejo a um *ter*: ao ver alguma coisa, temos em geral a impressão de ganhar alguma coisa. Mas a modalidade do visível torna-se inelutável – ou seja, votada a uma questão de ser – quando ver é sentir que algo inelutavelmente nos escapa, isto é: quando ver é perder. Tudo está aí. (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 34).

2.2 Primeiros deslocamentos

Imagem 14 – Percursos de viagem, Transamazônica e Volta Grande do Xingu



Fonte: O autor, 2012; 2015.

Nas primeiras viagens que fiz para Altamira entre os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 cheguei “por terra”, seguindo as BR’s de Belém, do norte ao sudoeste do Estado do Pará. O deslocamento de ônibus feito diversas vezes possibilitou que, mesmo com o cansaço de mais vinte horas de viagem, eu observasse a mudança de paisagem desde a saída do nordeste paraense até a área de influência da chamada Terra do Meio³⁷.

Em questões relacionadas à construção de Belo Monte, a cidade de Altamira tornou-se um lugar estratégico pela localização central entre os principais sítios da UHE: sítio Belo Monte (reservatório intermediário) e o sítio Pimental (reservatório principal da Usina). Por isso, era o ponto de chegada e de partida das ações que participei – como artista visual, militante e voluntária na produção de vídeos em duas ocupações³⁸ ocorridas em maio de 2013.

Dentre os percursos trilhados por terra no roteiro Belém-Altamira, destaca-se aos olhos o município de Tucuruí, que fica a cerca de 320 quilômetros de Belém, construída às margens do rio Tocantins – que nasce no planalto central e deságua no litoral norte do país. É a BR-422 que interliga o norte ao sudeste paraense, que passa por cima de um dos principais barramentos deste rio, a UHE que leva o mesmo nome da cidade, Tucuruí (um nome de origem Tupi, que significa rios dos gafanhotos, dado pelas muitas etnias indígenas que

³⁷ “(...) região conhecida como Terra do Meio – assim chamada por se situar entre os rios Xingu e Iriri” (ALARCON; TORRES, 2014, p. 11), compreende área de influência dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu.

³⁸ O ano de 2013 foi um ano intenso de protestos contra Belo Monte, dentre esses, ocorreram “ocupações” no canteiro de obras, o que parou a obra por algumas semanas.

habitavam essa mesorregião³⁹). Aos olhos de um leigo, a ponte pode parecer uma simples conexão.

Imagem 15 – Barramento do rio Tocantis – UHE Tucuruí



Fonte: O autor, 2012.

Isso aqui, antigamente, só era um igarapé mesmo; agora tá maior porque alagou. Essa parte aqui tem o rio Jordão, tem o Mururé. Entrando por ali tem o Caripé, Água Fria. Olha que a parte da barragem pra cima era muito bonita. Isso aqui era cheio de praia, ficou tudo embaixo d'água. Aí foi se acabando, e o lago de Tucuruí formou esse pauzão.

Tomé Coelho Ramos Moraes, 53, natural de Baião. Morador de Tucuruí. (SAMPAIO, 2013, p. 10)

A viagem, por entre as principais rodovias do plano de integração da Amazônia, me possibilitou compreender que essas estradas eram mais que lugares de passagem, por onde transitam veículos e pessoas, pois constituíam o cenário das histórias de vida em sua micro e macro esferas. Em especial a rodovia Transamazônica, na pesquisa de campo, se revelou um verdadeiro “palco extraordinário por onde vêm transitando modos de pensar e intervir na realidade social” (STEINBRENNER, 2011, p. 105).

Durante a pesquisa de campo em 2015, percebi severas semelhanças entre ambas as hidrelétricas, Belo Monte e Tucuruí. A começar pela paisagem. Hoje a Transamazônica passa em frente à casa de força principal de Belo Monte, onde o rio Xingu foi aterrado para dar vazão ao desvio de água para o reservatório intermediário: nesse trecho a rodovia foi transformada em ponte, similar a Tucuruí. Essas semelhanças não cessam nas questões da paisagem, – notórias para qualquer pessoa que atrevesse Tucuruí e Belo Monte, afinal, se tratam de UHE's – mas também perceptíveis nos fragmentos de narrativas e de memória que visei colher. Essas narrativas descrevem aquilo que não é notório, como a memória registrada de Tomé Coelho citada na obra de Paula Sampaio (2013), mencionada acima, e a fala de seu

³⁹ Biblioteca do IBGE. **Tucuruí, Pará – PA: Histórico**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/tucuruui.pdf>> Acessado em Jun. 2016.

Élio sobre os pontos de pesca no *Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte*:

A gente tinha vários pontos [de pesca], mas bem próximo de nossa casa tinha o melhor ponto de peixe. Praia de Murici. Ia para a praia levava comida, isopor, mesa, as crianças ficavam no barracão para não pegar sereno. **Era lazer e em frente lá tinha uma pedra que era um lugar onde ficava os peixes e ali era o lugar de pescaria. É justamente era onde está passando a Transamazônica hoje.** Lá mesmo eu colocava a minha rede. Para vocês terem uma ideia de como mudou a coisa hoje. (BRASIL, 2015, p. 76, grifos nosso)

Na primeira vez que fui para Altamira, um dos principais questionamentos e reivindicações giravam em torno da pesca, uma vez que em Altamira se espalhavam cada vez mais as histórias do desaparecimento de muitas espécies em Tucuruí e, naquela época, já temiam que acontecesse o mesmo no rio Xingu. Talvez não por uma mera coincidência, desde o ano de 2015 até março de 2016, quando o lago de Belo Monte encheu, foram contabilizados mais de dezesseis toneladas de peixes mortos no reservatório principal da usina e arredores da Volta Grande do Xingu⁴⁰.

Em 2016, segundo os relatos que ouvi durante a pesquisa, os peixes da região estavam ficando cada vez mais escassos. A pesca comercial havia sido proibida e os pescadores lutavam para sobreviver ainda do que sabiam fazer de melhor que era pescar. A população ribeirinha, que resistia em algumas ilhas, por exemplo, e parte da população urbana de Altamira, vivia sob a tensão do risco de um alagamento desproporcional ao que foi anunciado pela Norte Energia, principalmente depois que a empresa começou a anunciar nas rádios locais um alerta sobre possíveis aumentos do volume d'água. Era uma medida protetiva às famílias que viviam próximo aos beiradões dos rios e dos igarapés.

⁴⁰ Para mais informações, ler o texto “Belo Monte é multada em 8 milhões por morte de peixes”. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,belo-monte-e-multada-em-r-8-milhoes-por-morte-de-peixes,10000017337>>. Acesso em Maio. 2016.

Imagem 16 – Reservatório intermediário em construção/ UHE Belo Monte



Fonte: O autor, frame de vídeo, 2015.

Retomando as reflexões sobre o percurso pelas estradas, a passagem por Tucuruí também anunciava a mudança de uma paisagem naturalmente amazônica para a abertura do que posso denominar como uma “estética” dos chamados grandes projetos, marcada por grandes encontros entre a natureza e a intervenção do homem. O caminho pela rodovia que corta Tucuruí chega ao fim com o túnel que se abre dentro dos paredões da Usina, como um portal que nos leva aos novos desafios.

Imagem 17 – Reservatório intermediário ainda não ativado/ UHE Belo Monte

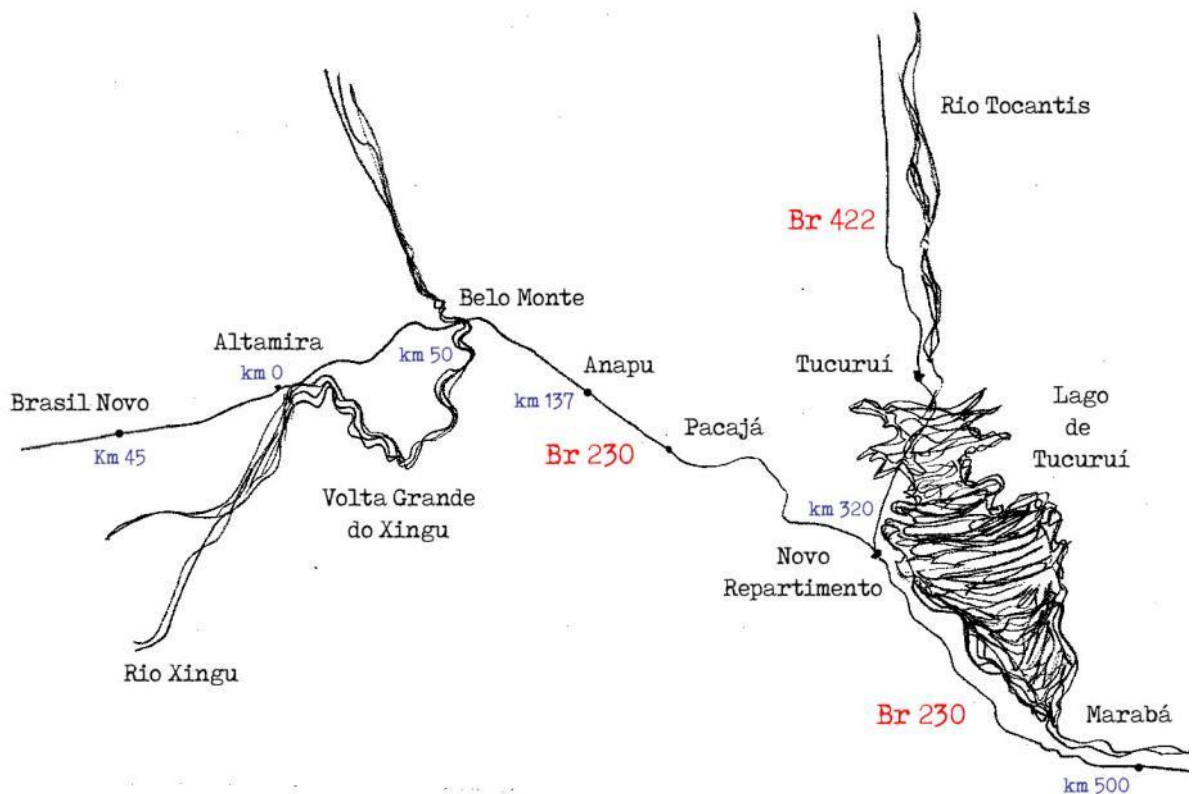


Fonte: O autor, 2016.

Seguindo adiante, a viagem de ônibus nos leva ao último município da BR-422, Novo Repartimento. Os fluxos do ir e vir que cruzam a cidade, em maioria realizada por caminhões de grande porte que carregavam cargas pesadas como torras de madeiras e gado, revelavam as reminiscências do papel dado ao território amazônico, a de ser o palco para um cenário de exploração, em sua demasiada conotação, além de registrar o patente o abandono estatal. A BR-422 termina, ou começa, na BR-230, a famosa Transamazônica, onde forma assim uma espécie de bifurcação: do lado leste, a rodovia segue em direção à Marabá – ao oeste, segue para Pacajá, ambos os municípios localizados na Transamazônica. É também neste momento da viagem que nos defrontamos com a estrada de barro.

[Sobre Novo Repartimento] A cidade é pobre mas não existem carros populares, somente motos e caminhonetes, e é claro, os caminhões, que passam levando poeira e toras de madeira do tamanho de prédios para todas as direções. Os motoqueiros são vaqueiros em bois modernos. Nas caminhonetes, homens brancos de meia idade, com sotaque de regiões mais ao sul contrastavam com os funcionários da padaria em que paramos, estes, não negavam as raízes nordestinas. (NASCIMENTO, H., 2011, grifo nosso)

Imagem 18 – Cartografia do deslocamento #1



Fonte: O autor, 2016.

Que, ao longo da rodovia, seriam criadas agrovilas, agrópolis e rurópolis. As agrovilas seriam conjuntos de lotes com casas instaladas no espaço de 100 hectares, que deveriam ter uma escola de 1º grau, uma igreja ecumênica e um posto médico. As agrópolis, uma reunião de agrovilas, com serviços bancários, correios, telefones e escola de 2º grau. As rurópolis, por sua vez, um conjunto de agrovilas. Tratava-se, como se vê, de um panóptico a céu aberto, na medida em que essa estruturação tinha também como finalidade garantir o pleno controle de seus habitantes. De fato, poucas agrovilas foram implantadas e apenas uma agrópolis (Brasil Novo) e uma rurópolis (Presidente Médici), que hoje são municípios do Pará. (CHAVES, 2007, p. 4)

Desde a primeira vez em que ouvi falar da região de influência da chamada Terra do Meio, o rio Xingu e a Transamazônica destacavam-se, em diferentes medidas, pelas exuberâncias de suas histórias. O rio Xingu foi o rio mais bonito que vi, porque era diferente dos rios do nordeste paraense, barrentos e, por isso, de água escura e marrom. O Xingu brilhava em seus tons esverdeados de uma água límpida, era deslumbrante⁴¹. Já a Transamazônica sempre foi uma rodovia famosa no Estado, não por ser uma obra faraônica do Governo militar, mas por cortar localidades de difícil acesso. Por consequência, Altamira chamava atenção por ter sido o cenário de inauguração da Transamazônica, onde o presidente militar Médici proferiu seu discurso.

Imagem 19 – Rodovia Transamazônica, Paula Sampaio, 1994



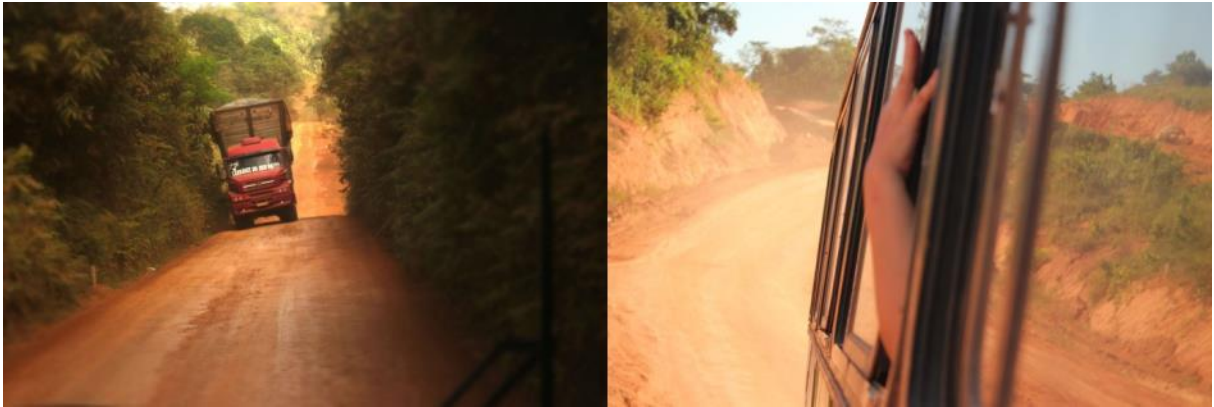
“Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde”. Eis o que diz a placa que o “Sr. Presidente da República”, isto é, o General Emílio Garrastazu Médici, descerrou no dia 9 de outubro de 1970, incrustada no tronco de uma castanheira, às proximidades da cidade de Altamira, no Pará. Gesto simbólico, eloqüente, espetacular, que foi acompanhado da derrubada de uma árvore de 50 metros em meio à selva. Assim, o governo militar pretendia dar continuidade ao seu projeto de modernização do Brasil (apoiado, como sabemos, numa Doutrina de Segurança Nacional) e, neste projeto, a chamada integração da Amazônia ao resto do país passou a desempenhar um papel fundamental. (CHAVES, 2007, p. 16)

Fonte: SAMPAIO, 2013a.

⁴¹ Enfatizo a conjugação do verbo passado, pois o que vejo hoje em 2016 está cada vez mais distante do contemplado no ano de 2011, quando o vi pela primeira vez.

Na estrada, os rastros de passagens sobressaltados no barro perpetuam nada mais que uma enorme poeira, que faz mudar de cor tudo que por ali passava ou tudo que ali sobrava, como as poucas árvores que sobreviviam nas margens. Os tons eram laranja. Assim, a Transamazônica se revela um lugar atípico, composta por grandiosos caminhos abertos no chão batido, com desmatamento por todos os lados. Era outra Amazônia, “descoberta” e esmagada pelo poder do homem (civilizado?). Ao contrário do maravilhoso contato visual com o rio Xingu, passar pela Transamazônica era como uma visitar um tempo perdido, que foi soterrado no próprio barro.

Imagem 20 – Rodovia Transamazônica



Fonte: Luana Beatriz, 2012.

Com a abertura da rodovia Transamazônica, que fazia parte da construção de uma malha viária na Amazônia na década de 1970, foi criado pelo governo militar “sistema planejado de colonização” (ARBEX JR., 2005, p. 36). A agrovila Santo Antônio nasce sobre essa lógica de colonização dirigida, na qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi responsável pela distribuição de lotes urbanos para a construção dessas vilas na região. Segundo Élio Alves⁴², foram distribuídos pelo Incra cerca de 246 lotes para a formação da vila Santo Antônio no quilômetro 50 da Transamazônica (no trecho Altamira-Belo Monte), lotes que foram doados pelos primeiros moradores para outras famílias que desejavam viver no local.

⁴² Entrevista gravada em áudio. Pesquisa de campo realizada em julho de 2015.

2.2.1 Primeiros encontros

O primeiro morador da rodovia Transamazônica de Marabá à Altamira foi seu Amadeu, como ele mesmo explicou em uma de nossas conversas. Ele foi também, além de um dos primeiros moradores da agrovila Santo Antônio, um dos últimos a deixar aquele lugar. Seu Amadeu resistiu à saída da vila por se sentir enganado e armou-se, por isso, com suas memórias, – indiscutivelmente sua única arma em frente aos papéis que não sabia ler de uma justiça escrita e não falada. Essas memórias estavam especialmente relacionadas aos momentos em que muitos lhes disseram que iria conseguir uma boa indenização. Eram promessas não cumpridas por não sabe dizer quem: uma hora culpa empresa terceirizada responsável pelas negociações, em outros momentos, culpa o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM). O Estado, que por ali ninguém sabe muito bem definir, foi tão omissivo que a onipresença da CCBM imperava quase como um Estado, uma vez que a empresa era responsável por boa parte das negociações. Esta situação foi lida por mim como um verdadeiro estado de exceção⁴³ (AGAMBEN, 2002; 2004).

(...) a mais controversa obra do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento dos governos Lula-Dilma, um empreendimento com custo em torno de R\$ 30 bilhões, poderá ser julgada pela História como uma operação em que a Lei foi suspensa. E também como o símbolo da mistura explosiva entre o público e o privado, dada pela confusão sobre o que é o Estado e o que é a Norte Energia S.A., a empresa que ganhou o polêmico leilão da hidrelétrica. Fascinante do ponto de vista teórico, uma catástrofe na concretude da vida humana e de um dos patrimônios estratégicos para o futuro do planeta, a floresta amazônica. (BRUM, 2014)

Ao conversar com pessoas que em diferentes medidas foram afetadas pela UHE Belo Monte, percebi diversos exemplos sobre a exceção esclarecida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004, p. 13), já que “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”. Para garantir que todas as famílias presentes no raio de impacto da usina fossem removidas, o Estado tomou uma medida legal (em termos jurídicos, é o que se chama de “utilidade pública”) para legitimar que muitas casas fossem derrubadas mesmo sem acordo de indenização e/ou contra a vontade do morador. A utilidade pública garante tais medidas em prol de um suposto benefício comum e, nesse caso, nacional.

⁴³ As reflexões trazidas por Giorgio Agamben (2004) sobre o estado de exceção contribuíram para o amadurecimento acerca dos fatos que se apresentaram ao longo desta pesquisa. Segundo este autor, “o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Ao definir a Volta Grande do Xingu como utilidade pública em 2011, o expurgo de suas populações prevalece sobre os interesses individuais e coletivos na região. Mesmo que seu Amadeu tenha negado até o último minuto sair de sua casa, o Estado garantiu que isso fosse realizado como a CCBM julgasse certo, chegando ao ponto de cortarem o recebimento de energia elétrica e o acesso à água portátil. Em outras palavras, “a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere a vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão”, isto seria a “condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Esse abandono ao vivente consolidou o que hoje pode ser olhado como ruínas de Santo Antônio.

Imagem 21 – Antigo cais, ruínas de Santo Antônio #2



Fonte: O autor, 2016.

No começo da pesquisa, sabia de algumas informações da vila, em maioria relatada por seu Élio, que era a pessoa com quem tive mais contato. Interessava-me conversar com as pessoas que moravam há mais tempo na vila, pois tinha como objetivo compreender as (re)construções simbólicas sobre o lugar vivido após a chegada da barragem. Era importante perceber o olhar dessas pessoas sobre o passado, especialmente na busca por álbuns de família. Nesse sentido, falar com um morador antigo poderia me dar pistas sobre este processo e o destino dessas imagens, materializadas ou não, além de que me faria imergir em memórias preciosas. Foi assim que cheguei até seu Amadeu e a outras famílias, a serem apresentadas mais adiante.

Élio, pescador e imigrante na Amazônia, o informante-chave desta pesquisa, era até então o único morador da vila que eu conhecia. Além de me falar quais famílias ele considerava importante de conversar, me norteou em uma série de reflexões. Ele explicou que no começo a maioria das famílias não era contra Belo Monte, já que todas desejavam melhorar de vida. Na região, as audiências públicas corroboraram para que a usina fosse vista como uma alternativa não só ao desenvolvimento nacional e regional, mas também como uma solução aos inúmeros problemas enfrentados por essas famílias. As audiências eram realizadas pelo Consórcio Construtor Belo Monte, principal interessado no andamento das obras. Contudo, segundo Élio, muitas pessoas não tinham noção da dimensão do que uma obra de grande porte provocaria, pelo menos não ali – haviam os rumores de Tucuruí, mas como todo rumor, eram apenas ruídos confusos.

Em linhas gerais, era perceptível que o maior problema, além da barragem do rio, por consequência, a falta de pesca que garante a segurança alimentar de quem dependia diretamente do rio, era a maneira como a UHE foi instalada, não compreendendo as particularidades, especialmente dos ribeirinhos – reflexões que serão mais bem discutidas adiante.

Se para quem estuda os impactos sociais da instalação de uma usina é difícil compreender a própria estrutura de construção, acredito que para quem vive inserido no cenário foi mais complicado. Pelo o que conversei com Élio, os moradores de Santo Antônio não sabiam muito bem como uma hidrelétrica seria instalada naquele lugar. Grande parte das famílias achava que não iam ter que sair dali, até que os prazos de negociação foram cessando e as famílias saindo. Em relação ao próprio barramento do rio, a proibição da pesca comercial virou um pesadelo para quem era/é pescador no Xingu.

A vivência de Élio como pescador me ajudou entender que na etapa final de construção da usina em 2016, havia na região certa divisão de olhares sobre Belo Monte: de um lado, os pescadores e, de outro, os agricultores, criadores de gado, que consideram positivo a construção de Belo Monte. A negação maior que havia naquele momento era referente ao que denominei como “projeto estrangeiro de vida”: todos queriam melhorias de vida, aliás, o surgimento dos movimentos sociais na região decorre de uma luta por direitos e por melhores condições de vida após a abertura da Transamazônica, que tinha como o slogan “se abrir a Transamazônica foi um erro, abandoná-la é um erro bem maior” (MELO apud NASCIMENTO, S., 2016). Todos também queriam participar mais ativamente desse processo, inclusive tendo o direito ao veto contra Belo Monte.

O projeto estrangeiro de vida, ao qual me refiro, compreende o paradoxo entre o que foi previsto pela condicionante de licenciamento ambiental e de operação *versus* o que foi executado. O Plano Básico Ambiental (PBA) previa reparações aos impactados pela usina, de maneira a preservar o modo de vida tradicional e as identidades locais. Ao contrário do que se pretendia⁴⁴, se é que se pode fazer esta assertiva, grande parte dos ribeirinhos não receberam uma indenização suficiente para encontrar outra beira de rio. Quem optou pelos Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) teve que enfrentar as dificuldades de estar há muitos quilômetros do rio, posto que todos os Ruc's construídos pela Nesa eram afastados do rio e do centro da cidade de Altamira (ainda sem transporte público em pleno ano de 2016), além de serem feitos com casas pré-moldadas com dois quartos, ao contrário do prometido:

Uma pessoa presente denunciou que, antes da obra, a empresa prometeu que as casas dos reassentamentos seriam de alvenaria e que os atingidos teriam direito de escolher dentre três modelos diferentes. A promessa era de que as casas novas seriam de acordo com o tamanho da família e, no máximo, a dois quilômetros do local onde as famílias moravam. Depois do início da obra, “virou uma casa só”, um modelo único de casa, do mesmo tamanho, sem direito de escolha. O tamanho dos lotes do RUC são de 300m². Denunciou que o código de obras de Altamira não permitia a construção de casas de placa no Município e a Câmara de Vereadores alterou a lei para beneficiar a empresa. (BRASIL, 2015a, p. 15)

Imagem 22– Ruc Laranjeira



Fonte: O autor, 2016.

⁴⁴ Para mais informações sobre a relação entre as empresas que elaboram os estudos de impacto ambiental e a execução das obras de construção de hidrelétricas, ler o texto “A arte de ignorar a natureza” de Alice Maciel, pela Agência Pública de jornalismo investigativo. Disponível em <<http://apublica.org/2015/07/a-arte-de-ignorar-a-natureza/>>. Acessado em Maio. 2016.

Os primeiros encontros que tive com Élio foram essenciais para a constituição do esboço do que vieram a ser as cartografias do deslocamento, onde surgem memórias e fotografias como parte da reconstituição dos territórios existenciais firmados no lugar por essas famílias. Este local se tornou também o campo de experimentação artística do meu olhar enquanto artista/pesquisadora, uma vez que, segundo Hall Foster (1996), nos últimos trinta e cinco anos ocorre uma virada etnográfica na arte contemporânea – assim, “a arte deslocou-se para o campo ampliado da cultura, espaço este pensado pela pesquisa antropológica” (FOSTER, 1996, p. 12).

Os contatos iniciais com essas famílias foram realizados em 2015, depois de definir desejos e objetivos. Naquela época, a intenção foi entender uma espécie de glossário da mesorregião, que eram palavras-chave que (re)surgiam ao longo das conversas sucedidas nas andanças pelas localidades. Por isso, previamente aos relatos de pesquisa, apresento pontos cartográficos que nos situam em um possível mergulho na realidade local. Esses pontos constituem não somente os primeiros encontros com essas famílias, mas refletem os conceitos imbricados no modo de habitar aquele lugar, pois “lugares (...) são como nós, e os fios a partir dos quais são atados são linhas de peregrinação. Uma casa, por exemplo, é um lugar onde as linhas de seus residentes estão fortemente atadas” (INGOLD, 2015, p. 220).

2.2.2 Casa de morada: benfeitorias

Quando Belo Monte começou a ser construída, a Norte Energia contratou uma empresa terceirizada responsável pelas indenizações, chamada Diagonal. Essa empresa tinha o papel de intermediar as negociações do valor indenização, devido ao fato de que com a remoção forçada causada pela implementação de um projeto estatal, as famílias impactadas deveriam ser indenizadas. De acordo com a entrevista concedida para a jornalista Eliane Brum (2014), a Procuradora da República de Altamira, Thais Santi, explica melhor essa situação ao narrar um caso dentre os milhares provocados por Belo Monte:

Essa senhora foi lá negociar a situação dela [na sede da empresa Diagonal]. E ofereceram para ela uma indenização. E ela não queria uma indenização, ela queria uma casa. E ela diz: “Eu não quero a indenização, eu quero uma casa!”. Neste momento, ela está falando com um assistente social da empresa. E aí, se ela não concorda com o que está sendo oferecido, o advogado da empresa vai explicar a ela por que ela não tem direito a uma casa. E se ela continuar não concordando, esse processo vai para a Norte Energia. Para mim, isso já foi uma coisa completamente estranha. A palavra não é estranha... Eu diria, foi uma coisa interessante. Porque a Norte Energia funciona como uma instância recursal, da indignação da pessoa contra uma empresa que é uma empresa contratada por ela. Então a revolta das pessoas é

contra a empresa Diagonal. Aí o caso da pessoa vai para a Norte Energia, e a Norte Energia vai com seu corpo de advogados – 26 advogados contratados só para esse programa – fazer uma avaliação e explicar para a pessoa as regras que são aplicadas. E que, se essa pessoa não aceitar, ela tem um prazo para se manifestar. E, se ela não se manifestar nesse prazo, ou se ela não concordar, o processo vai ser levado para a Justiça, e a Norte Energia vai pedir a emissão da posse. A senhora vai ter que sair de qualquer jeito e discutir em juízo esses valores. (SANTI apud BRUM, 2014)

Durante as investigações sobre a vila, busquei entender porque as indenizações das famílias ressaltavam tanto as benfeitorias do lugar e pouco, ou quase nada, referiam-se exatamente ao valor da terra. Descobri por meio do próprio Élio, que a agrovila nunca foi regularizada em termos fundiários, mas que já haviam⁴⁵ tentado regularizar sem sucesso, pois a regularização deveria ser solicitada pelo prefeito do município ao qual a vila pertence. Essas questões explicariam, posteriormente, o motivo pelo o qual as famílias receberam diferentes valores em lotes de tamanhos similares, o que foi questionado por algumas famílias nas conversas que tive.

Apenas os textos do Movimento Xingu Vivo para Sempre tratavam do assunto indiretamente, por isso, procurei na pesquisa de campo de março de 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a fim de obter mais esclarecimentos. De acordo com a entrevista cedida pelo chefe administrativo, Dourival Oliveira, do programa “Terra Amazônia Legal”⁴⁶, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999 o prefeito do município de Vitória do Xingu entrou com o pedido de regularização fundiário no Incra, mas somente em 2001 o pedido havia sido formalizado e mesmo assim ficou paralisado mais alguns anos. O pedido havia sido feito pelo então prefeito de Vitória, Liber⁴⁷, como assim é chamado Liberalino Ribeiro.

⁴⁵ No plural, enquanto uma mobilização feita pelos antigos moradores.

⁴⁶ “Programa de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal”. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acessado em Maio. 2015.

⁴⁷ A primeira vez que ouvir falar deste prefeito foi 2011 em um protesto contra a absolvição dele no processo que respondia por um roubo cinco milhões dos cofres públicos da cidade de Vitória do Xingu. Esta manifestação que bloqueou os fluxos rodoviários na Transamazônica, deixando o ônibus que estava parado por algumas horas.

Imagem 23 – Protesto na rodovia Transamazônica, 2011



Fonte: O autor, 2011.

A entrevista com Dourival foi esclarecedora para entender que o terreno da vila não havia sido regularizado e que aquelas famílias eram consideradas posseiras pelo Estado. As indenizações refletiam justamente o que foi cultivado naquele lugar, recaía sobre o preço de venda da casa, do barracão e também sobre o uso agropecuário da terra, todos baseados em preços do mercado local, por isso as indenizações eram muito baixas.

Compreendendo que o sentido de comunidade investigado recaía também sobre as famílias que moravam na outra margem da Transamazônica, pude distinguir duas realidades completamente diferentes: de um lado, muitos pescadores, que tinham na agrovila somente benfeitorias de subsistência e instrumentos de trabalho; de outro, famílias de pequenos agricultores, que já criavam gado, cultivavam arroz, cacau, etc. Nessa segunda situação, via-se uma realidade completamente, pois com a maior produção de benfeitorias, essas famílias recebiam indenizações muito maiores.

Incompreendidos ficaram os pescadores que tem mais de uma moradia, já que além da casa na vila tentavam indenizar as ilhas onde pescavam e os barracões de apoio de trabalho, que aos olhos da Norte Energia não valiam muito⁴⁸. Por esse aspecto, pode-se afirmar que o sentido de perda é recorrente em todas as famílias, porém distinto para cada família com quem conversei, sendo mais complicado no caso dos pescadores, por causa dos

⁴⁸ O Élio, por exemplo, até hoje briga na Defensoria Pública pela indenização de sua ilha, chamada Murici porque lá tinha uma árvore de Murici, que é uma fruta típica da região. A indenização proposta pela empresa era de R\$ 3.000,00, o que Élio não aceitou, uma vez que lá também era seu ponto de pesca, de onde tirada o sustento de sua família.

valores baixíssimos que receberam, uma vez que a maioria das famílias não tinham muitas benfeitorias para indenizar e também porque, posteriormente, foram limitadas na atividade pesqueira.

O Relatório de Inspeção Interinstitucional elaborado pelo Ministério Público Federal do Estado do Pará em junho de 2015, em conjunto com os antropólogos e professores universitários, Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Chicago (USP/UCHICAGO), Mauro William Barbosa de Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará (UFPA), esclarece por meio das análises desses pesquisadores sobre as moradas na região da volta Grande do Xingu e arredores:

A disciplina da antropologia conta, pelo menos desde o ensaio clássico de Marcel Mauss sobre migrações sazonais, com fartos exemplos de uso alternado de várias moradias. Aldeias permanentes e acampamentos sazonais são comuns, acompanhando os ritmos culturais e a disponibilidade de recursos naturais. Nesse sentido, a ocupação de mais de um espaço, a coexistência de “pontos de pesca”, moradias, “pontos de apoio urbanos” e as várias formas de ocupação do território pelos ribeirinhos nada tem de extraordinário. É ela que define o modo de vida do ribeirinho, que permite atender ao mesmo tempo ao modo de exercer uma atividade, de conseguir comida e eventualmente dinheiro, de transmitir seu ofício e seus conhecimentos, de viver em comunidade e de ter acesso aos serviços públicos em particular à saúde e à educação escolar dos filhos. (CARNEIRO DA CUNHA apud BRASIL, 2015, p. 7)

Foi através do seu Amadeu que compreendi a significância da “casa de morada” na vida dele, o que acredito que é algo, como enfatizado na citação acima, que pode ser ampliado para o contexto local. Uma “coisa” é o lugar em que se mora, completamente diferente do lugar em que se trabalha, que são os “pontos comerciais”, o que se difere também das casas de suporte na cidade, nas ilhas ou nos vilarejos. Seu Amadeu brigava⁴⁹ na justiça pela indenização de sua casa de morada e de seu ponto de comércio. Por causa da limitação de compensação aos danos sociais, há inúmeros processos contra a Norte Energia que não considerou a posse de mais de um lugar. Essa situação pode ser percebida tanto na vila quanto em muitos outros casos na Volta Grande, onde os pescadores tinham que escolher o lugar desejavam receber indenização, já que sem o título da terra, eles precisavam comprovar que viviam em muitos lugares ao mesmo tempo.

⁴⁹ No caso, até o final desta pesquisa, o S. Amadeu ainda aguardava andamentos de seu processo na justiça contra a Norte Energia.

Imagem 24 – Vila Santo Antônio, 2011



Fonte: Elizabeth Viana, 2011.

Quando a desocupação da vila foi decretada utilidade pública, a vila não havia sido regularizada, como já dito anteriormente, por isso, mesmo que as ocupações de terra fossem há mais de 30 anos, o valor das indenizações recaía somente ao que foi cultivado em termos de benfeitorias. Nunca esqueci as palavras de Élio sobre os valores da indenização, assim como ele nunca esqueceu o valor dado em reais para o que ele tinha como um bem precioso: o seu quintal, que tem como parte integrante a terra, o rio, a fauna e a flora.

Um pé de manga custava 14 reais. Eu falava assim: “14 reais não paga nem a safra de um ano, se você for vender a manga, que um pé de manga não dá só 100 mangas, dá milhares de mangas”. Se eu fosse vender à 10 reais o cento de manga, quanto eu não fazia a cada ano, né?! Um pé de abacate era 9 reais. Um pé de cacau era 90 reais. [mas porque o cacau vale mais?] Porque o cacau é foco da região. Um pé de cacau, na verdade, ele começa a produzir com 3 anos e vai até 50 anos produzindo. Um pé de limão era 11 reais, um pé de acerola 29 reais, me lembro tudinho.⁵⁰

O que Élio esclarecia com isso também se referia às condições mínimas para a reconstrução da vida na região, uma vez que com o valor baixo do ressarcimento das benfeitorias, as famílias encontravam inúmeras dificuldades da manutenção das condições mínimas de sobrevivência, principalmente as famílias de pescadores, que além de viver da pesca, não cultivaram grandes extensões de terra, como os pequenos agricultores dos travessões próximos à vila. Assim, comprar outro lote, outra casa, manter-se próximo ao

⁵⁰ Entrevista gravada em áudio, Élio Alves, 2015, grifo nosso.

restante da família, em especial dos filhos, continuar a atividade pesqueira após a barragem do rio, dentre outros, era algo que se tornou cada vez mais difícil.

2.3 Fluxos do ir e vir: deslocamentos

Primeiramente, é importante entender de que modo a rodovia Transamazônica cruza as subjetividades que busco e também como ela me afeta ao longo desses caminhos. Durante o percurso investigativo que, de certo modo, começa antes desta pesquisa, compreendi que há dois tipos de eixos ao longo do perímetro da rodovia no Estado do Pará, conforme é possível observar na Imagem 19. Esses dois eixos assim seriam: Marabá-Altamira e Altamira-Itaituba, ambos os sentidos partindo do leste ao oeste.

Sobre esses dois eixos, friso um esclarecimento relevante feito pelo chefe administrativo do programa “Terra Amazônia Legal”, Dourival Oliveira, em que elucida que houveram diferentes planejamentos de colonização dirigida na Amazônia feito pelo governo militar, no que se refere a toda extensão da BR-230. No Pará, a rodovia se dividiria nesses dois eixos, em consonância com o mencionado acima, entretanto, entre os trechos haveria mais diferenças que a simples localização.

Segundo Dourival Oliveira⁵¹, o eixo Marabá-Altamira foi batizado de Transa-Leste, onde localizavam-se as piores terras para cultivo e, por isso, os lotes demarcados ao longo das vicinais tinham por objetivo incentivar a criação de fazendas – o loteamento feito nessa área era de três mil hectares por gleba⁵². Nesse eixo, o regime militar incentivou a imigração nordestina, visto que pretendia transformá-los em piões para essas fazendas. Na visão do regime militar, os nordestinos não tinham aptidão para a agricultura. Já o eixo Altamira-Itaituba, na chamada Transa-oeste, era onde ficavam as melhores terras, a famosa “terra roxa” – uma das melhores terras para cultivo – e por ser uma terra de qualidade foi dividida em glebas menores, projetada para englobar pequenas produções agrícolas e, para lá, foi incentivada a imigração sulista, por serem considerados melhores agricultores que os nordestinos, também na visão do Estado.

⁵¹ Entrevista gravada em áudio e transcrita de modo indireto.

⁵² Gleba segundo o dicionário é uma terra de labor. Na região, gleba tem diferentes definições: para os colonos são terras com mais de 500 hectares demarcados pelo Incra. Para o próprio Instituto, uma gleba pode variar de tamanho e chegar a ter mais de 500 mil hectares, como a gleba Belo Monte que tem cerca de 534 mil hectares.

Hoje, em 2016, os trajetos feitos dentro de cada o eixo são feitos em sua maioria por micro-ônibus particulares. Os trajetos maiores, como Marabá-Altamira ou Altamira-Itaituba agora estão otimizados pelo crescimento do número de empresas de ônibus e também pelo asfalto que cobriu boa parte do perímetro⁵³, – pelo ao menos foi o que aconteceu durante a construção de Belo Monte. Com o termino das obras, espera-se que o número de empresas prestadoras de serviço rodoviário novamente reduza, como aconteceu com a Gol Linhas Aéreas Inteligentes, que no mês de maio de 2016 encerrou as atividades em Altamira, na fase final de instalação da usina.

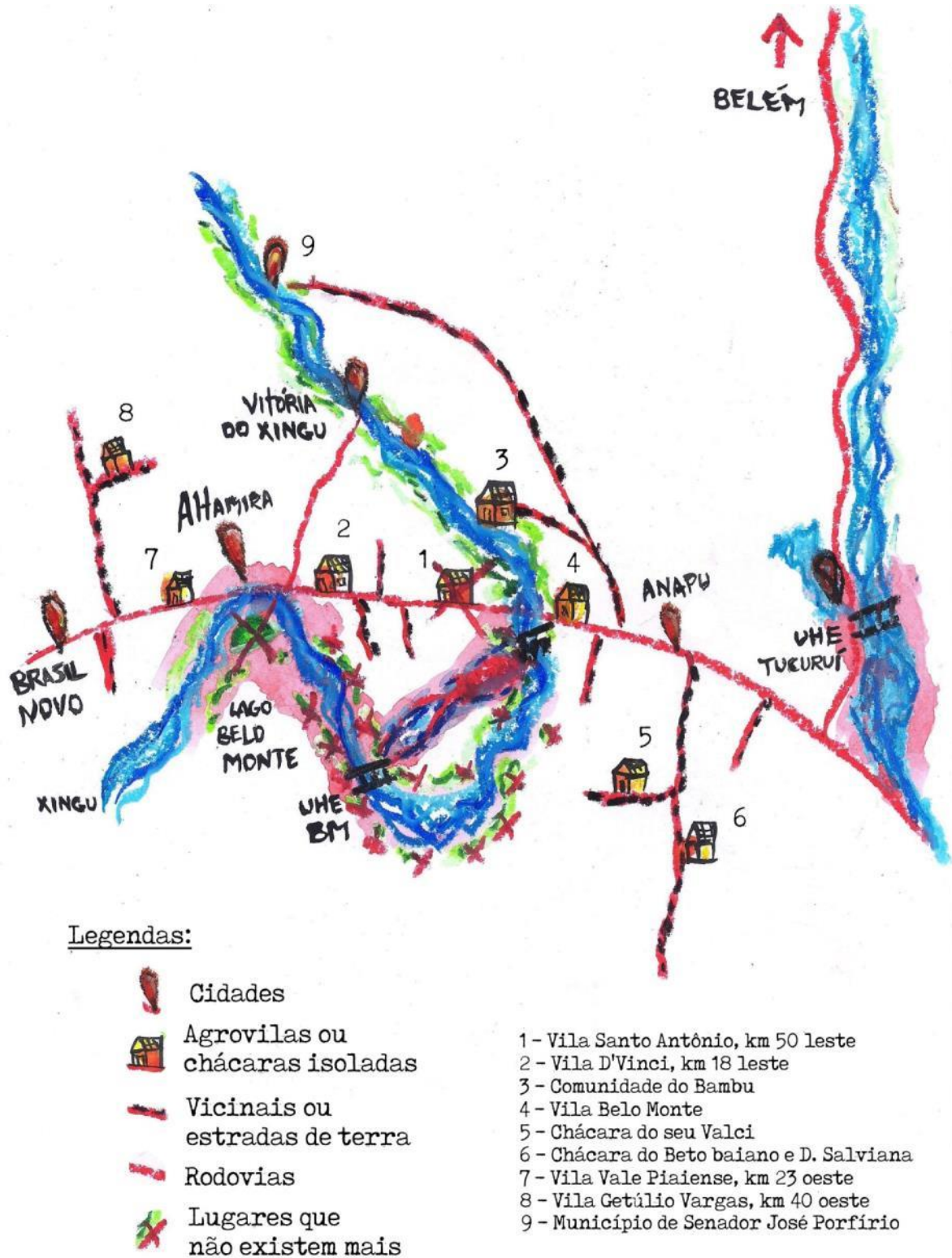
Apesar de o asfalto ter chegado a boa parte da rodovia, é preciso compreender que muitas agrovilas e pequenos vilarejos ainda estavam isolados⁵⁴ dentro de travessões sem asfalto, que adentravam longas extensões (alguns tinham mais se sessenta quilômetros de comprimento). Essas localidades estavam também, em sua maioria, distantes do rio Xingu, por isso, dentre as agrovilas da Transamazônica, no perímetro estudado, a comunidade de Santo Antônio era uma das maiores porque esteve localizada exatamente entre a rodovia e o rio (conforme é possível visualizar a seguir na Imagem 25). Portanto, a maior facilidade dos fluxos era uma realidade para poucas pessoas naquela região, o que foi também um dos fatores limitantes desta pesquisa: dificuldades de deslocamentos, acesso móvel e isolamentos de localidades.

A vila Santo Antônio estava localizada na Transa-Leste, onde ficam as piores terras, como já dito. Em uma das conversas que tive com a Nêga, filha mais velha do seu Élio, ela contou que antigamente aquele trecho era bem movimentado, cheio de pequenas casas e de famílias, que foram ocupando as margens da rodovia depois da inauguração em 1972. Já fazia um bom tempo que as famílias foram vendendo seus lotes para os grandes fazendeiros, o que aos poucos desabitou as margens dessas estradas, paralisando boa parte dos fluxos que eram feitos por caminhadas, sempre de uma comunidade à outra.

⁵³ Durante a pesquisa de campo de 2016, soube que na Transa-Oeste, entre as cidade de Medicilândia e Itaituba, a Transamazônica continua na terra batida.

⁵⁴ As estradas de barro dificultava o acesso às vilas e nas épocas de chuva impedia completamente os fluxos.

Imagem 25 – Cartografia do deslocamento #2



Fonte: O autor, 2016.

Nos últimos anos, com a venda de pequenas propriedades, o pasto para criação de gado aumentou consideravelmente, crescendo por todos os lados, só parando nas agrovilas – é como se só parassem ali por questões de força maior. As agrovilas, por sua vez, foram inchando para abrir espaço para os novos moradores, que não eram novos naquele lugar, mas eram os mais recentes, que com tantos deslocamentos, ainda não perderam o título de imigrantes. Os mais novos vizinhos eram aqueles que tiveram que se deslocar por causa de Belo Monte, “expulsos por Belo Monte, [como] Raimunda e João” que se tornaram “refugiados em seu próprio país” (BRUM, 2015, grifo nosso) ou simplesmente expulsos como seu Amadeu, que se mudou para a agrovila D’Vinci, no km 18 sentido leste da Transamazônica.

É neste contexto que cheguei às agrovilas, tanto nas que estavam às margens da rodovia quanto às que estavam nas vicinais. Além desses lugares, os fluxos desta pesquisa seguiram pelo rio Xingu, chegando a algumas ilhas na Volta Grande do Xingu em 2015, como a ilha Murici (ver Imagem 8) e a Ilha da Ressaca, onde encontram-se muitas etnias indígenas e vilas de exploração de garimpo, como é o próprio caso vila da Ilha da Ressaca. Seguindo o rio em direção ao baixo Xingu, perto de Senador José Porfírio, encontrei algumas famílias que estavam em uma comunidade chamada Bambu, que geograficamente fica próximo à vila Santo Antônio, do outro lado do rio Xingu (ver Imagem 25).

A fim de tornar evidente os fluxos e as especificidades de cada lugar, que mesmo tendo uma rodovia principal que conecta diversas localidades, ainda coexistem lugares em que o acesso é feito por rio, senão somente, devido às dificuldades de acesso por terra. Principalmente nas épocas de chuva, quando o barro se torna lama, o isolamento aumenta. Estas particulares são possíveis de serem bem mais entendidas se observadas nos mapas, por isso, utilizo-os como método de pesquisa.

As *cartografias do deslocamento*, nesse sentido, surgem primeiramente ao cartografar os destinos das famílias moradoras de Santo Antônio. Portanto, ao mesmo tempo em que procuro base em plataformas virtuais, como o Google Maps, que disponibiliza imagens georreferenciadas, do mesmo descubro uma subjetividade intuitiva ao localizar esses lugares no próprio mapa (nem sempre com vestígios visíveis), o que acaba por tornar essas cartografias subjetivas, uma vez que não se constituem enquanto coordenadas geoprocessadas.

Os pontos de referência das cidades, agrovilas e chácaras que constituem os mapas do deslocamento (Imagem 19 e 26) também fazem parte da geografia dos afetos (ROLNIK, 2014), que primeiramente busquei entender com as próprias pessoas da região. Por exemplo, a

única experiência que tive com a comunidade do Bambu se deu por rio, nas conversas entrecortadas, pensei por diversas vezes que se tratava de uma ilha. Descobri, então, em umas das conversas com seu Élio, que a comunidade estava localizada em terra firme, com acesso por terra pela estrada de Souzel⁵⁵, – desenhei no mapa conforme julguei que seria, com a ajuda do Google Maps. A vivência nesses espaços ajudou a compreender melhor a geografia do lugar. Como foi o caso de seu Élio, que passou dois anos vivendo “*na mata*” e aprendeu a se guiar nesses espaços inicialmente como um andarilho e depois como pescador nas andanças ao longo do rio.

Como já dito, os mapas dos deslocamentos na região indicam os caminhos traçados tendo como pontos seus destinos temporários até a última pesquisa de campo. Se compõe, portanto, a partir do plano de fundo de abrangência dos impactos socioambientais de Belo Monte, visto que há uma grande área de risco da usina que não pode mais ser habitada. Nesse raio de fluxos feitos na região, tem-se o km 0 da rodovia Transamazônica que é a cidade de Altamira, seguindo ao leste em direção à cidade de Anapu, localidade mais distante nesse raio; e ao oeste no sentido Brasil Novo. Em ambos os sentidos se segue uma contagem progressiva dos quilômetros. Ao total, foram nove localidades que visitei e mais quatro municípios por onde passei para chegar a esses lugares.

2.4 Em busca de vestígios fotográficos

Foi em uma tarde de julho de 2015, entre risadas de uma conversa em grupo, que Élio foi nos narrando os destinos de seus amigos, dos colegas de pesca e de vida na comunidade Santo Antônio. Eu anotava com atenção, ainda perdida nas localizações, e interpretava o que ele dizia como o *deslocamento* das famílias que moravam na agrovila. Os risos surgiam primeiramente porque Élio falava com muita naturalidade sobre aquilo que sabia, como se eu e quem mais o ouvia soubesse da mesma forma, em seguida ríamos ao ouvir os apelidos engraçados de quem o pescador conhecia somente por esses nomes, o que fazia-o explicar seu desconhecimento sobre o nome de registro dessas pessoas.

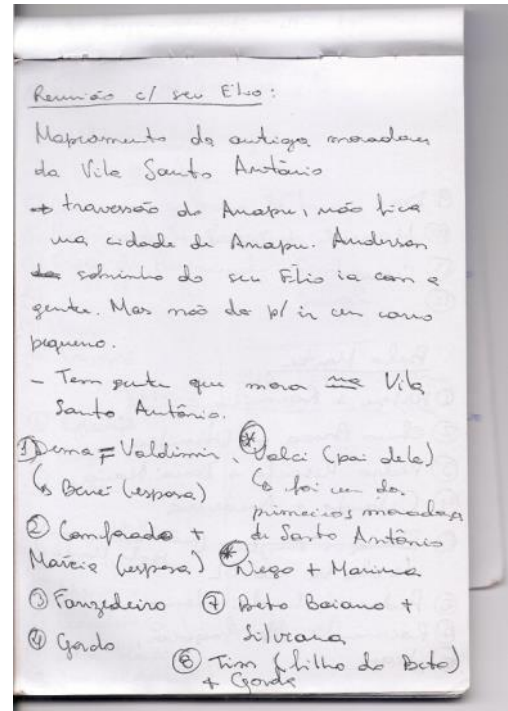
⁵⁵ Estrada do Souzel conecta a comunidade do Bambu com a agrovila Belo Monte, onde passa a Transamazônica. Souzel é o antigo nome da cidade de Senador José Porfírio.

Assim, em poucas horas, fizemos um mapeamento de quase todas as famílias. Nasciam, neste momento, as primeiras orientações para as cartografias dos deslocamentos, mesmo sem adentrar a fundo nas questões específicas de cada família, mas situando o contexto familiar em que estavam inseridos. Foi perceptível que a maioria das famílias que viviam na comunidade eram parentes em diferentes graus, pois esses grupos foram se formando a partir da junção entre as primeiras famílias de imigrantes da Transamazônica, formando, deste modo, famílias extensas. Os filhos de um foram se casando com as filhas de outros. Aos poucos vamos entendendo que existe uma árvore genealógica que se desdobrou enquanto comunidade.

A história da agrovila, primeiramente narrada na voz de Élio, vai se desvelando por traz da construção de Belo Monte. É a partir da reconstituição dessas histórias, que esboçamos, eu, Élio, Luana Beatriz e Janaína Torres⁵⁶, o conjunto geral das localidades em que essas pessoas imigraram. Nessa lista, de acordo com Élio, estavam os seguintes lugares citados em sentido leste ao oeste: 1) Travessão Santana e do Pilão na cidade de Anapu; 2) agrovila Belo Monte; 3) Comunidade do Bambu; 4) Comunidade Santa Helena, mais conhecida como km 45; 5) agrovila D'Vinci – 18km; 6) Vitória do Xingu; 7) Altamira; 8) agrovila Vale Piauiense, km 23; 9) Travessão da [gleba] 19; 10) Travessão do [km] 40; 11) Brasil Novo; 12) Travessão do [km] 75, Medicilândia.

São mais de duzentos quilômetros de distância no raio que agora separavam essas pessoas e que constituem como um plano de fundo para o próprio desdobramento desta pesquisa. Na primeira pesquisa de campo, conseguimos visitar a metade dessas localidades, em uma incursão de vinte dias em campo. Este primeiro momento foi primordial, para além do primeiro contato, também entender o isolamento de muito desses lugares. Similarmente às dificuldades de trânsito na região, nos deparamos com uma enorme dificuldade de contato com essas famílias, já que o sinal de celular era demasiado ruim ou nem sequer existia. Por

Imagem 26 – Caderno de campo



Fonte: O autor, 2015.

⁵⁶ Luana Beatriz e Janaína Torres contribuíram em um projeto de vídeo também sobre a comunidade.

isso, ter tempo era primordial, além de paciência para entender um tempo-outro, que favorece em muitos momentos a comunicação por meio do boca-a-boca.

2.4.1 Dona Salviana e seu Beto

No roteiro que fizemos no primeiro momento, queríamos ir ao Travessão do Anapu, como chamávamos os dois travessões localizados na mesma entrada. No Travessão do Pilão, morava um dos moradores mais antigos de Santo Antônio, seu Valci, e no Travessão Santana, morava dona Salviana e seu Beto Baiano, como assim era chamado Ediberto, (para entender melhor, voltar à Imagem 25). Pensamos, inclusive em alugar um carro para facilitar os fluxos, entretanto, a vicinal não asfaltada e sinuosa, com subidas e descidas, não suportava um carro popular, teria que ser um carro com tração e o preço de aluguel desses também não comportava no nosso orçamento.

De Altamira para Anapu são aproximadamente 137 quilômetros, que podem ser percorridos nos micro-ônibus que fazem esse trajeto em mais ou menos três horas de viagem. Do centro de Anapu, é preciso pegar um moto-taxi para a entrada do travessão, onde todos ficam aguardando o pau de arara que faz o transporte para o travessão. Todos os dias da semana, ele sai às 08:00 para a cidade e volta às 14:00, ou seja, todos têm basicamente uma manhã para resolver o que quiser na cidade, fazer a compra do mês e voltar depois do almoço. Pagamos R\$ 6,00 cada para ir até a casa da D. Salviana e seu Beto, onde percorremos 14 quilômetros travessão adentro.

Imagem 27 – Ponto de espera do pau de arara para o travessão de Anapu



Fonte: O autor, 2016.

Ainda que houvessem muitas dificuldades, a ida à Anapu foi extremamente gratificante, porque foi lá que encontrei o primeiro álbum de família, até então o único dessa primeira viagem. Apesar de inicialmente ter sido instigada pela busca por álbuns de família, no sentido de julgar a fotografia como um elo motivador das memórias na região, Anapu me mostrou uma realidade da vida rural em que a fotografia teve pouca importância na vida do colono. Pierre Bourdieu e Marie-Claire Bourdieu (2006, p. 35), mesmo se referindo à realidade de outro país, evidenciam que ter uma câmera foi um “luxo” que não coube durante muito tempo no modo de vida rural, uma vez que “o *ethos* camponês exige que os gastos dedicados ao aumento do patrimônio, ou da modernização do equipamento agrícola, tenham prioridade sobre os gastos com o consumo”.

A prática fotográfica não foi uma realidade para a maioria das pessoas que viveram no labor do campo, por isso muitas fotografias sequer existiram. A oralidade foi firmada e soberana, pois abarcava o viver em coletivo por meio da convivência cotidiana, dos momentos de prosa, do cafezinho, dos momentos de lazer e do trabalho compartilhado. Era a palavra falada que servia de garantia do cumprimento das obrigações, dos deveres e até da manutenção dos direitos. Friso, portanto, que estamos sim a falar de diferentes sociedades e nisso se inclui meio rural amazônico. Neste lugar, o homem viveu cercado por floresta e pelo rio, onde se firmaram diversos processos identitários, longe dos aparatos tecnológicos.

A mesorregião do Xingu, sendo uma zona rural e ribeirinha, se firmou em sua oralidade, que sempre foi tão importante para narrar e reconstituir as histórias locais. Assim, a fotografia, quando chega, também chega junto com os imigrantes de vieram de outros Estados brasileiros. No caso da Dona Salviana, ela disse ter ganhado a câmera do filho e não lembrava ao certo como ele havia conseguido a tal equipamento. Suspeitava que ele houvesse conseguido em uma troca feita durante o tempo em que trabalhou no garimpo⁵⁷. Essa versão foi contestada por ela mesmo que na tentativa de explicar a origem da máquina ofereceu outras hipóteses.

Durante as pesquisas de campo, observei com as famílias que tive contato que a fotografia se intensificou nos anos 2000, principalmente com a popularização de telefones celulares que vêm com uma câmera acoplada, compondo assim as memórias efêmeras⁵⁸

⁵⁷ O garimpo na região é um lugar onde ocorrem vendas e trocas de objetos por ouro, segundo observei em uma viagem à Itaituba realizada em 2013. Essa cidade é conhecida pela garimpagem no rio Tapajós, que fica a cerca de 490 quilômetros de Altamira, para onde vão muitos jovens com o sonho de ganhar dinheiro com a exploração de ouro.

⁵⁸ Dado o fato de que a imagem digital está em constante acúmulo e suscetível às demasiadas perdas.

dessas famílias. Nesta investigação, encontrei vestígios anteriores do ato fotográfico na década de 1990. Os álbuns de Dona Salviana e de D. Antônia são exemplos disso.

Imagem 28 – Dona Salviana e seu Beto



Fonte: O autor, frame de vídeo, 2015.

Salviana e Ediberto são naturais de Correntina na Bahia, casaram-se em 1975 e saíram em 1989 da Bahia seguindo para o Pará. D. Salviana gosta de conversar e é bem mais comunicativa que seu Beto, mais calmo e reservado. Eles saíram da Bahia *“porque lá era seco, era pequeno e era muito menino... Era muito filho e não tinha com quem trabalhar”*⁵⁹ – como não chovia e não chove até hoje, segundo eles, encontraram no Pará um lugar melhor para cultivar terra. Seu Beto depois me contou que foi no Pará que aprendeu a cultivar arroz, que na época da colonização da Transamazônica foi uma das três grandes produções incentivadas pelo Incra: arroz, cacau e pimenta do reino.

Na mesma conversa sobre as motivações para emigração da Bahia, perguntei o porquê de escolherem vir para o Pará. Eles responderam espontaneamente que *“um moço que veio trabalhar no 115 [km] disse que aqui no Pará era melhor”*. Assim, partiram para o Norte com seus oito filhos, deixando tudo para trás. Quando chegaram não possuíam dinheiro para comprar uma gleba, por isso dividiram um lote rural com a irmã de D. Salviana e o marido. Ao contrário de Beto, que deixou os irmãos na Bahia, D. Salviana veio junto com a irmã para

⁵⁹ As frases entre aspas e em itálico indicam transcrições de áudio.

o Pará, que anos depois se mudou para o travessão do Cobra Choca, que fica no km 45 (leste), um dos travessões mais próximos da vila Santo Antônio.

Compraram um lote no km 50 quando os filhos eram “*tudo pequeno*”, como disse seu Beto, a caçula tinha nove meses. No começo a vida era sofrida, como bem ressaltam e o lote pequeno era de 10 alqueires, o que equivale a um pouco mais de dois hectares. O primeiro morador da vila que eles conheceram foi o seu Élio, que viria ser, posteriormente, o padrinho da filha mais nova. Começaram a vida no Pará criando porco e galinha, só depois compraram cabeças de gado. Depois dona Salviana resolveu também plantar cacau.

Foram 23 anos morando “*lá donde ficava as mangueiras*”⁶⁰ – conta seu Beto ao se referir ao lote que ficava em frente à vila Santo Antônio, circunscrito nas bordas dos limites territoriais da agrovila que se tornou sua comunidade afetiva. As mangueiras, consegui ver na pesquisa de campo de 2016, pois podem ser vistas da Transamazônica devido ao revelo que estavam – as árvores sempre foram referências dadas por eles para que eu pudesse me situar nas redondezas.

Quando eu perguntei o que eles mais se lembravam da vila, seu Beto responde rápido: “*é o sofrimento!*”, mas com o espanto de Salviana, todos riem. Ao explicar que “*não era bem assim*”, D. Salviana disse que sente mais falta do igarapé, que não tem na casa nova. Sua família se reunia em torno do igarapé para tomar banho, “*era um divertimento só*”. Ressalta: “*já aqui não tem, só tem a água do poço. Aí a gente sente falta dos vizinhos antigos, dos amigos da gente, da nossa comunidade que era bem pertinho*”.

Ela não disse, mas percebi em outras conversas que sente falta também dos pés de cacau que plantou, aqueles que decidiu tirar duas fotografias. Julgo essas fotos como dois cliques preciosos, uma vez que com a dificuldade de acesso ao filme fotográfico na região, essas cenas se materializam carinhosamente como aquilo que se quer lembrar (MAUD, 2014). D. Salviana ao organizar, então, seus álbuns de família, “determina o que deve ser lembrado e preservado da ação do esquecimento” (MAUD, 2014, p. 13).

⁶⁰ Entrevista gravada em áudio, 2015.

Imagem 29 – Álbum de família, D. Salviana e seus cacaus



Fonte: O autor, 2015.

Quando os conheci, já fazia quatro anos que eles tinham se mudaram para o Travessão Santana. Percebi nas conversas que tive com a matriarca da família que para eles a vida melhorou, inclusive a saúde de ambos, como bem enfatizou Salviana: *“Só essa riqueza de pegar o transporte aqui na porta (pego aqui ó [na frente da casa]) e ir lá pra a cidade”*. No km 50, não tinha energia elétrica na casa, o lote era pequeno e seu Beto disse que era uma vida sofrida, mas também disse sentir saudade *“das coisas que fundaram”*. Salviana continua a prosa comentando: *“aumentou tudo aqui, lá o galinheiro era pouco e aqui aumentou, lá a casa era pequena e aqui aumentou. (...) Vim morar perto dos meus filhos, quase todos estão para cá. Tem uma no 18 [km 18, agrovila D’Vinci] e outra em Altamira, ficou só duas pra trás”*⁶¹.

Continuar morando no km 50 nunca foi uma pretensão do casal. Eles sempre quiseram vender o lote, porque além de ser pequeno, os filhos iam saindo conforme a necessidade de *“ganhar a vida”* em outro lugar mais próspero, por isso aquela terra havia ser tornado demasiada pequena para as expectativas deles. *“Mas não deu pra mudar... até que veio esse negócio da Norte Energia e a gente”*⁶² *“não queria sair”*. Foi a D. Salviana que narrou parte dessa história, contando que teve briga entre os vizinhos depois que a empresa Diagonal chegou para negociar a remoção das famílias da vila.

⁶¹ Entrevista gravada em áudio, 2015.

⁶² Nos relatos gravados que tenho das nossas conversas, ficou um pouco confuso a quem se refere como “a gente”, nesse caso, associao ser a comunidade Santo Antônio.

Segundo ela, seu Beto não queria deixar pesquisadores entrar no lote para fazer os levantamentos de viabilização de Belo Monte. Eles não acreditavam que ia ter que sair mesmo do lote até fazer o cadastro de indenização da Norte Energia e aceitarem o valor da mesma. Quando tiveram que escolher onde comprar outro “pedacinho de terra”, parafraseando o modo deles de falar, alguns de seus filhos já haviam comprado lotes no travessão de Anapu para fazer “o futuruzinho”, nas palavras de Salviana. O filho mais velho tinha comprado um lote dentro do Travessão Santana, numa localidade que chamada “Cobra Preta”, que fica há mais de 50 quilômetros no travessão adentro. Depois que o primeiro filho se mudou, mais dois filhos também compraram lotes no mesmo travessão, por isso o casal decidiu comprar um lote na mesma região.

A revelação dos álbuns de família que Salviana guardava chegou como um presente ao final dessa conversa. Eu já vinha amadurecendo⁶³, naquela época, que a busca por álbuns de família na região seria uma tarefa árdua, devido à prática fotográfica ser multiplicada principalmente no meio citadino (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006). Além disso, a região do Xingu caracteriza-se pela multiplicidade de localidades isoladas e de difícil acesso, o que limita alguns tipos de contatos, como este. Retomando aos álbuns, as fotografias guardadas por Salviana remontam uma história anterior à vinda da família para o Pará, ficavam escondidas em uma cômoda na sala, sem chamar muita atenção e de fácil acesso.

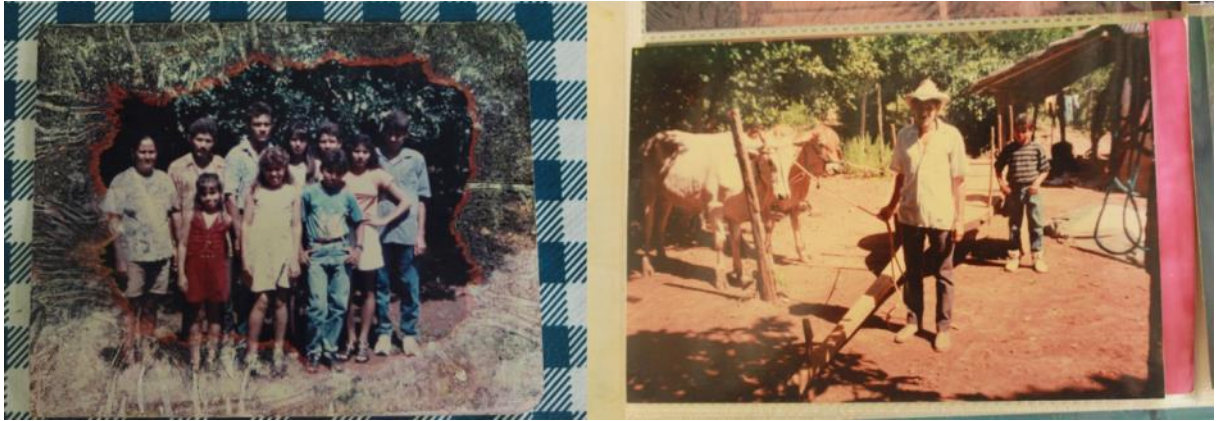
Com seu jeito simples e espontâneo, D. Salviana me conduziu a um rápido panorama dos álbuns. Mostrou rapidamente as fotos da família na Bahia e seguiu em busca por fotos que foram feitas na agrovila e/ou na casa antiga em moravam. Essas fotografias exibiram um recorte de momentos que deveriam ser rememorados, preservados carinhosamente pela matriarca. Eram, de modo geral, retratos de família. As fotos desvelavam a união da família, o que era representado nos diferentes retratos que mostravam todos reunidos. Outros retratos eram da matriarca e do patriarca expondo os bens que haviam conquistado nas terras do Pará. Uma dessas revelava o contentamento de D. Salviana com seus cacaús. Outra mostrava seu Beto com os gados que criava.

As fotografias serviram como um fio condutor para Salviana, estímulo externo “para que a memória flua com maior facilidade, ou mesmo seja ativada, já que é um processo vivo, atual, renovável e dinâmico” (DELGADO, 2010, p. 17). Assim, ela foi me mostrando os filhos, desde o mais velho a mais nova, além de explicar o cenário por trás dos retratos.

⁶³ Ao iniciar o mestrado e fazer o levantamento bibliográfico, com as devidas orientações, autores como José de Souza Martins contribuíram esse amadurecimento. Após a qualificação de mestrado, a sugestão do texto *O camponês e a fotografia* de Bourdieu e Bourdieu (2006) também deu uma base sólida para a discussão, apesar de se tratar de contextos diferentes.

Prontamente me situou dos lugares que tinha falado na conversa, mediando as imagens fotográficas com o que foi dito.

Imagem 30 – Álbum de família, D. Salviana e seus cacaus



Fonte: O autor, 2015.

A prevalência dos retratos frente a outras possibilidades de registro enfatiza que “a fotografia desempenha um papel simbólico na legitimação da família” (LEITE, 2001, p. 75). Quando Salviana explicou que mandou muitas fotos para os familiares que ficaram na Bahia, em diferentes medidas ela legitimou sua família a partir desses retratos. Primeiramente porque produziu conjunto de imagens que revelavam a coesão familiar em que estava inserida, em segundo, porque eram fotos que mostravam a prosperidade familiar enquanto imigrantes que vieram para o Pará almejando sobreviver.

A prática fotográfica para essa família não era algo novo nos anos de 1990, quando fizeram a maioria das fotos no Pará, antecede a esse período e, talvez, por isso ou pela distância do restante da família no nordeste, a busca por uma nova máquina fotográfica se

Imagem 31 – Álbum de família de Salviana



Fonte: O autor, 2015.

tornou um interesse comum dos membros da família, especialmente de Salviana e do filho que a conseguiu. Lembro-me de perguntar o paradeiro da máquina adquirida após a emigração da Bahia, mas a matriarca não soube dizer – nos dias atuais isso não importava muito, pois com a chegada de aparelhos celulares, as câmeras antigas haviam sido substituídas por novas câmeras digitais.

As fotografias que Salviana mostrava não

eram muitas, mas era algo que guardava com apreço. É interessante notar que nos álbuns que me mostrou não havia registros dos momentos de lazer, não havia fotos do igarapé que ela dizia sentir falta. A hipótese que ouço expor é a de que o alto custo de revelação não permitiu que fotografias de momentos “banais” foram tiradas. Um clique deveria ser precioso e custoso, no sentido tanto do próprio custo quanto no trabalho de ir em uma casa de revelação na cidade. Segundo a própria Salviana, naquela época, só havia um estúdio fotográfico em Altamira. Por isso, tirar fotos não era tão simples, o que interfere diretamente na escolha por retratos de família, onde cada membro da família pode pousar e se preparar para a foto. Eram esses retratos que Salviana mandava para o restante da família que ficou na Bahia e talvez por isso não tivesse mais tantas.

Apesar de dona Salviana também dizer sentir falta dos vizinhos antigos, dos amigos, da comunidade, em seus álbuns não haviam registros fotográficos desses momentos. Da comunidade guarda somente um retrato de uma das filhas no campo de futebol da agrovila, onde ao fundo se vê a rodovia Transamazônica sem asfalto. O panorama de seus álbuns evidencia ausências de momentos festivos e do que sentem saudade. Em contraponto, as narrativas compartilhadas por Salviana e seu Beto, suas memórias, mostram as presenças, como a lembrança de uma das melhores festas juninas da comunidade quando aconteceu o casamento na roça encenado pelos antigos moradores. Essas lembranças que arrancam risadas de ambos.

Como já dito, a família chega ao Pará no final da década de 1980, o sentimento de pertença àquele lugar se diferenciava das famílias que estavam há mais tempo ou mesmo das famílias pesqueiras que foram impactadas pela pesca no barramento do rio Xingu. Ao contrário do seu Amadeu que disse não querer lembrar da comunidade, a família de dona Salviana e seu Beto gostava de lembrar, por ter sido o primeiro lugar que chegaram para se instalar depois de sair do nordeste. Essa família não viveu o trauma da indenização baixa ou da remoção forçada. Conseguiram um preço justo para o que cultivaram com afincos e se mantiveram próximos aos filhos, preservando os laços familiares.

A pausa entre trabalho era uma das poucas fotos que registrava uma cena mais cotidiana de seus modos de vida, exibe o seu Beto e um dos filhos vestidos com roupa de labor, com calça comprida que protege de possíveis ferimentos na roça ou no momento de cuidar dos bois. É também uma roupa usual na região devidos aos mosquitos tão comuns. Para quem vive da agropecuária é um orgulho mostrar as cabeças de gado que cria.

O efeito do tempo nessas fotos era perceptível, provocado pela má conservação no clima úmido da região que se exige maiores cuidados técnicos em relação às regiões de clima

seco. D. Salviana se incumbiu dessa missão de preservar o acervo fotográfico da família, pois, pelas nossas conversas, também fazia parte da prática fotográfica que compartilhava com os filhos que tinham um maior domínio da câmera. Como uma atividade socialmente aceita, são as mulheres que cuidam da preservação dos álbuns de família (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006). Isso explica o porquê de, na segunda pesquisa de campo, encontrar mais um álbum de família de Santo Antônio também montado e conservado por uma matriarca, dona Antônia. Essas duas famílias tem uma relação, os seus filhos se casaram.

Durante a segunda pesquisa, descobri se tratar da mesma câmera⁶⁴, mesmo que as matriarcas contem diferentes histórias sobre a aquisição da máquina. D. Antônia disse que a filha trouxe da cidade de Belém em uma de suas viagens para a capital; já D. Salviana disse que não sabia precisar como o filho havia conseguido, como já mencionado. A aquisição da câmera foi feita por jovens que saíram da comunidade para a cidade, onde ao se deparar com os modos de vida citadinos encontram na máquina fotográfica um meio de registrar também seus modos e seus momentos.

Da última vez que visitei D. Salviana e seu Beto, uma fotografia nova era exposta na parede da sala de modo decorativo. Apesar desse tipo de retrato, decorativo no caso, ser comum hoje em dia, um ponto saltava à vista: era uma fotomontagem que tinha como plano de fundo uma paisagem completamente atípica, um jardim de primavera. No retrato, seus pais que ainda vivem na Bahia⁶⁵. Dessa vez também, Salviana me contou que conseguiu reunir novamente os filhos no último aniversário e que tinha tirado um retrato no celular de um deles. Pretendia mandar “revelar” para atualizar seu álbum de fotografias.

2.4.2 Dona Antônia

O que sabia da casa da “comadre Antônia”, como Élio a chama, era que ela morava há nove quilômetros da Transamazônica, no travessão da (gleba) 12, na agrovila Getúlio Vargas. Procurávamos uma casa de madeira em frente a duas mangueiras, era como Élio lembrava, ficava bem na beira da estrada e perto de um campo de futebol. Conheci dona

⁶⁴ Pretendo falar melhor de Dona Antônia no próximo tópico.

⁶⁵ Ainda que achasse muito interessante a fotografia de dona Salviana, optei por não tirar foto para não querer ser mais invasiva do que acabei sendo enquanto pesquisadora.

Antônia na segunda pesquisa de campo que realizei na região⁶⁶. Foi através do Élio que conheci dona Antônia.

A localidade em que estava dona Antônia era de difícil acesso, pois os nove quilômetros adentro na vicinal não tem transporte coletivo e os fluxos estavam diretamente condicionados às condições da estrada – se chove, por exemplo, a terra batida abre espaço para grandes poças de lama, se não chove, a estrada fica repleta de poeira do barro da cor mais comum na região, laranja. Também por causa do desnível da estrada, da precariedade, a maioria dos deslocamentos no travessão acontece por meio de motos ou por caminhões pesados que abastecem as fazendas e os pequenos comércios. Apenas veículos maiores, com tração, e motos se adaptavam melhor às dificuldades da estrada. Por sorte, conseguimos uma carona de uma amiga que nos levou a esta localidade. Assim, a ida à vicinal nos conduziu a um caminho em que era importante contar com a sorte para não atolar ou mesmo não quebrar carro nas subidas, descidas e nos próprios desníveis do travessão.

Imagem 32 – Travessão da 12, km 40 (oeste) – Brasil Novo



Fonte: O autor, 2016.

O isolamento de localidades como esta era um grande desafio na pesquisa de campo, já por saber previamente que o transporte inexistia em boa parte dos travessões da região, além das precariedades próprias das estradas. O asfalto em grande parte da rodovia Transamazônica no Pará ainda era muito recente e por Altamira só chegou depois de Belo Monte – o que ao mesmo tempo em que facilitou os fluxos, do mesmo modo trouxe muitos

⁶⁶ O percurso, que tracei saindo do Rio de Janeiro e chegando por voo em Altamira, se diferenciava completamente das últimas viagens por terra, partindo de Belém. Essa ida direta para o Norte, sem passar por Belém, foi importante para que observasse a região com outros olhos, de quem consegue melhor perceber as particularidades do lugar. De Altamira segui por terra para a agrovila Vale Piauiense, que fica há 23 quilômetros de distância da cidade, onde ficaria hospedada na chácara de Élio, que aceitou me ajudar novamente na pesquisa de campo.

acidentes de trânsito, o que tornou a rodovia um lugar perigoso⁶⁷. Além das dificuldades de acesso, D. Antônia estava fazendo tratamento de saúde em Altamira, por isso, foram poucas visitas, alguns telefonemas e um dia longo em sua casa⁶⁸.

Ao chegarmos à casa de Dona Antônia, na agrovila, ela nos recebeu carinhosamente bem⁶⁹. Ela gostava de conversar e sempre atenta a nos deixar o mais confortável possível. De início, nos recebeu com café e macaxeira cozida. Apesar de ter levado um pré-roteiro de entrevista, preferi explicar o motivo de minha visita e ter uma conversa mais informal. Ainda no café, conversando comigo e com o *compadre* Élio, ela foi contando como estava a vida no travessão. Disse que mora com um neto, e que dos treze filhos, dez homens e três mulheres, apenas uma filha morava na agrovila. O restante dos filhos tinha ido trabalhar nas colônias [fazendas] espalhadas nas vicinais entre Medicilândia, Brasil Novo, Altamira e Anapu.

Nessa conversa inicial, ela e seu Élio acabaram por se atualizar sobre seus destinos após a saída de Santo Antônio e falaram brevemente do que saibam de seus amigos e conhecidos. O elo afetivo que ambos têm, por morarem na mesma comunidade durante anos, emerge imediatamente. Nesse momento que eles foram intercruzando suas memórias, atualizando-se sobre o que se tornou a vida após Belo Monte. Eles tinham em comum a atual vivência de isolamento nas agrovilas em que estavam, por isso, o teor da conversa acabou por refletir essa situação, suas escolhas e vida após a construção da barragem.

⁶⁷ Durante a pesquisa de campo e minha estadia no 23, como chamamos a agrovila Vale Piauiense, em cerca de quarenta dias, soube de cinco mortes na estrada, dentre essas, duas foram na própria agrovila. Todas ocasionadas pelo excesso de velocidade associada ao consumo de bebidas alcoólicas.

⁶⁸ Na primeira vez que a visitamos, fomos convidados para o almoço que preparou, tendo como prato principal uma galinha caipira que cordialmente abateu como um modo de dar boas-vindas e oferecer o que ela considerava como um de seus melhores pratos.

⁶⁹ Esse encontro acabou sendo um alento, já que na incursão em campo não foi fácil ser uma mulher andando só ou com seu Élio, uma vez que o machismo dos homens foi algo que andanças etnográficas acabou por dificultar as conversas e as vivências. Dona Antônia é uma mulher que sabe muito bem o que é ser mulher em uma região que muitas são subjugadas e condenadas por não cumprir o papel destinado a elas, o de ser uma boa dona de casa e de ser subserviente aos homens.

Imagem 33 – Dona Antônia mostrando o pé de maçã no seu quintal



Fonte: O autor, 2016.

Dona Antônia me explicou que era dona de um restaurante, onde também residia, na própria agrovila Santo Antônio, bem próximo à Transamazônica. Começou por explicar a estabilidade financeira que tinha com o restaurante e com o comércio na beira da estrada, onde “*vendia de um tudo*”, e dos favores que pedia aos vizinhos, que eram próximos de localização e de afeto. Na agrovila Santo Antônio, ela rememorava que podia contar com o apoio dos caminhoneiros que a ajudavam na compra de produtos alimentícios na cidade. No ano de 2016, ela estava em uma realidade completamente diferente, o ônibus já não passava mais em sua porta, vivia em um isolamento e com uma insatisfação grande, onde se via forçada a uma resignificação profunda da própria vida. Isto que reflete uma realidade em que se encontravam muitas famílias que se desmembraram após Belo Monte, como a de S. Élio e de S. Amadeu.

Não tardou, por essa ser uma questão onipresente nas situações que envolvem Belo Monte na região, para que a conversa se direcionasse aos valores das indenizações recebidas. Antônia nos contou que a Norte Energia inicialmente fez uma proposta de 50 mil pelo restaurante, ponto de comércio e pela casa, o que ela questionou severamente, esclarecendo que tinha muitos filhos e que a maioria dependia dela direta e indiretamente: “*esse dinheiro não vai dá e eu não aceito!*”. Dois meses depois foi feita outra avaliação e o valor subiu para R\$ 130 mil.

Quando recebeu a indenização, ela disse que “*correu as sete províncias*” e que foi logo tratando de “*aplicar*” o dinheiro, primeiro comprou uma “*coisinha*” [casa] para os filhos que viviam de aluguel e depois foi ajudando da maneira que pôde. Comprou o lote que mora, de 160m², hoje na agrovila Getúlio Vargas porque com a ajuda aos filhos, não lhe sobrou muito para comprar um terreno melhor. Preferiu garantir aquele, mesmo que depois desejasse se mudar e procurar um lugar de melhor acesso. Apesar dos transtornos com os deslocamentos que toda a família teve que fazer, o que os separou, devido inclusive aos valores dos lotes na região, ela diz estar satisfeita porque as filhas que sofriam mais com filhos [seus netos, no caso] estão no “*seu* [próprio] *teto*”.

O dinheiro da indenização deu para ajudar quase todos os filhos e a garantir seu lote, onde refez sua roça e horta, replantou as flores que gosta de ter por perto, colocando-as ao lado da varanda, onde que tem uma rede para os momentos de descansos. Assim, aos poucos ela foi construindo uma paisagem em seu quintal que se difere da mata e dos

descampados das fazendas ao redor. É nessa relação da casa e do quintal com a paisagem que “rodeia a comunicação silenciosa que marca nossas relações profundas” (BOSI, 1994, p. 442).

Para viver no isolamento do travessão, D. Antônia teve que pedir um empréstimo para comprar uma moto e suprir suas necessidades básicas de deslocamento, que consistia em “*trazer rancho*” para casa. Conta com a ajuda da filha para dirigir a moto, que é um dos meios de transporte mais barato e também o mais perigoso. Com o isolamento dos travessões, ter um meio de transporte é fundamental para qualquer necessidade ou emergência, especialmente para os idosos⁷⁰.

Dona Antônia é nascida em Altamira e foi uma das poucas pessoas, se não a única, natural da região que conheci. Filha de pais que vieram do Maranhão e da Paraíba, disse que tinha uma “*descendência ruim*” – me advertindo quanto ao “modo” como são tratados os nordestinos na região. Seus pais chegaram à região de barco, partindo de Belém até Vitória do

Imagem 34 – Roseira da varanda da dona Antônia



Fonte: O autor, 2016.

⁷⁰ É notável que ao falar sobre esse deslocamento para a cidade mais próxima, Brasil Novo, que fica há mais ou menos doze quilômetros da agrovila Getúlio Vargas, Antônia explica que “*não dá para ir [ela] de pés*”, por causa de um acidente que sofreu há anos atrás. Isto sinaliza que andar nove quilômetros até a beira da rodovia era uma prática comum para quem vive nos travessões.

Xingu, em uma viagem que hoje pode ser feita em aproximadamente três dias. A primeira moradia da família, da qual se lembra, foi onde passou boa parte da infância. Era um lote pequeno que ficava na estrada de Vitória do Xingu, no ramal dos Cocos⁷¹, próximo à Transamazônica, lugar que com muito sacrifício conseguiram comprar para trabalhar com agricultura. A estrada de Vitória conecta o município de Vitória do Xingu à cidade de Altamira, onde cruzaria anos depois com a Transamazônica.

Desse período da infância, dona Antônia conta que o seu pai faleceu jovem em decorrência de um acidente de trabalho: *“Meu pai, quando ele faleceu eu tinha 7 anos. Ele tinha acabado de torrar farinha e desceu lá pro Igarapé do Coco, foi pegar água para aguar a farinha...”*. Apesar de pequena, me contou em detalhes esse infortúnio que marcaria a vida de sua família. Orgulhava-se da *“memória boa”*, como ela mesma enfatizou.

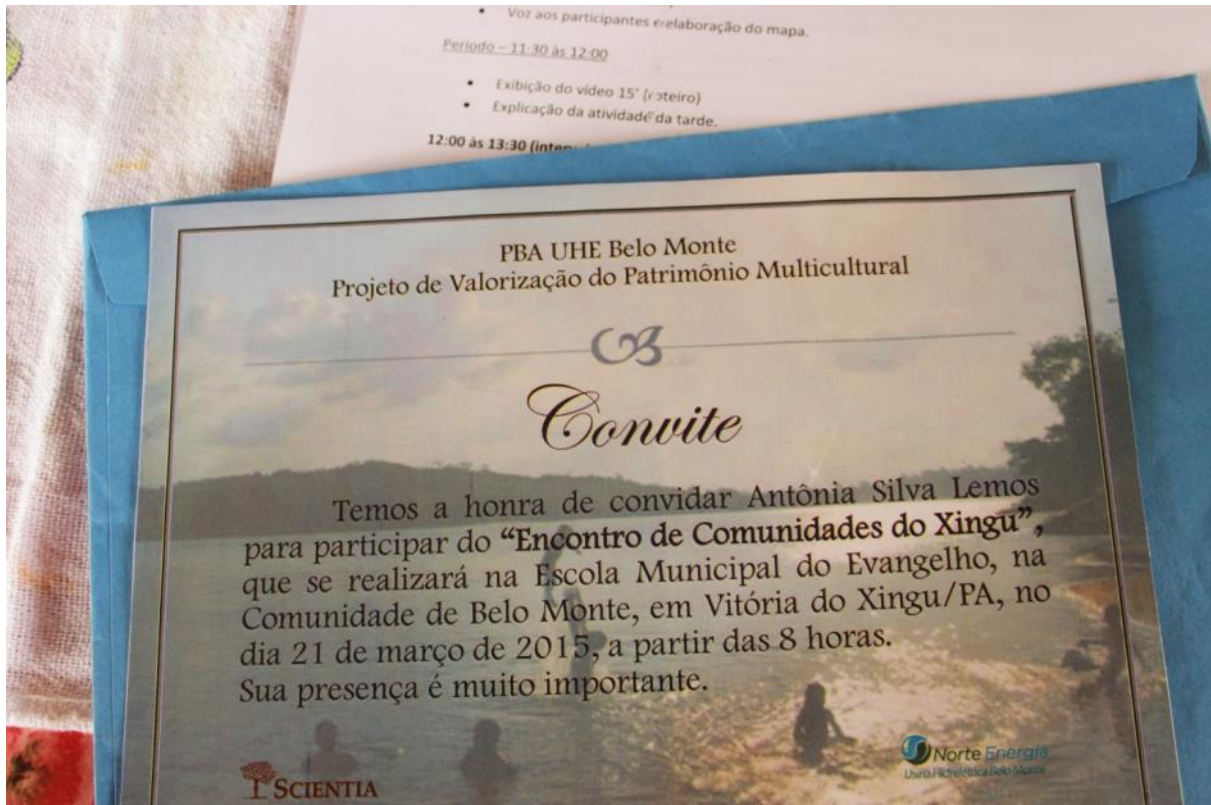
As dificuldades de acesso básico à saúde e à educação fizeram com que a mãe de dona Antônia comprasse outro terreno em Altamira, onde construiu uma pequena casa⁷². D. Antônia narra que quando não existia a rodovia Transamazônica, em Altamira só existiam duas ruas, onde ela *“alcançava [enxergava] só cinco casinhas e uma padaria. Ali onde é um mercado grande, ao lado do Goés [mercado no centro da cidade], a gente matava muita paca lá... Eu mais uma tia minha”*.

Quando expliquei o teor da conversa que gostaria de ter com ela, explicitando melhor minha pesquisa e quem eu era, ela – que já teve contatos com alguns pesquisadores – disse que participou de uma reunião com a Norte Energia em 2015 intitulado “Encontro de Comunidades do Xingu”, conforme pode ser visualizado na Imagem 35. A reunião, que dona Antônia havia lembrando por também envolver a questão da memória, fazia parte do Plano Básico Ambiental de Belo Monte, uma das condicionantes de licenciamento ambiental da hidrelétrica, cujo objetivo central seria *“é contribuir para a concretização da finalidade atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN pelo artigo 2º, III, do anexo ao Decreto Nº 5.040, de 7 de abril de 2004”* (PLANO BÁSICO AMBIENTAL, 2011, p. 285). O Decreto, por sua vez, objetiva *“Promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural”* (PLANO BÁSICO AMBIENTAL, 2011, p. 285).

⁷¹ Ramal são como ruas dentro dos travessões.

⁷² É típico das famílias que moram nas ilhas no rio Xingu e afluentes, ou nas vicinais das grandes estradas, terem casas nas cidades, pois tornam-se casas de apoio, onde as famílias acabam por viver parte do ano para complementar a renda familiar entre o trabalho da roça e o da cidade.

Imagem 35 – Convite de participação do Encontro de Comunidades do Xingu



Fonte: O autor, 2016.

Desse encontro, Antônia mostrou o termo de compromisso de participação no projeto *UHE Belo Monte: Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico* elaborado por uma empresa terceirizada de consultoria. O curioso dos papéis que mostrou foi o termo que compromisso assinado em nome de dona Antônia. Ela que desce cedo ajudava os pais na roça, não estudou, sendo mais uma, dentre muitas, que não soube ler nem assinar o nome nos papéis de indenizações de Belo Monte. Até saber disso, não havia estranhado a assinatura. Dona Antônia com muita naturalidade esclareceu as dificuldades de estudo na região. Ao analisar o termo de compromisso assinado, não por ela, mas por outra pessoa, uma das cláusulas chama atenção:

A sua participação na pesquisa consiste em conceder uma entrevista registrada em áudio, vídeo e fotografias, que serão realizados pelos próprios pesquisadores, **sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisador**. Os procedimentos aplicados não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. (TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO, 2015, grifo nosso)

Não é a primeira vez que me deparo com situação semelhante. O projeto, cujo um dos objetivos seria “contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do País e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os

segmentos da sociedade” (PLANO BÁSICO AMBIENTAL, 2011, p. 286), elabora um termo de compromisso que prioriza pesquisas “sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisador”, mas que concede o constrangimento de uma pessoa assinar em nome de outra. Considerando o grande nível de analfabetismo na região, é surpreendente que metodologias como essas ainda sejam aplicadas, “sem prejuízo” ao pesquisador em prol dos prejuízos das populações locais.

Sobre esses estudos, não há documentos disponibilizados na internet, além do Plano Básico Ambiental, a única fonte citada. Dessa situação, o antropólogo Clifford Geertz (2014, p. 63, grifo nosso) contribui para as minhas reflexões quando diz que:

o etnógrafo [pesquisadores] não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o ‘com que’, ou ‘por meios de que’, ou ‘através de que’ (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cegos, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador.

Dona Antônia não disse que a assinatura não era dela. Não sei também o quão esse assunto pode ter gerado alguma situação constrangedora para ela diante de tais pesquisadores, que estavam fazendo esses levantamentos para produzir relatórios que resguardam o Consórcio Construtor de Belo Monte de possíveis ações do Ministério Público. Julgo, entretanto, esta não ser uma prática comum para ela, pois ao relatar outras situações em relação à assinatura de documentos, ela relata assinar com o polegar, conforme está na sua carteira de identidade.

Continuando a conversa durante o café, Antônia rememorou a vida em que viveu boa parte em trânsito pelas margens da Transamazônica. Na década de 1960, ela se casou e foi morar mais próximo ao município de Anapu, onde montou seu primeiro restaurante. Desse período, instigada pela minha curiosidade, lembra que fez muitos partos: “*só eu, quando foi aberta a Transamazônica, peguei 32 meninos. (...) Toda roça tinha uma parteira*”. Na vida na beira da estrada, ela diz que fez muitos partos de mulheres que vinham “*naqueles ônibus velhos*”, como ela mesma descreve.

Imagem 36 – Casa da dona Antônia



Fonte: O autor, 2016.

Todos os filhos de D. Antônia nasceram na vila Santo Antônio. Surpreendi-me, pois considerava não haver tantas pessoas nascidas na comunidade. Ao cartografar essas temporalidades, na busca por uma reconstituição temporal da história da vila, encontro na memória da matriarca algumas sobreposições de tempo. A comunidade aparece como o lugar central de sua vida, ou seja, onde teve todos os filhos, de onde guarda muitas lembranças, afetos e fotografias. A filha mais velha tem 50 anos, D. Antônia, 65 anos – elas duas refletem algo muito típico na região, a maternidade e/ou casamento precoce.

A agrovila surge, segundo alguns relatos de pessoas como Élio, moradores antigos, localizada no quilômetro 50 da Transamazônica porque lá já existia um campo de futebol quando ainda não tinha moradores de fato na localidade. Todos que viriam a se tornar moradores da comunidade moravam nas redondezas, em outras pequenas vilas. A julgar pela idade da filha mais velha de dona Antônia, observo que simbolicamente todos seus filhos nasceram na vila, pois as ocupações são mais recentes. Apesar de pontuar essa sobreposição de temporalidades, acredito que afetivamente a memória dela é calcada em uma temporalidade própria, um tempo outro vivenciado pela matriarca.

A comadre Antônia, como seu Élio a chamava, viveu da renda do restaurante boa parte da vida, como já disse, e depois teria como renda complementar a aposentadoria. Hoje,

ela vive única e exclusivamente da aposentadoria que conseguiu nova, porque desde quando tinha 17 anos pagava o sindicato dos pequenos agricultores. Com 41 anos pediu para se aposentar e antes de completar 50 anos a chamaram para começar a receber a aposentadoria: “*Foi uma benção que Deus mostrou mesmo*”. Viveu a vida toda da roça, do restaurante que construiu e depois da aposentaria. Como a agrovila que mora hoje é pequena e isolada, ela vive da aposentadoria “*pra tudo*”, pois não trabalha mais com a venda de comida, como fazia na beira da Transamazônica, e para completar o *rancho*, ela cultiva uma horta e roça, de onde tira boa parte de sua subsistência.

Imagem 37 – Antônia e seus álbuns de família



Fonte: O autor, 2016.

Entre a chuva e o café, aproveitando que dona Antônia havia desistido de ir trabalhar na roça, ela me mostrou os seus álbuns de fotografias da família, que retratava sua vida na agrovila. As fotografias guardadas revelavam uma família que gostava de fazer festas, onde se reuniam para tirar retratos com os amigos, registrar o cotidiano, os momentos de lazer nas praias do rio Xingu. Surpreendida com a quantidade de fotos, conto para dona Antônia que não havia visto muitas imagens da agrovila, ela me responde contemplando suas próprias

fotos: “É porque é um povo despreocupado”. E eu, claro, pergunto o por quê: “Porque só se preocupam com as coisas de hoje....”.

Estipulando mais ou menos o ano em que essas fotos foram tiradas, tendo como base a fotografia que a dona Antônia comemorava 46 anos, suponho terem sido no final da década de 1990. A partir desses álbuns pode-se entrar brevemente nas peculiaridades do cotidiano em que viviam. Dentre as imagens, uma chama atenção por ter sido um registro mais “banal”, digamos assim, da própria matriarca em frente à saída da cozinha para o quintal na vila. Essa imagem, aparentemente tirada entre os intervalos do trabalho, é a umas das únicas que não se enquadra nos momentos de lazer ou festas ou retratos de família.

Imagem 38 – Dona Antônia no quintal na agrovila Santo Antônio



Fonte: O autor, 2016.

Foi por meio dessas fotografias que conversamos sobre sua vida na agrovila. Rememorando o tempo vivido ela diz: “o que eu tinha lá eu não trocava aqui”. Para quem sai de um ambiente em que a interação com o outro acontece em vários momentos do dia, desde o acordar em família com os filhos⁷³, trabalhar na comunidade, conversar com os vizinhos nos

⁷³ É comum na região os filhos, mesmo depois de casados, continuarem morando próximo aos pais, vivem por anos na extensão da casa e do quintal – o que é mais comum em relação aos filhos homens, que tendem a ficar

momentos vagos, de intervalo, é difícil a ruptura com os signos que constroem os sentimentos de pertença ao lugar e à “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 2006), onde se consolidou as bases de sua memória enquanto xinguará⁷⁴. Nesse sentido, pode-se afirmar que o deslocamento compulsório das famílias impactadas por Belo Monte gera o desenraizamento, que

é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre os vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças. (BOSI, 1994, p. 443)

Segundo Halbwachs (2006, p. 39), a memória coletiva também é calcada na vivência e nas memórias individuais, já que ambas formam uma base comum sem a qual não poderá haver a reconstituição das imagens de uma lembrança, “o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo”. Desse modo, o raio de mais de 200 quilômetros em que essas famílias se dispersaram também espalhou suas memórias coletivas, que com o tempo cederá ao esquecimento.

A reconstituição possível das memórias da agrovila Santo Antônio, que tenha como base os álbuns de famílias, evidenciam as memórias individuais de quem é guardião desses objetos de memória. Na ausência dessas, as narrativas recompõem parte da memória coletiva da comunidade, constituída a partir de quem não tem fotografias, mas palavras para descrever aquilo que gostaria de mostrar: fotografias nunca tiradas. Por outro lado, as fotografias de álbuns de família, como objetos de memória, tem a especificidade de possuir “um papel específico na coesão social da família que a constrói e transmite, uma memória que, ao definir o que é comum ao grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sociais” (MAUAD, 2014, p. 12).

mais próximos dos pais. As mulheres, pelo o que observei na pesquisa de campo, geralmente acabam por morar com a família do marido. No casa da dona Antônia, como já disse, são dez filhos e três filhas.

⁷⁴ Refere-se a quem nasce na região do rio Xingu.

Imagem 39 – Retrato de comemoração de aniversário



Fonte: O autor, 2016.

Dentre todas as fotos que me mostrou, havia uma que procurei bastante: era uma fotografia de seu pepino gigante, que ela mesma plantou e que pesava mais de doze quilos. Na procura silenciosa que fez, somente me pediu para esperar um pouco e assim saiu da varanda para a sala, onde guardava seus álbuns. Dona Antônia ficou visivelmente com chateada com o insucesso da procura, mas supôs estar com alguém da família. Sobre a perda dessas fotografias, Fabiana Bruno (2013, p. 130) diz que “as fotografias que produzimos *circulam, viajam* entre parentes, amigos, amantes”. Talvez dona Antônia tivesse ficado menos frustrada se também pensasse por essa ótica levantada por Bruno. Ela mesma comenta: “*quando eu conto a história, eu gosto de provar*”. As tantas fotografias que guardava partiam também dessa lógica do provar, da fotografia como mediadora do que se conta e do que se mostra, como uma projeção dessas narrativas. Para Antônia, era um investimento ter aquelas fotografias, por isso as guardava como suas relíquias.

Mesmo sem encontrar, me contou a história dessa imagem fotográfica que agora habitava sua memória e que muito reflete as dinâmicas particulares da região. A história antecede ao próprio pepino, pois começa no encontro da matriarca com outra matriarca em Altamira. Em uma das conversas que tiveram sobre roça, a outra senhora, que morava no

baixo rio Amazonas, perto da cidade de Porto de Moz⁷⁵, comentou que cultivava uma espécie de “pepino gigante”. Antônia, que é agricultura desde nova, ficou animada com o tal pepino gigante. Se hoje o contato por telefone ainda é problemático, naquela época suponho que era pior, por isso pediu para que a senhora mandasse, quando pudesse, umas sementes para ela plantar. Dona Antônia narra que já nem se lembrava mais da história do pepino gigante, quando um dia, ela recebeu as sementes de um conhecido que tinha encontrado com tal senhora em Porto de Moz. Quando plantou, vários pepinos cresceram bem grandes e que um desses chegou a 12 quilos. O pepino era tão grande que noticiaram no Jornal Nacional, onde Antônia diz ter dado entrevista⁷⁶.

Essa pequena história das fotografias de dona Antônia mostram o outro uso da máquina fotográfica compartilhada entre sua família e de dona Salviana. Para Salviana, dona Antônia tinha muitos fotos porque gostava de fazer festa. Mas se fotografias de Antônia cessam após a saída dela da comunidade, é possível supor que as festas também cessaram? No caso de Salviana, ao contrário, o ato fotográfico passou para a ser responsabilidade dos filhos, que com os celulares renovam os retratos de família. Dona Antônia, longe de quase todos os filhos, parece não ter mais motivos para tirar fotografias. Talvez seja porque considerava o lugar em que estava como um lugar de passagem, pois o que ela quer é sair dali: *“Não estou morando, tô passando uma temporada. (...) Vou caçar um lugarzinho que seja mais perto de tudo, do alimento, de tudo.*

As fotos mais recentes de dona Antônia, que gostaria de ter me mostrado, mas que também não achou, era de seu último aniversário em comunidade Santo Antônio, foi a comemoração de seus 60 anos. Aquelas fotografias, talvez para o desgosto dela, já estavam em formato digital, gravados em DVD, o que ela assistia de uma vez só na televisão. Esse DVD, infelizmente, também não foi encontrado. Na esperança de encontrá-lo, pediu para eu ligar e passar mais uma vez para ver⁷⁷. Aquelas fotos eram importantes para ela porque me contou que as vê como um pressentimento do que viria acontecer pouco tempo depois: a extinção da vila. Essas eram suas últimas fotografias da vila.

Lembrando da vida na vila, ela disse que o que mais dói nela quando passa em frente ao que sobrou da vila é que eles saíram de lá *“pra nada ... Tiraram nós dizendo que ia alagar... tá lá... um estacionamento de carro”*. Quando eu perguntei como era viver na vila, ela responde saudosa: *“era o paraíso, porque não tinha reclamação de nada (...). Eu mexia*

⁷⁵ Fica à 160 quilômetros de distância em linha reta de Altamira.

⁷⁶ Quando eu pedi autorização para publicar/mostrar as fotos do seu álbum de família na dissertação, ela respondeu: “Claro, já até apareci na Globo, sou conhecida na região”.

⁷⁷ Até o final da pesquisa de campo entre os meses de abril e maio, ela não tinha achado o DVD.

com o bar, mexia com o restaurante, eu criava galinha, mexia com o meu canteirinho (...). E foi rápido, minha filha, nós saímos de lá praticamente foi chutado. E pra nada né, meu compadre?!”.

O que eu senti nas conversas que tive com a dona Antônia foi que tiraram casa, o lugar de trabalho, assim como tiraram a liberdade de continuar aumentando sua coleção fotografias – memórias que hoje estão guardadas a “sete chaves” no armário onde reuni seus álbuns de família. Com o deslocamento para um lugar isolado, D. Antônia perdeu o contato cotidiano do viver em comunidade, onde podia rememorar o passado nas conversas com os amigos. Ela conta que até para receber visitas dos filhos é difícil por causa da ausência de transporte coletivo, o que limita inclusive seu deslocamento para visitar amigos e parentes. As últimas fotografias que ela tem são de seu último aniversário na vila, depois disso, as festas cessam, as fotografias passam a não mais existir.

A memória pode percorrer um longo caminho de volta, remando contra a corrente do tempo. Ela corre o perigo de se desviar quando encontra obstáculos, correntes que se cruzam no percurso. São as mudanças, os deslocamentos dos grupos, a perda de um meio estável em que as lembranças pudessem ser retomadas sempre pelos que as viveram. As transformações profundas por que passa a família, a perda e a chegada de novos membros são pontos de partida. Atrás deles os caminhos se perdem, descontínuos, apagados (BOSI, 1994, p. 420).

Imagem 40 – Ruínas de Santo Antônio #3



Fonte: O autor, 2016.

3 AS RUÍNAS DE SANTO ANTÔNIO

3.1 As reminiscências do lugar perdido

Quando eu cheguei? Porque assim, na cabeça da gente lá fora passa um filme na cabeça da gente. A gente vê os filmes que passa, inclusive eu cheguei a assistir filme lá no Espírito Santo que a Transamazônica era asfalto, era asfaltada, sabe?! Passava os caras quebrando as castanhas, eles faziam um jirau de madeira e ficavam de baixo quebrando a castanha... eu nunca vi isso aqui. Élio Alves da Silva, 2015.

Imagem 41 – Ruínas de Santo Antônio #4



Fonte: O autor, 2016.

Nas buscas pelas reminiscências do lugar perdido encontro ruínas. Era uma agrovila, fundada por diversos pontos de vista e que tinha, por isso, muitas histórias de famílias que andavam pela Transamazônica na busca por um lugar para cultivar. Alguns procuravam para terra para produzir sua própria subsistência. Outros buscavam uma beira de rio para que pudessem pescar. Outros almejavam os dois. Na procura do enraizamento “num solo comum” que transcende “o sentimento individual” (BOSI, 1994, p. 423), essas famílias estabeleceriam vínculos que hoje fazem parte de suas memórias.

Foi atrás da reconstituição dessas histórias e de compreender melhor esse espaço, que mergulhei, metaforicamente, mais uma vez nas profundezas do Xinguzão, como

carinhosamente o rio Xingu é chamado na região⁷⁸. O Xingu é o guia, por onde nos localizamos na região, por onde acontece a vida do ribeirinho que habita suas margens. Já para quem se estabelece distante do rio, é na beira da estrada e ao entorno delas que se guiam, era uma espécie de “rio moderno” em que transitam os fluxos de diferentes modos de vidas.

As ruínas de Santo Antônio, ao contrário das grandes ruínas da história, não se estabeleceram sobre as grandes construções. O que sobrou era diferente, era algo que não conseguimos perceber, como a extinta rua que só os olhos atentos do seu Élio poderiam mostrar. Ele conhecia bem a geografia daquele lugar. Foi nesse momento que percebi que por mais que eu quisesse fazer uma etnografia sensível, eu precisaria mais que um guia, eu precisava desenvolver um olhar atento.

Foi assim que, de maneira simples, rápida e meio sem querer falar, Élio disse: “aqui era uma rua”. Para ele, não importava muito observar como o mato e certas espécies de capim haviam crescido tanto ao ponto de não parecer mais que havia uma antiga rua ali. Para mim, era distinto, era como contemplar uma ruína sem ruína, restavam ali somente as reminiscências do que um dia foi uma passagem, uma rua. A perda das relações estabelecidas foi sucumbida pela natureza, que havia concretizado uma verdadeira simbiose de reconstruções sobre o lugar vivido. Aquilo que só a natureza que restou poderia fazer no lugar que sobrou das vivências em comunidade.

⁷⁸ Uma vez, em uma carona que peguei na beira da estrada, ao chegarmos em Altamira pela parte alta da cidade, o moço disse: “que maravilha, olha o Xinguzão!”. Comecei a observar, desde então, que muitas pessoas tinham esse modo carinhoso de se referir ao rio Xingu.

Imagem 42 – Ruínas Santo Antônio #5



Fonte: O autor, 2016.

As ruínas como materialização de “um mundo em vias de desaparecimento” (LATOURE, 2013, p. 40) desvelam memórias, “evocam a passagem do tempo – em alguns casos, como resquícios da falência de projetos modernizadores, utópicos e civilizatórios” (DALCOL, 2015, p. 54). É neste estado, enquanto resquícios do que existiu, que me deparo com a extinta agrovila Santo Antônio, assim como a fotógrafa Romy Pocztaruk se depara com outras *ruínas da modernidade* (DALCOL, 2015) ao longo também da rodovia Transamazônica em 2011.

Nesse campo de experimentação poético-visual, a partir do olhar sobre as ruínas dos projetos de modernização da Amazônia, é que Romy Pocztaruk vem a contribuir para pensar as imagens que busco cartografar da agrovila. Em sua pesquisa enquanto artista, Pocztaruk investiga “lugares esquecidos, arquiteturas urbanas abandonadas e vestígios da falência de utopias do passado” (DALCOL, 2015, p. 54). Nessa busca, encontra espaços abandonados pela modernidade, como um hotel esquecido, construído em 1972 para inauguração da Transamazônica na cidade de Rurópolis, que fica a cerca de 300 quilômetros de Altamira.

Imagem 43 – A última aventura, Hotel abandonado em Rurópolis (PA)



Fonte: Romy Pocztaruk, 2011.

A artista imerge nesta atmosfera “recolhendo imagens como uma viajante que explora paisagens na condição de *estar em deslocamento*, percorrendo geografias distantes para explorar locais de difícil acesso” (DALCOL, 2015, p. 54-55). Nesse sentido, a artista também constrói espécies de cartografias em seus trânsitos, registrando os esquecimentos georreferenciados por meio da própria condição do *deslocamento* na região, como ressalta Francisco Dalcol (2015).

Deste modo, Romy Pocztaruk colabora para a compreensão de um contexto mais amplo sobre a Amazônia, e mais especificamente, para pesquisa, também contribui para a evidência de novos referenciais para a cartografia social da região, apresentando novos pontos e linhas traçadas a partir da modernização. Distintos casos de ruínas na Amazônia foram apresentados na série *A última aventura*, e dentre essas, a artista também expõe a cidade abandonada de Fordlândia, construída no vale do Rio Tapajós em 1927, pelo americano Henry Ford, que tinha o objetivo desenvolver uma produção própria de borracha para a fabricação de pneus⁷⁹. As fotografias das ruínas do prédio do hotel abandonado em Rurópolis e a cidade abandonada de Fordlândia servem de pontos em nossa cartografia subjetiva, pois

⁷⁹ Para mais informações, consultar SENA, 2008.

simbolizam marcos históricos do esquecimento e reminiscências de um lugar que se opõe ao *não-lugar* (AUGÉ, 2002).

Para se entender o conceito de *não-lugar* desenvolvido pelo antropólogo francês Marc Augé (2002), é importante entender o que diferencia um *não-lugar* de um *lugar*. Para Augé (2002, p. 73), “o lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”. A supermodernidade, para o autor, criou muitos espaços de transição, de passagem e não identitários, considerados como *não-lugares*. Ao contrário das grandes construções da modernidade, a agrovila Santo Antônio foi construída como um *lugar* que se diferencia de ambos os casos de edificações erguidas em pleno efervescente desenvolvimento econômico da região amazônica, apresentadas pela artista Romy Pocztaruk.

A agrovila como um *lugar* em oposição ao *não-lugar* seria um espaço que se determina por meio da condição de convivência, de trocar e de organização orgânica. A história da pequena vila na beira da Transamazônica prossegue sendo excluída e eliminada da história do desenvolvimento da região. Dona Antônia sempre que passa em frente à vila se lembra dos bons momentos, reconhece aquele espaço enquanto um lugar de memória (NORA, 1993). É ela quem adverte que daqui a alguns anos, ninguém vai mais lembrar que ali um dia foi uma comunidade. O esquecimento ocupará seu lugar na história. Em outros relatos que colhi, é seu Amadeu quem resume a criação da agrovila enquanto um *lugar*:

Eu arrumei o lote, fiz a igreja lá no [quilômetro] 47, com dois anos a comunidade me pagou. Só que naquele tempo, com a inflação, o dinheiro não deu para comprar nem uns pedaços de tábuas. Aí depois fizemos o campo de futebol e depois a sede da comunidade⁸⁰.

Também ao cartografar as histórias da agrovila em ruínas, outras questões surgem. No início da década de 1980, Clifford Geertz (2014) nos advertia que não se pode capturar o que ele conceitua como *experiência-próxima*, pois somente o próprio sujeito pode saber interpretar, codificar, rememorar e o mensurar valor que essas experiências têm para si mesmo. Em minha *experiência-distante* (GEERTZ, 2014) foi difícil compreender as diferentes localizações de criação da agrovila. Seu Amadeu se refere ora ao quilômetro 46, ora ao 47 da rodovia Transamazônica. Até a completa extinção da vila, ela estava localizada no quilômetro 50.

Com a investigação, descobri que uma das características fundamentais da região é o intenso trânsito entre lugares e as imigrações sazonais. Inicialmente, a agrovila foi juntando

⁸⁰ Entrevista gravada em áudio, 2015. Nessa entrevista, uma das primeiras que tive com seu Amadeu, ele conta uma história, que por mais que não quisesse lembrar, é nitidamente costurada por um fio de memória.

pessoas a partir de espaços comuns, dentre esses, a igreja, o campo de futebol e posteriormente a sede como um espaço de lazer e organização política. Somente a partir desses ambientes é que as famílias foram solidificando o espaço enquanto um *lugar*. Em 1973, segundo seu Amadeu, foi criada a comunidade ao compartilharam o desejo de fundar a agrovila mesmo sem incentivo do poder municipal, como também me explicou seu Élio em uma de nossas conversas.

No início de 2013, saem as últimas famílias da agrovila Santo Antônio. Das imagens que guarda na memória, há uma imagem para seu Amadeu que resiste em suas lembranças: retrata o momento em que se esgotaram todas as possibilidades de permanência na vila. Seu Amadeu pontua que foi o último morador a sair da vila, assim como D. Antônia que também tardou a sair por causa dos pontos de comércio, que serviram aos funcionários da Norte Energia por mais tempo.

Ao contrário de dona Antônia, que antes de sair da agrovila havia conseguido negociar sua indenização, para seu Amadeu restou somente as imagens do dia em que cortaram o acesso à energia e à água em seu estabelecimento. Seu Amadeu não aceitou o valor tão baixo dado para seu ponto de comércio e para a casa de morada. Ele que na década de 1980 havia alugado seus barcos e barracões para os pesquisadores de uma empresa chamada CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores), que naquele tempo realizava os estudos de aproveitamento energético da região, se sentiu enganado quando recebeu uma proposta muito abaixo do prometido. Ele não queria sair sem receber o que considerava justo por tantos anos de trabalho.

A história da agrovila chega progressivamente ao seu final quando se iniciam as obras de escavações dos reservatórios de água de Belo Monte. É a história do desenvolvimento econômico que mais uma vez ocupa um lugar central na história da Amazônia, tornando a extinta agrovila gradualmente em um espaço de decadência, na medida em que os laços identitários, as relações cultivadas e própria memória se esvaem abrindo margem ao esquecimento e a solidificação de poucas e significativas ruínas.

Imagem 44 – A última aventura, Fordlândia III.



Fonte: Romy Pocztaruk, 2011.

Das famílias que conversei na busca pelas reminiscências do lugar, foi Valcirene, umas das filhas de seu Valci, que era um dos moradores mais antigos da vila, que me explica as relações de proximidade entre as famílias: *“Então, foi muita gente pra lá naquela época, muitas famílias que se estabelecerem ali e eram famílias muito próximas da gente, que se tornaram quase que membros da nossa família, em função da gente estar longe dos demais familiares⁸¹”*.

A família do patriarca Valci, e de dona Maria, com quem não tive oportunidade de conversar, saiu de Tocantinópolis quando este pequeno município localizado ao norte do que hoje é o Estado de Tocantins, ainda pertencia ao Estado de Goiás, na década de 1970. Por não ter acompanhado essa fase de mudança de Estados, na memória de seu Valci, ao falar de onde veio, ele sempre se refere sempre ao Goiás como sua naturalidade. Nascido e criado às margens de um grande rio que é o Tocantins, seu Valci me contou que aprendeu a pescar quando era bem novo. Quando veio para o Pará, dividiu-se entre a vida da pesca e da terra. Hoje, vive somente da terra, onde cultiva pés de cacau, no Travessão do Pilão, bem próximo ao travessão Santana na cidade de Anapu.

O encontro com esta família foi importante para que eu pudesse entender melhor a memória e cultura que se estabeleceu naquele lugar. São os filhos da família, especialmente

⁸¹ Entrevista grava em áudio, Valcirene, Travessão do Pilão, Anapu, 2015.

Valcirene e Dema que explicam os modos de vida, a cultura que permeia os modos de pensar de parte da região, o que se completamente com a memória do patriarca Valci. Dema seguiu um caminho semelhante ao pai e Valcirene seguiu carreira na congregação das Irmãs Escolares. É Valcirene que conta que foi na vila Santo Antônio que aprendeu as primeiras “*noções da vida em comunidade, porque logo se pensou em construir uma pequena capela, um local para reuniões [sede] (...), catequese... Sábado e domingo eram os dias que a gente se encontrava com os demais ali*”⁸².

Já Dema, um dos filhos mais novos, gosta de falar da primeira vez em que aprendeu a mergulhar e da vida que levou pescando peixe ornamental junto com outros jovens que também moravam na agrovila⁸³. Desse momento, ele guarda carinhosamente uma imagem na memória, exatamente a que me descreve em uma conversa informal, não gravada, em que narra a nova descoberta do viver por longas horas submerso no rio. Essas lembranças compõem sua *memória inundada*. Desde que saiu da vila, não pescou mais, pois além da proibição da pesca ornamental, agora está longe da beira do rio. Hoje ele se define como “pequeno agricultor”, mas deixa claro que se vê assim pela prática e não por receber subsídios do governo.

Para seu Valci, a criação da agrovila acontece quando um técnico e uma assistente social da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) decidem doar um terreno para abrigar um agrupamento maior de pessoas que moravam espalhadas naquela localidade, reunindo-as assim. Narrou que a estratégia para então reunir mais pessoas era distribuindo leite em pó. “*Muita gente ia só para pegar o leite mesmo. Em uma dessas reuniões veio um técnico de agrovila, naquela época se chamava ‘prefeito de agrovila’, ele que dou aquele lote onde foi feito Santo Antônio. Ele falou: ‘Ao invés de vocês estarem se reunindo em coisas alheias, vocês vão se reunir numa coisa de vocês’.* Através disso começou Santo Antônio em 1973”⁸⁴.

O patriarca também rememora que nas redondezas de onde se formou a agrovila, havia somente uma família que morava na beira do rio, próximo ao igarapé Santo Antônio. Sobre essa outra família, não se sabe quem eram, pois se mudaram logo que a família do S. Valci se estabeleceu na localidade. Por isso, nas investigações que fiz, seu Valci é considerado o primeiro morador da vila. Mas, infelizmente, quando o conheci, ele falava com dificuldade devido aos problemas de saúde.

⁸² Entrevista grava em áudio, Valcirene, Travessão do Pilão, Anapu, 2015.

⁸³ Depois de Belo Monte, a pesca de peixes ornamentais foi proibida, por isso muitos relataram esse período como uma época de abundância deste tipo de pesca.

⁸⁴ Entrevista gravada em áudio, Valci, Travessão do Pilão, Anapu, 2015.

Imagem 45 – Ruínas de Santo Antônio #6



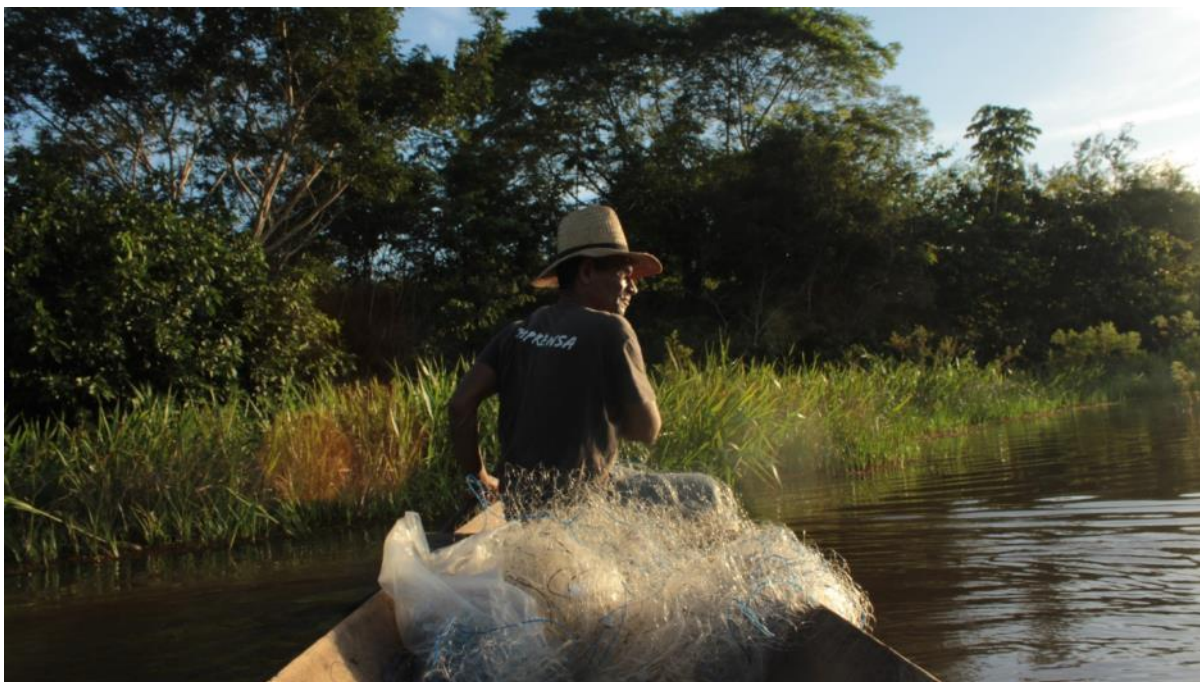
Fonte: O autor, 2016.

3.2 Outras Histórias

Sou um pescador sem rio...
Élio Alves da Silva

A primeira vez que eu vi o Élio, ele usava um chapéu de vaqueiro e um sapato elegante de couro com bico fino comum na redondeza de Altamira e no próprio meio rural. Isso foi há quatro anos, quando acontecia o Xingu+23 em 2012, evento em que ele participava da organização. Mesmo observando-o a distancia, senti o espírito de liderança que Élio carregava consigo. Naquela época, ele ainda era presidente da Associação de Moradores da Agrovila Santo Antônio, cargo que ocupou durante muitos anos. Quando a vila começava a se desintegrar fisicamente enquanto comunidade, consolidando-se em uma espécie de arquitetura da destruição, as ruínas se proliferavam assim como os mosquitos nos lagos parados de Belo Monte.

Imagem 46 – Élio no lago da agrovila Vale Piauiense



Fonte: O autor, 2016.

Quando tive a primeira oportunidade de conversar com seu Élio, estava sob efeito das emoções vivenciadas durante o último festejo de Santo Antônio da vila, onde também aconteceu uma ocupação da ensecadeira⁸⁵ no canteiro de obras do sítio Belo Monte, o que fazia parte de um conjunto de manifestações contra a construção da Usina. Estávamos no ônibus fretado por alguns movimentos sociais de Belém, que nos trouxe (estudantes, ativistas, ambientalistas, militantes, etc.) ao Xingu+23 e que voltava à capital do Estado⁸⁶. Élio seguia rumo ao voo que o levaria ao Rio de Janeiro para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o famoso Rio+20. Nas palavras de próprio, ele iria falar pessoalmente com a presidenta Dilma, pois gostaria de mostrar o que estava acontecendo na região do rio Xingu, no Pará. Élio carregava o papel da indenização de sua ilha no valor de três mil reais, uma prova das injustiças por ele enfrentadas.

O fascínio que tive com o Élio era algo muito singular, embasado no domínio que ele tinha sobre as palavras ditas. Ao mostrar o papel que continha com os valores dados às benfeitorias cultivadas na agrovila, sobressaíam os valores tão baixos dados não somente ao

⁸⁵ “As ensecadeiras são as mais utilizadas para construção de barragens, uma vez que elas possibilitam a criação de uma área seca para a realização dos trabalhos no leito do rio” (ROCHA, G. S. C., 2006, p. 27).

⁸⁶ Foi nessa viagem que ouvi pela primeira vez o Élio, momento em que também surgiram as primeiras motivações dessa pesquisa.

que era cultivado como fonte de sustento⁸⁷, o que tem um preço de mercado negociável na região, mas também ao que havia sido plantado no quintal como fonte de subsistência e de afeto – um valor simbólico imensurável para aquelas famílias. Élio se tornou pescador no rio Xingu, sabia bem os percalços que a barragem do rio traria para a vida de todos da região, especialmente daqueles que dependiam diretamente do rio para o sustento familiar. Depois do primeiro contato com esse pescador, busquei encontrar Élio nas viagens que fiz para a região, o que somente aconteceu dois anos depois.

As conversas iniciais com Élio retratavam com certa precisão a relação do valor comercial com o valor afetivo, e de subsistência mais que tudo, pois as famílias buscavam sobreviver às margens da estrada e no rio. Ao longo dessas conversas, compreendi que os modos de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 1996) sobre o lugar vivido, para o Élio, estavam muito além da construção de uma identidade georeferenciada na mesorregião do Xingu, pois as subjetividades ali consolidadas se referiam à busca pela sobrevivência, pela resistência do viver.

Em 2014, Élio se mostrava muito diferente da pessoa determinada que conheci, que iria falar com a presidenta Dilma. Estava nitidamente sem esperanças de que a vida melhorasse e se queixava das dores que sentia no corpo devido às mudanças no modo de vida: de pescador virou ajudante de pedreiro na construção civil. À essa dor corporal de Élio, associo às *imagens suspensas* (LEÃO, 2010a; 2010b), uma vez que “as lembranças permanecem suspensas, escondidas dentro de um corpo que hesita em lembrar” (LEÃO, 2010b, p. 53). Assim Élio, com o pouco que ganhava, conseguia manter a casa que comprou na agrovila Vale Piauiense, no quilômetro 23 sentido Altamira-Brasil Novo, a cerca de 73 quilômetros de distância da antiga agrovila.

O trabalho na cidade ajudava Élio não somente a pagar as contas mínimas, como a despesa referente também à mudança e às compras de móveis novos, também o distanciava da solidão que dizia sentir na nova agrovila, que, segundo ele, era um lugar muito diferente de Santo Antônio. O isolamento que Élio dizia sentir piorava com a própria localização de sua chácara na nova vila, mais afastada das demais, o que dificultava a socialização com os novos vizinhos. Ele não tinha com quem conversar.

⁸⁷ Conforme foi dito no Capítulo 2.

Imagem 47 – Agrovila Vale Piauiense



Fonte: O autor, 2016.

Durante a primeira pesquisa de campo em 2015, consegui ter um contato maior com Élio, especialmente por ter sido hospedada na própria casa do pescador. A escolha por ficar na agrovila em que Élio morava se deu, dentre outros motivos, pela proximidade do pescador com o Movimento Xingu Vivo para Sempre, uma vez que, em decorrência disto, Élio recebeu com certa frequência diferentes pessoas que fazem parte da rede de colaboradores do Xingu Vivo⁸⁸. Além disso, realizar percursos investigativos coordenados pelo próprio Élio, que é um profundo conhecedor da região, proporcionaria, e proporcionou, um bom panorama das rotas e das famílias que podiam colaborar com esta pesquisa.

Como imigrante, foi em 28 de fevereiro de 1976, que Élio chegou à Altamira, “às 19:00, bati o pé aqui nessa bela cidade”⁸⁹. A lembrança da data e hora realçava que sua chegada às terras do Norte foi um marco muito importante em sua vida, visto que aconteceu como um “divisor de águas” entre a vida dele e da família que ficaria em segundo plano em uma pequena cidade do Espírito Santo, próximo ao sul da Bahia, chamada Montanha.

Dentre os muitos imigrantes que vieram para o Pará na busca pela terra “prometida”, muitos optaram pelo cultivo da terra, outros, em sua maioria nordestinos⁹⁰, serviriam aos

⁸⁸ No mesmo período, a professora Dra. Claudia Leão (ICA/UFPA) desenvolvia o projeto *Atlas, paisagens e pele: fluxo de viagens na Amazônia Insular*, premiado com o XIV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia. Parte desse projeto foi realizado na região da Volta Grande do Xingu, em colaboração com as artistas Dimitria Leão e Luana Beatriz, que também estavam hospedadas na casa do Élio.

⁸⁹ Essa conversa-entrevista, gravada, 2015, iniciou-se com perguntas sobre quando e como Élio chegou à região.

⁹⁰ Como já mencionado, de acordo com a entrevista concedida pelo chefe administrativo do programa governamental Terra Amazônia Legal, Dourival Oliveira, na sede administrativa do Incra em Altamira, durante a

grandes fazendeiros trabalhando como vaqueiro e dedicando-se à criação de gado. Muitos outros, porém, viveriam entre a vida da terra (agropecuária) e da água (pesca), e outros se dedicariam somente a um ou a outro. Élio decidiu por trilhar um caminho pelas águas do rio Xingu.

Primeiro eu comecei como lavrador, passei um tempo mexendo com lote. Aí quando, nesse intervalo, que eu comecei a trabalhar no lote, eu já pescava assim... só pra comer. Aí eu comecei a trabalhar, **levei como profissão mesmo a pescaria porque eu achava melhor pescar do que derrubar mata**. Eu mexia com derrubada, aí eu larguei a derrubada e comecei a pescar⁹¹.

Quando Élio chegou à Altamira fazia seis anos da abertura da Transamazônica e da iniciada colonização oficial da Amazônia (ROCHA, G. M., 2010). Naquele tempo, havia uma “fofoca”, como Élio define o que ouviu falar antes de decidir ir para o norte do país, propagada por meio de filmes e de propagandas governamentais em canais abertos de televisão.

Desde antes de decidir vir para o Norte, Élio sabia que o governo havia criado um programa de incentivo à imigração para a Amazônia chamado “Terra sem homens para homens sem terra”. Mas a decisão final imigrar não veio somente com as imagens propagadas em canal aberto na televisão. Ele tomou a iniciativa com mais outros parentes que também moravam em Montanha, assim veio para o Pará de ônibus com a família de sua prima. Naquela época, rememora Élio, existia somente uma empresa de ônibus comercial chamada Transbrasiliana, que é uma das empresas mais antigas do Brasil, que realiza há anos longos percursos rodoviários entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sudeste do país.

Existia um projeto na época, que esse projeto chegou a fofoca lá, que aqui na Amazônia Legal existia uma projeto de *terra sem homens para homens sem terra*. E foi isso que fez a gente vir pra cá, sabe?! E daí, eu vim nessa fofoca né?! E eu imaginava que como eu me criei dentro da cidade, na roça de fazenda (que não tinha mata né?!)... Eu tinha muita ansiedade para conhecer mato assim... Na verdade, eu fui pra dentro da mata quando eu cheguei aqui. Aí eu me misturei com os bichos sabe?!⁹²

Com o tempo, Élio descobriu que as imagens que compunham essa projeção sobre a Amazônia eram muito diferente do que observou ao longo de sua “experiência-próxima” (GEERTZ, 2014) no próprio cotidiano como imigrante e como posseiro. Ele mesmo esclareceu que “*chegando aqui eu conheci a história bem diferente*”. O modo como ele viveu

pesquisa de campo em abril de 2016, o projeto de colonização da região feita durante o regime militar direcionou a imigração nordestina para as piores terras, perímetro entre a cidade de Marabá e Altamira denominado “Transa-leste”, onde foi dado incentivo criação de grandes fazendas.

⁹¹ Entrevista gravada em áudio, Élio Alves, Altamira, 2015.

⁹² Entrevista gravada em áudio, Élio Alves, Altamira, 2015.

e se percebeu naquele lugar desconstruiu essas imagens, tais como a ideia que tinha sobre índio:

Daí a minha mãe e a minha família disseram: “— Mas meu filho, tu vai pra lá para essa Amazônia, pra esse lugar que é só índio?”. Eu falei: “— Gente, lá não só tem índio, lá tem gente também!”. Na nossa mente, o índio era um bicho. Na nossa mente o índio é um bicho e isso ainda passa na cabeça das pessoas lá fora. Eu não sei se a Claudia [professora do ICA-UFPA] tem conhecimento disso, mas lá pra fora, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, ainda passa que índio é um bicho né?! Isso passava na nossa cabeça, que o índio era... que não podia confrontar com índio. Chegando aqui eu conheci a história bem diferente. A gente sabia que tinha aldeia que a gente não podia ir, mas tinha muito índio que você podia conversar com eles e a Funai já estava tomando conta disso né?!⁹³

Assim que Élio chegou às terras do Norte ficou no arraial do seu Zé pequeno, que o abrigou por um tempo. Com o projeto de colonização dirigida, as terras às margens da rodovia e das vicinais⁹⁴ eram lotadas e doadas pelo Incra. Élio não tardou para se apossar de uma gleba já nas proximidades do quilômetro 50, onde posteriormente foi construída a agrovila Santo Antônio. Por isso, Élio mais que ninguém conhece aquela região como a palma da mão e se diz um dos fundadores da vila.

Na época em que se apossou de uma gleba, não pôde permanecer no local porque não tinha família, ou melhor, havia “abandonado” sua família, como ele mesmo disse. O Incra era quem administrava a posse daquelas terras e não permitia posseiros sem família ocupassem um lugar. Sem terra numa região farta de terras consideradas devolutas, o marido de sua prima ofereceu trabalho na gleba que havia ocupado junto com a esposa. Esse “trabalho” culminou em um regime de escravidão em que Élio se viu trabalhando como lavrador. Segundo ele, o acordo era trabalhar diretamente no lote enquanto o dono faria outros serviços cidade de Altamira. Quando o lote estivesse produtivo, eles iriam dividir. Passou-se dois anos para Élio perceber que não receberia nada mais além de comida naquele lugar, que inclusive foi negada quando o dono soube que ele estava fazendo outros serviços para proprietários vizinhos.

Então, o que eu via era conhecer e participar disso aqui [da Amazônia]. E foi o que eu fiz! Abandonei toda minha família, vim com os outros, passei um tempão... sofri pra caramba. Eu tive que trabalhar dois anos como escravo a troco de nada. Eu fiquei sem roupa, fiquei sem calçado, sem sandália para calçar, não tinha nada. Na verdade, um cara com 21 anos de idade... Eu não tinha nada nada nada nada [sic] para encostar. Dormia numa cama de cipó e não tinha uma roupa para vir aqui em Altamira.⁹⁵

⁹³ Entrevista gravada em áudio, Élio Alves, Altamira, 2015.

⁹⁴ Quer dizer o mesmo que travessão, termo mais comum na região.

⁹⁵ Entrevista gravada em áudio, Élio Alves, Altamira, 2015.

Imagem 48 – Lago da agrovila Piauiense



Fonte: O autor, frame de vídeo, 2016.

No entre-conversas, compreendi que Élio tentou esquecer essa parte de sua história, mas percebeu que o esquecimento, nesse caso, não poderia ser consumado por ter sido uma experiência importante na vida dele: foi por causa desse período que escolheu dedicar-se exclusivamente à pesca, onde encontrou um refugio no meio do caos que se tornou a Transamazônica. Essas reminiscências do seu passado compõem a história de um imigrante como muitos outros, que passaram por situações similares.

Nas pesquisas de campo, percebi que Élio havia tomado para si a responsabilidade de guardar as lembranças da vila na própria memória, já que não tinha sequer uma fotografia da vila para rememorar. Pelo o que eu percebi também, não havia tido pretensões de ter, principalmente em uma época em que ninguém acreditava que fossem ter mesmo que sair de suas casas e das beiradas do rio. O ato fotográfico não cabia na vida que tinha como pescador, nas tantas horas que passava no rio e na ilha por ele apossada, onde construiu o barracão que foi queimado sem aviso prévio pela Norte Energia em 2012. Élio gostava mesmo é de lembrar e de conversar para rememorar os 25 anos pescando no rio Xingu. É por meio do rememorar que ele revela aquilo que ficou impresso somente em sua subjetividade, para parafrasear Éclea Bosi (1994).

Há fatos que não tiveram ressonância coletiva e se imprimiram apenas em nossa subjetividade. E há fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiam profundamente em nós; e dizemos: “Só eu senti, só eu compreendi”. Um exemplo

pode ser o desaparecimento de uma pessoa que consideramos de especial valor. Podemos guardar anos, teimosamente, sua lembrança, de que nos sentimos o único depositário fiel, tendo como expectativa um grupo futuro. É porque temos certeza de que esse valor negado pelo grupo atual tem uma significação que o transcende e que poderá ser explicitada por nós um dia, em melhores condições, para outros homens para quem nosso amigo desaparecido será familiar, caro, inspirador. (BOSI, 1994, p. 408)

Na qualidade de guardião da memória da vila, Élio foi fundamental para a reconstituição de parte da memória coletiva das famílias que remanesciam na beira da estrada e do rio nas proximidades do quilômetro 50 antes da UHE Belo Monte. Ele sente as reminiscências do tempo passado que ainda se encontraram nas ruínas-rizomas do que restou da comunidade Santo Antônio. Hoje, 2016, ao andar pelas ruínas da agrovila, Élio aponta para a mangueira que plantou, que fazia parte do seu quintal e que ainda permanece no local. “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significados dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

Esse rio pra mim, ele foi meu tudo! Daqui tirei minha sobrevivência, minha alegria. Desse rio eu tirava o que pagava minhas contas, desse rio tirava minha comida, desse rio eu tirava [dinheiro] pra mim pagar a farmácia. Eu nunca abusei desse rio! Eu sempre desfrutei dele com o maior respeito, igual todo mundo que morava aqui... faziam isso. (VOZES, 2013, grifo nosso)

Desde a primeira vez que conversei com Élio até os momentos mais recentes que passamos juntos, algo mudou nele no modo de ver e perceber as coisas. Havia afluído o desejo pelo registro fotográfico. Talvez por um contato maior com os modos de vida citadinos, talvez porque desde que a UHE Belo Monte começou a ser construída muitos fotojornalistas chegaram à Altamira para fazer mais e mais registros da região, talvez por ter descoberto um modo de perpetuar, ou melhor, de prolongar suas memórias... O certo é que Élio demonstrava um interesse enorme por produzir seu próprio filme.

Poucos meses antes desse encontro que tive com Élio em 2014, a artista Luana Beatriz Peixoto havia iniciado um projeto de filme documentário sobre vila Santo Antônio, a pedido do próprio pescador, porque ano anterior (2013) a ONG estrangeira Amazon Watch havia realizado uma série de vídeos sobre ribeirinhos impactados por Belo Monte, que foram lançados na internet pela plataforma Youtube, dentre esses, o filme *Vozes do Xingu: Élio Alves da Silva*. Como o título já revela, o vídeo era sobre a história de vida do seu Élio. O que o título nem o vídeo revelaram foram as insatisfações de Élio pelo resultado final do audiovisual.

O desgosto pelo vídeo foi marcado por um detalhe que pode passar imperceptível para quem o assiste: eles não mostraram os peixes que Élio havia pescado. Para um pescador

que tinha 25 anos de carreira na pesca, dos quais onze anos foram dedicados à pesca de peixe ornamental, atividade exercida concomitante com a pesca comercial e de subsistência familiar, o vídeo foi vergonhoso porque, segundo Élio, todo pescador tem que mostrar o que pescou. Na visão do pescador, sua fonte de subsistência era também fonte de orgulho, por isso nas filmagens fez questão de mostrar tudo que pescou, mostrando a diversidade e a riqueza de seus modos de vida, apresentando devidamente cada peixe e o nome usual na região.

Sobre esse vídeo, Élio sempre conta que tratou de deixar claro, com quem tinha oportunidade, o desgosto pelo resultado final. Descrevo essa história por considerar um momento crucial em que Élio passou a olhar para o vídeo e para a fotografia com outros olhos, inclusive como um diretor de si mesmo e do filme sobre sua própria vida.

O conheci em fevereiro, do ano de 2014, em Altamira (PA). Desse encontro surgiu uma amizade e uma vontade, a vontade de fazer um filme sobre o que acontecera na comunidade que ajudou a criar, sobre a forma que viviam antes, Élio, sua família e amigos. Com uma motivação especial, filmar debaixo d'água a pesca do Cari Zebra (*Hypancistrus zebra*), um peixe ornamental, que existe apenas no rio Xingu, cuja venda era fonte de renda para muitos pescadores na região da Volta Grande. (PEIXOTO, 2015, p. 182)

Desde 2014, quando fizemos a primeira pesquisa de campo juntos, já havia em sua sala um mural, em que exibia as novas fotografias, muitas ganhadas de amigos, que compõem agora uma nova narrativa de sua vida. Nesse mural, há fotos da produção de seu filme, feito em conjunto com a artista visual Luana Beatriz e fotos dele com seus pescados. No ano seguinte, em 2016, mais fotografias preenchiam seu mural. Ele havia mandado fazer um pôster, igual ao que viu em uma das palestras que participou na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, mostrando assim parte dos peixes ornamentais que pegou ao longo dos onze anos dedicados à pesca ornamental, destacando o mais raro e mais caro da região: o Cari Zebra, que só é encontrado na região do Xingu.

Imagem 49 – Mural de fotografias do seu Élio



Fonte: O autor, 2016.

Ao contrário da maioria das famílias que conseguiram e optaram por locais próximos aos parentes, Élio foi morar sozinho na agrovila do quilômetro 23. Só depois de muito tempo e de tantas conversas, entendi o porquê de ter optado por comprar uma casa naquele local. Para um pescador como ele, com filhos criados e sem companheira⁹⁶, com 60 anos de idade, era prioritário para ele que ficasse o mais próximo possível de uma vida ribeirinha, digamos assim, com a possibilidade de pesca. A agrovila que escolheu morar era um dos poucos lugares em que havia essa opção. Era uma barragem feita em uma nascente de água, que se transformou em um lago (Imagem 48), feita por um antigo morador da vila, já falecido, chamado Zé Pequeno, que também dá nome ao lago.

Ao responder sobre a localização e a situação do “ponto de pesca” dos pescadores e pescadoras da comunidade, o Sr. Hélio revela o quanto é importante não simplificar este termo, numa abordagem externa. Um dos lugares da Vila onde pescavam, era ponto de pesca, ponto de ensino e muito mais, conforme é possível compreender seguindo esse fio de memória. Ficava na “praia”, onde pescavam, brincavam, comiam, festejavam, ensinavam e aprendiam. Esta expressão, conforme a qualificou o Sr. Hélio, condensa muitos sentidos. Ali estavam os peixes, era um dos lugares de trabalho, de convivência familiar e comunitária, de ensino das crianças e jovens, o sustento material, a alimentação culturalmente adequada, a festa. (BRASIL, 2015, p. 75)

⁹⁶ Até o fim desta pesquisa.

3.2.1 O primeiro morador da Transamazônica

A agrovila Santo Antônio ganha este nome por causa de um igarapé que ficava bem próximo, foi seu Amadeu quem me contou isso logo na primeira conversa que tivemos. No levantamento de dados secundários, compreendi melhor os impactos socioambientais que atingiram a vila, uma vez que uma das barragens para a criação de reservatórios de água da usina foi intitulada com o mesmo nome do igarapé Santo Antônio, conforme podemos observar abaixo:

O Sítio Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica e a cerca de 10 km a jusante da interseção do rio Xingu com essa rodovia, local denominado Belo Monte. Nesse sítio serão construídos a Casa de Força e a Tomada de Água Principais [sic] e o Canal de Fuga, com **fechamento do Reservatório Intermediário por barragens, em particular a Barragem de Santo Antônio**. (NORTE ENERGIA, 2013, p. 5, grifo nosso)

Na primeira vez que fui atrás de seu Amadeu, durante a pesquisa de campo feita em julho de 2015, ele morava na beira da Transamazônica, na agrovila D’Vinci que fica no quilômetro 18 da rodovia no sentido leste (Altamira/Marabá). Apesar de ter estruturado um pré-roteiro de entrevista, preferi apenas ter uma conversa informal⁹⁷ para melhor compreender o que ele gostaria de falar após ter sido um dos primeiros moradores da vila e literalmente ter sido o último morador a sair. Essa dinâmica colaborou para entender a história da agrovila de modo mais amplo. Após explicar minha pesquisa e dizer que busco compreender as histórias da região antes e depois de Belo Monte, ele diz imediatamente: *“pra mim, o negócio mais péssimo que teve foi essa barragem, porque me tiraram do que era meu, depois de 42 dois anos... trabalhei tanto, lutei tanto, construí a comunidade, trabalhei em tudo e tive que sair sem direito a nada né?!⁹⁸”*.

Ainda neste contato inicial, expliquei que estava realizando pesquisa com os antigos moradores de Santo Antônio e que também tinha um projeto de produção de vídeo na região. Esclareci que, se ele permitisse, eu gostaria de registrar alguns momentos de nossa conversa. Por causa disso, os primeiros relatos de seu Amadeu tinham um teor de denúncia e de esperança que os vídeos pudessem ajudar no seu caso. Esta expectativa se tornou comum na região, com a vinda de tantos jornalistas e cinegrafistas. Porém, aos poucos, ele mesmo abriu

⁹⁷ Partes dessa conversa foram gravadas em vídeo, com o devido consentimento do seu Amadeu e a conversa na íntegra está gravada em áudio.

⁹⁸ Entrevista gravada em áudio, seu Amadeu, Agrovila D’Vinci, 2015.

espaço para narrar sua própria história de vida ao longo de nossas conversas e de outros encontros.

Imagem 50 – À direita, seu Amadeu; à esquerda, agrovila D’Vinci.



Fonte: O autor, 2015.

Seu Amadeu, como comerciante, gostava de falar em números. Explicou a situação judicial em que se encontrava por não ter aceitado a oferta de indenização, falou também das promessas que recebeu no passado e da desesperança em que se encontrava no presente. Por ter rejeitado a oferta de indenização, seu Amadeu conseguiu receber uma “bolsa-aluguel” por um pouco mais de um ano, o que já havia acabado quando eu o conheci. Sem estudos, teve que lidar com uma justiça que trabalha por meio de letra e de papel. Mesmo com as ameaças de despejo, seu Amadeu afirmava naquele momento que não queria só uma “*casa de morada*”, mas queria um ponto de comércio semelhante ao que tinha, na beira da estrada, onde também pudesse ter uma casa de morada com terreno grande.

Ao rememorar esses dois espaços, o ponto comercial e a casa de morada, seu Amadeu descreve que na vila só o terreno do ponto comercial tinha 130 metros de frente por 100 metros de fundo, um simples jeito de falar de um lote de um pouco mais de um hectare. Foi também nessa terra que passou a cultivar arroz, o que fez por um longo tempo. A casa de morada, com orgulho, seu Amadeu diz que tinha 500 metros de frente com um quintal que chegava ao rio, que de tão grande não sabia exatamente o comprimento de fundo. O orgulho do que tinha era a decepção de não ter mais.

Em julho de 2015, o que havia lhe restado era apenas pagar o aluguel de um pequeno ponto comercial, que no auge da construção de Belo Monte custava dois mil e quinhentos reais por causa da localização à beira da rodovia. Esse ponto era tão pequeno que não havia um banheiro próprio do estabelecimento comercial, que funcionava como mercado de gêneros alimentícios e como bar. Para usar o banheiro, os clientes necessitavam passar pela sala

domestica, pois não cabia um banheiro mais próximo e separado do espaço da casa. Sem medir palavras, seu Amadeu que já tem mais de sessenta anos, fala: “*o lazer que eles me deram foi ficar nesse chiqueiro*”.

Como já mencionado, seu Amadeu conta orgulhoso que fundou a comunidade em 1973. Ele disse que só desocupou o ponto de comércio depois de quase três anos de briga com a empresa responsável pela indenização. Desse momento, seu Amadeu guarda na memória o período de intensas ameaças de despejo, em que mandaram um funcionário com um trator para derrubar seu estabelecimento. Ele não queria sair de onde estava, por considerar que se não resistisse nesse espaço, sua situação poderia ser muito pior. Ele temia ser relocado para um RUC (Reassentamento Urbano Coletivo), construído com as casas padronizadas e com pontos de comércio planejados. Ele queria voltar à vida que recentemente virou parte de seu passado.

O primeiro morador da Transamazônica de Marabá à Altamira foi seu Amadeu, “*não tinha outro, era só dentro da mata eu*”⁹⁹. Ele veio de Belém com 35 anos, casado e fugido, quando era mais novo brigava bastante. É natural de Bujaru, distrito do município de São Domingos do Capim, nordeste paraense, onde acontece o famoso fenômeno natural, a Pororoca, no rio Capim. Quando chegou à região do Xingu, a Transamazônica ainda não havia sido inaugurada, por isso diz ter tido o privilégio de assistir em novembro de 1973 a cerimônia em que o Presidente Médici cortou a castanha no “*pau do presidente*”, como é chamado o memorial feito no local. O que na memória de seu Amadeu aconteceu em 1973, os documentos históricos afirmam ter ocorrido em 1970 (CHAVES, 2007).

Ao investigar a origem dos primeiros morados da agrovila, descubro que seu Amadeu é cunhado do seu Zito e do seu Totó, duas lideranças comunitárias de Santo Antônio, ambos falecidos. Eles faziam parte de uma das primeiras famílias que chegaram navegando pelo rio no lugar que viria a ser a comunidade, segundo narra seu Élio, para também explicitar que naquela época não existia estradas. Nessa perspectiva, talvez seu Amadeu não fosse o primeiro morador da Transamazônica, mas nas andanças que diz ter feito pela mata para chegar à cidade de Altamira, é possível que não tivesse encontrado mais ninguém. De primeiro morador de um perímetro da rodovia ao último da agrovila, ele conta que só saiu de Santo Antônio porque não teve mais para onde fugir.

Assim como outras pessoas que foram impactadas pelas obras de Belo Monte, seu Amadeu se descobriu depressivo. Ou a depressão o descobriu. Não é difícil imaginar esses

⁹⁹ Entrevista gravada em áudio, seu Amadeu, Agrovila D’Vinci, 2015.

casos dado a expectativa muito grande que se cria em torno da obra. Todos tiveram a esperança de ganhar muito dinheiro na indenização, o que foi uma realidade para poucos. Depois que saiu da vila teve que tratar a depressão que adquiriu, mas parou de tomar remédios porque, segundo ele, “*não adiantava tomar e ficar da sala para a cozinha, da cozinha para a sala, se fosse assim, era melhor esperar morrer logo*”. Hoje, ele diz se ver como uma pessoa agoniada, muito diferente da vida que tinha como um comerciante e agricultor. Foi ele quem ensinou seu Beto Baiano a cultivar arroz. Ele pescava nos momentos de lazer.

Foi também seu Amadeu quem narrou parte de uma história desconhecida para muitos sobre Belo Monte. Explicou que os estudos do potencial energético no rio Xingu se iniciaram na década de 1980. Foi nesse período, entre os anos de 1982-83, que seu Amadeu conta que apareceram os primeiros pesquisadores na comunidade. Eles trabalhavam na CNEC, empresa responsável pela elaboração da primeira versão dos estudos ambientais da usina (FEARNSIDE, 2006).

Desde o primeiro contato com os pesquisadores, seu Amadeu sabia que eles estavam fazendo estudos para a instalação da hidrelétrica e já nesse mesmo período alimentou as expectativas de receber uma boa indenização, principalmente por ter alugado um barracão, canoas e barcos de pesca para parte da infraestrutura de pesquisa. Ele era dono de seis lotes de terra. Esclarece que foram onze anos de pesquisa da CNEC na região e que 32 anos depois o projeto de UHE reaparece sob o comando do Consórcio Construtor Belo Monte, que chegaram “*prometendo tudo*”.

Das promessas que fizeram, seu Amadeu descreve inúmeras, dentre essas, uma delas se referia ao tempo de posse da terra na comunidade, o que supostamente lhe garantia uma indenização diferenciada das demais. Além do lote do ponto de comércio ser grande, o lote da casa que ia da margem da Transamazônica às margens do Xingu, deveria garantir uma espécie de dupla indenização, pois poderia ser indenizado como ribeirinho e como comerciante. Infelizmente, para um homem de negócios não ter sua aposta ganha foi frustrante. Os relatos do seu Amadeu são um misto de rancor por ter sido enganado e decepção pela comunidade ter cedido às pressões da Norte Energia. Seu Élio, por exemplo, diz que ouviu de um funcionário da Nesa (Norte Energia S/A) que era “*melhor um pássaro na mão do que dois voando*¹⁰⁰”.

Quando pergunto a seu Amadeu o que ele mais se lembrava da vila, ele responde rápido que não quer lembrar de nada. Mas é no ato de negar essas lembranças que elas surgem forte na memória do velho ancião. Por meio da negação desse passado, ele vai narrando como

¹⁰⁰ Disponível em <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/02/11/vila-e-destruida-e-sem-opcoes-familias-sao-enxotadas-com-indenizacoes-minimas/>>. Acessado em Ago. 2016.

foi criada a agrovila e se colocando como um dos principais protagonistas dessa história invisibilizada da Amazônia oriental. Dentre os detalhes do passado, ele descreveu que a primeira sede construída na vila “*foi feita com varas de açai e coberto de palha, a segunda foi feita tapada de bambu e coberta de cavaco*¹⁰¹, *a terceira foi feita de tapada de tábua e coberta de telha*¹⁰²”.

As narrativas que seu Amadeu relatou, que aconteceram em meados da década de 1980, revelaram as relações de troca típicas da região. Para a construção do campo de futebol, por exemplo, ele afirmou ter doado uma leitoa de trinta quilos para a comunidade pagar o serviço de desmatamento do terreno, feito naquela época por Lourival, que também era morador da vila, que tinha o auxílio de um trator. Para finalização da construção, relembra que pagou o trabalho de nivelamento do chão com dez galinhas.

Dentre outras histórias protagonizadas e narradas por seu Amadeu, há a criação do próprio cemitério da vila. Naquela época, segundo ele, ninguém tinha coragem de assumir a responsabilidade de enterrar alguém em um lugar não apropriado, digamos assim, uma vez que para tal tipo de prática a prefeitura do município deveria regulamentar um local adequado. Por causa de uma morte acidental em um travessão próximo a vila, seu Amadeu afirmou ter colocado para a comunidade este tipo de discussão. A justificativa da criação do cemitério, segundo ele, se deu por causa de uma família muito humilde que não tinha dinheiro para enterrar o corpo do ente querido em Altamira e nem podia arcar com os custos dos preparativos de sepultamento.

Ao observar esta situação, seu Amadeu julgou ser melhor enterrar o corpo na própria vila, em um lote que não estava ocupado. Muitos não concordaram com a ideia, segundo ele, porque não havia qualquer terreno que fosse regularizado para este tipo de prática social. Mesmo contrariada, a família concordou com a proposta contando somente com a palavra de S. Amadeu, que se responsabilizou pelo caso. Por meio da fundação do próprio cemitério foi gerada certa independência da comunidade em relação às políticas públicas, que não atendiam aquelas pessoas, já que não tinham apoio do município de Vitória do Xingu. Em média foram mais ou menos 40 sepultamentos na vila, e desses, pelo ao menos 30 seu Amadeu diz ter participado do enterro.

¹⁰¹ Pedaco ou lasca de lenha. Disponível em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa <<http://www.priberam.pt/dlpo/cavaco>> Acessado em Ago. 2016.

¹⁰² Entrevista gravada em áudio, 2016.

Imagem 51 – Ruínas de Santo Antônio #7



Fonte: O autor, 2016.

3.3 O não-cartografável

Quando nos damos ao trabalho de reconstruir as vias de transmissão de conhecimentos socialmente compartilhados, descobrimos uma articulação específica, com fins mnemônicos e expressivos, entre um certo tipo de imagem e certas categorias linguísticas. Em muitos casos, essa articulação se realiza por meio de “lugares e práticas da memória”, os quais é preciso identificar e descrever etnograficamente. (FAUSTO; SEVERI, 2016)

É a partir da busca por marcas georreferenciadas que prosseguimos no mergulho dos atravessamentos entre a memória, fotografia, cultura e arte. Para o campo das Artes Visuais, a fotografia em seus múltiplos significados, abre-nos para o “imagine – ou, antes, sinta, intua”, pois se constitui enquanto “convites inesgotáveis à dedução, à especulação e à fantasia” (SONTAG, 2004, p. 33). Quando nos deparemos com fotografias que nunca existiram ou que se perderam nos inúmeros deslocamentos, estamos metaforicamente a falar das imagens da memória que surgem sempre ao serem requisitadas – a essas dedico uma atenção especial.

No texto de introdução do livro *Palavras em imagens: Escritas, corpos e memórias* de Carlos Fausto e Carlo Severi (2016), os autores refletem sobre a importância de nos voltar “consistentemente para o estudo de culturas fundadas tanto no gesto ritual e na imagem, quanto no exercício da palavra” (FAUSTO; SEVERI, 2016). Imbricado ao exercício da

palavra está a onipresença da oralidade, das histórias que resistem ao ofuscamento da História e da memória oficial (POLLAK, 1989). Estamos a falar da história oral, como recurso metodológico, uma vez que “busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15).

Os lugares e as práticas da memória na Amazônia estão espalhados e hibridizados em diferentes paisagens, sejam essas caracterizadas pela presença da floresta tropical, dos campos, dos serrados ou das savanas amazônicas. A ocupação milenar indígena realizada em tantos biomas compõe a diversidade cultural da região, o que vêm passando por constante degradação após o contato com o colonizador, aquele que fora visto como “branco”.

No século XX, em especial, surgem os primeiros projetos de grande porte na Amazônia, cujo objetivo central seria promover a colonização efetiva da região. Os militares ocuparam as florestas e os rios, abrindo caminho para o que seriam as futuras rodovias e hidrovias. Os mais velhos, como dona Antônia Melo¹⁰³, em Altamira, narra que para abrir estradas, os militares explodiram bombas, que também serviam ao propósito de afastar os índios não contactados. Muitos morreram. A conexão por terra com outras regiões do país intensificou a gradação da paisagem amazônica, o que abriu margem para novas construções da modernidade. É neste período que surgem as primeiras grandes edificações.

Como já dito anteriormente, na década de 1970 foi inaugurada a rodovia Transamazônica em Altamira e, a partir dela, surgem as primeiras casas planejadas pelo Inbra, as primeiras agrovilas, agrópolis e até rurópolis. Dentre esses espaços, alguns foram erguidos como símbolos da modernidade, como o hotel abandonado retratado na obra de Romy (ver Imagem 45). O abandono de casas e do próprio hotel caracteriza os fracassos do projeto de modernidade previsto para a região, constituindo as ruínas da modernidade (DALCOL, 2015).

Diversos processos identitários que se consolidaram ao longo do tempo na região. Isto reflete tanto nas casas construídas pelos militares, que ao serem ocupadas pelas populações locais e pelos imigrantes, se transformam e aderem à personalidade local, quanto nas agrovilas e nos outros tantos espaços que foram ocupados ao longo do tempo. É a vegetação que resiste e que reconfigura esses lugares, compondo assim novos pontos cartográficos e paradoxalmente um “não-cartografável” que só se torna evidente quando rememoradas na memória da população local.

¹⁰³ Melo faz parte do Movimento Xingu Vivo para Sempre e do Movimento de Mulheres da Transamazônica. Entrevista gravada em áudio.

Só podemos falar da autenticidade moderna das ruínas se olharmos para a ruína, estética e politicamente, como uma cifra arquitetônica das dúvidas temporais e espaciais que a modernidade sempre teve sobre si mesma. *Na ruína, a história aparece espacializada, e o espaço construído, temporalizado.* Um imaginário das ruínas é central para qualquer teoria da modernidade que queira ser mais que o triunfalismo do progresso e da democratização, ou a saudade de um poder passado de grandiosidade. (HUYSEN, 2014, p. 99, grifo nosso)

Imagem 52 – Três castanheiras ao redor da Transamazônica.



Fonte: O autor, 2016.

As castanheiras fazem parte da preciosidade da região, tanto pelo alto valor de comercial da castanha do Pará, quanto pela riqueza nutricional que proporciona para as famílias que a cultivam. Além disso, está diretamente relacionada às memórias da população local por ser uma árvore nativa frondosa, que georeferencia lugares. Durante a pesquisa de campo, a filha de seu Élio, Nega, me disse que antes de sua família se mudar para a vila Santo Antônio, eles moravam no quilômetro 45, onde ficam as castanheiras plantadas por seu avô. Nessa situação, as castanheiras eram um ponto de referência, que situa a antiga casa na geografia da região ao mesmo tempo em que evidenciam memórias. Seu Élio recorda que o sogro encontrou um ouriço de castanha germinado “perdido” dentro da mata. As crianças, como Élio se refere aos filhos, eram pequenas nessa época. As árvores plantadas agora estão grandes na frente à casa abandonada. Foi Nega quem me atentou às árvores, por causa dela, busquei observar as castanheiras ao longo da rodovia, imaginando as histórias que haviam com elas.

No desmatamento que rodeia as agrovilas e que as comprimem, nos pastos descampados, as castanheiras são as únicas que restam. Com a coloração marrom escura, quase beirando a cor preta, elas se erguem sobre seus troncos estreitos e compridos, formando uma copa da árvore semelhante aos pulmões humanos. Até ir para a região do Xingu, eu não sabia reconhecer uma castanheira e, nas andanças que fiz, com a ajuda os olhos sensíveis de Élio, consegui finalmente as observar. Foi nesse momento que me deparei com um “não-cartografável”, no sentido de entender que as memórias da região estão em constante fluxo e deslocamento e que, além disto, os projetos de modernidade sempre destroem memórias quando derrubam uma árvore.

Os guardiões dessas memórias estão cada vez mais espalhados no mundo, se reunindo nas margens das grandes obras executadas na região. Muitas memórias hoje estão presentes em quem veio de longe, imigrantes, cada vez menos presentes na região, por não terem mais espaço na própria história que ajudaram a “escrever”. Os remanescentes no rio Xingu e na Transamazônica continuam a se deslocar e a procurar outros lugares em que possam se encaixar, pois as beiras de rio e de estrada se tornaram a cada dia mais escassas. O grande latifúndio está tomando conta da terra e as barragens estão matando os rios. As pessoas viraram andarilhos.

Nos trânsitos e fluxos, encontramos uma linguagem comum, a palavra compartilhada. Os quilômetros das rodovias servem de parâmetro e se estabelecem enquanto condição de sobrevivência para o homem que também precisa se modernizar para sobreviver no contexto de intensas transformações. Foi assim que aprendi a me guiar pela quilometragem, quando possível, e observar a estrada não como uma flâneur (BENJAMIN, 2000), mas de modo atento. Aprendi a me guiar pelas árvores, especialmente pelas castanheiras que de tão altas podem ser vistas de longe.

Nas convivências diárias que tive com Élio, percebi que existia algo para além dos marcos e pontos que buscava cartografar, algo que pode ser definido como memória, mas que é negada ou guardada em segredo – uma tangência que a pesquisa etnográfica não consegue alcançar, que aqui trato como não-cartografável. Élio sempre dizia que “*coração dos outros é terra que ninguém chega perto*”¹⁰⁴. As memórias inundadas ganham mais sentido quando a

¹⁰⁴ Essa frase ficou marcada em mim por causa de dois motivos: um foi o texto da Janaína Torres publicado sobre o Élio no blog *Sim dos Horizontes* <<https://simdos horizontes.wordpress.com/page/2/>>; o outro motivo é que ele me falou exatamente essa frase uma vez em quando voltávamos cansados de uma viagem, sentados no ônibus, para a agrovila onde morava. Foi uma conversa muito interessante porque Élio queria saber como era morar em uma cidade grande.

convivência no rio gera memórias que para serem compartilhadas exigem certa vivência ou proximidade com modos de vida que hoje não podem mais ser alcançadas.

Na sexta, acompanhei o seu Élio até o lago, o lugar mais próximo para pescar, e que com o tempo descobri ser um dos principais, se não o principal, motivo para que ele escolhesse vir morar no 23. <<a pesca>> Élio não vive sem pescar, é o que aprendeu a fazer depois que veio tentar a vida aqui. Ao mesmo tempo, descobro ou percebo pontos implícitos nas conversas que tenho com ele, talvez algo que não possa ser cartografado porque está numa intimidade resguardada. A falta de canoa limita a pesca, que já é limitada pela diversidade do próprio lago. Ele disse o “acará” é a espécie mais típica aqui. (Diário de campo, sem data, 2016)

Élio tem uma enorme vontade de aprender a ler e a escrever. Nos últimos tempos, ele descobriu que gosta de pensar em certas palavras e em frases que gostaria de gravar: poemas recitados. Apesar do incentivo que tem dos familiares e amigos, ele não se vê sentado em uma cadeira escolar. Como não sabe escrever, usa o próprio celular para gravar vídeos em que recita “*palavras (...) para recordar*¹⁰⁵”.

Imagem 53 – Poesia de Élio



Fonte: Élio Alves da Silva¹⁰⁶.

*Sou um pescador sem rio,
Pescador que sonha,
Pescador que luta,
Pescador que pensa um dia realizar um sonho...
Sonho de voltar a pescar,
Sonho de voltar a viver,
Sonho de voltar a sorrir,
porque tudo isso eu perdi.
Perdi para dar lugar a um monstro...
se chama Belo Monte.
Coisa que apareceu do nada,
Coisa que apareceu para destruir vidas,
Coisa que apareceu pra matar pessoas.
Coisa que o governo fala que é progresso.
Para nós pescadores, isso não é progresso,
isso é destruição.
Destrói vidas, destrói sonhos,
Destrói tudo!
Eu como pescador...
Tô aqui falando essas palavras,
Às vezes pra desabafar,
às vezes pra não chorar.
E às vezes até pra se alimentar.
Alimentar de esperança de que um dia,
esse sonho vai se realizar. (...)*

Élio Alves da Silva, sem data.

A Amazônia é composta por uma paisagem que têm em comum o rio e a floresta tropical, compondo assim uma “geografia das águas” – termo utilizado por Ana Pizarro

¹⁰⁵ Trecho retirado do poema que cito logo a seguir.

¹⁰⁶ Frame do vídeo que o próprio Élio gravou para recitar seu poema.

(2012) para designar o território que se desdobra pelos cursos dos rios, igarapés, manguezais e lagos. Foi nessa paisagem que Élio escolheu viver e dela ele não consegue mais sair. Desde que chegou à região na década de 1970, voltou uma vez para sua terra natal, Espírito Santo, onde não conseguiu ficar mais de seis meses.

Foi no encontro com o rio que Élio tirou seu sustento e sua alegria. Assim, nas conversas e nos silêncios, Élio me presenteou com suas imagens não-cartografáveis, suas *memórias inundadas*, imagens de um coração que adotou a Amazônia como um lugar afetivo. É nessa região que descobri uma infinidade de subjetividades que ali foram cultivadas no aprendizado constante com o rio e com a natureza de modo geral.

Imagem 54 – Ruínas de Santo Antônio #8



Fonte: O autor, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em extensão territorial, a Amazônia é composta por oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana e Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela), países que têm em comum a presença do rio e da floresta tropical. Como já mencionado, este território desagua “em uma infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas, que quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo” (PIZARRO, 2012, p. 18).

Inúmeros conflitos permearam a longa trajetória de dominação deste vasto território. Apesar de ter sido umas das primeiras regiões a se modernizar durante o período da borracha no Brasil, entre os anos de 1879 e 1912, até início do século XX a Amazônia não tinha grande visibilidade nos estudos culturais e não havia grandes interesses de integração da região ao restante do país (PIZARRO, 2012). A Amazônia tal como vista hoje surge do processo de construção simbólica iniciada na primeira metade do século XX, avançou rumo à modernização planejada pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) e se concretizou durante o regime militar (1964-1985), o que repercute nos dias atuais.

Todos os lugares carregam consigo as cicatrizes do passado. Porém, na Amazônia, as marcas da história têm um peso mais presente. Nas vastas extensões do Norte brasileiro, o moderno e o tradicional não são domínios estáticos e distintos. Ao contrário, coexistem como dinâmicas e entremeadas facetas da mesma realidade, em permanente transformação. As escolhas que se impõem e os ritmos que definem o cotidiano, de ricos e pobres, são profundamente moldados pelo constante encontro entre passado e presente. (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 31)

A partir do pensamento de ocupação da Amazônia, surgem, na ditadura militar, os primeiros projetos de modernização influenciados pelos discursos oficiais publicados em revistas governamentais do Estado Novo (ANDRADE, 2010). Os textos além de servir ao governo como propagandas e incentivar a imigração para a região, também reforçavam o imaginário de “lugar vazio”. Daí surge a hipótese de que além da disputa pela dominação do território amazônico, ocorria já nas primeiras décadas do século XX, uma disputa pela consolidação de uma memória oficial da região, o que invisibilizou as memórias das populações que já habitavam diferentes localidades nas beiradas de rios, ignoradas no processo de ocupação do espaço “vazio”.

Os recentes conflitos geopolíticos na Amazônia vão desde a execução de projetos estatais, chamados de “grandes projetos” de integração nacional e de infraestrutura, – os hidrelétricos, mineração, construção de grandes rodovias, portos, estrada de ferro, – até a grilagem de terra por parte de grandes latifundiários. Desse modo, pessoas perdem seus territórios, pois interesses econômicos prevalecem sobre os sociais, gerando também perda de

identidades, do saber local e apagamento da história do outro da região. Por isso, a relevância de estudos que contemplem outra visão sobre a Amazônia, mais próxima das populações que vivem à margem da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, o Governo Federal a partir da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “continua a privilegiar projetos de construção de estradas que expandem as fronteiras agrícola e pecuária, impelindo-as florestas adentro, e projetos hidrelétricos que inundam as terras dos povos tradicionais” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 33). A julgar que são as menos favorecidas com esses projetos, as populações nativas negam a identidade nacional imposta para a região, uma vez que é calcada no desenvolvimentismo econômico.

Por trás do discurso desenvolvimentista, muitas populações foram afetadas socialmente com a ideia de “lugar vazio” atribuída à região como um todo, pois “integração e desenvolvimento significam, na verdade, submissão da terra e do homem às determinações do agente externo” (PINTO, 2012b, p. 26). Essas pessoas foram eximidas do domínio sobre o próprio território, o que afetou não somente comunidades de ocupação “tradicional”, como também os indígenas de ocupação milenar.

O início da desconstrução da imagem de lugar demograficamente vazio se dar tardiamente, basicamente após a década de 1970. Os estudos recentes de ecologia afirmam que a biodiversidade da terra e dos rios somente foi possível devido à intervenção do homem no meio-ambiente. Ao contrário do pensamento antropológico evolucionista, muito discutido e reforçado nos textos de Euclides da Cunha ([1909]2000), “boa porção da cobertura vegetal da Amazônia é o resultado de milênios de manipulação humana” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 326).

Os grupos amazônicos tiveram contato com as migrações de povos pré-incaicos, que desceram dos altos dos Andes e ocuparam os bosques e as vertentes orientais andinas. Posteriormente, os incas penetraram na região, promovendo mudanças na localização das populações da área. Os grupos amazônicos eram sociedades ribeirinhas, sociedades cujos horizontes e formas de vida eram os rios. Todos eles deram origem a esse habitante Outro da região amazônica, dizimado pela guerra, cativo, trabalho escravo e enfermidades. (PIZARRO, 2012, p. 32)

Os primeiros relatos e estudos sobre a região amazônica datam o século XVI, elaborados em sua maioria durante as viagens de navegação. Essas crônicas retratavam paisagens e os costumes de indígenas por meio do olhar do colonizador, naturalistas portugueses e espanhóis, que narravam as aventuras e as desventuras ocorridas ao longo de grandes rios (SOUZA, 2015). “*O que havia sido construído em pouco menos de 10.000 anos*

foi aniquilado em menos de 100 anos, soterrado em pouco mais de 250 e negado em quase meio milênio de terror e morte” (SOUZA, 2015, p. 37, grifo nosso).

Durante o firmamento da colonização portuguesa, o território brasileiro fora visto como um paraíso natural cuja missão no planeta seria servir aos interesses dos colonizadores, fundamentado na teologia cristão/católico, o que se tornou estratégico para garantir o domínio sobre o território. A colonização da Amazônia aconteceu sob esse mesmo prisma, com a exploração de recursos naturais vistos como infindáveis, o que se firmou no imaginário construído pelos europeus como a “terra de ninguém”.

A Amazônia fora entendida até meados da primeira metade do século XX “como um meio hostil à civilização, de ocupação recente, demograficamente rarefeito, sociologicamente rudimentar e culturalmente tributário de áreas mais avançadas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 321). Essa perspectiva foi reforçada pelos discursos oficiais escritos por intelectuais durante o Estado Novo, período conhecido pelo autoritarismo e centralidade política da era Vargas (ANDRADE, 2010).

No final do século XIX, período marcado pela exploração da borracha, ocorre demasiada imigração para a Amazônia. Com a chegada de muitas pessoas vindas do Nordeste para o Norte, a figura do imigrante se destaca ao passo que se diferencia do nativo, visto como o caboclo, quem seria natural da região, nascido da mistura entre indígenas, portugueses e negros, “testemunha e sujeito de uma memória e identidade residual... sempre... em movimento” (NUGENT apud RODRIGUES, 1993, p. 146).

O nativo, sendo ele indígena ou caboclo, sempre foi invisível aos olhos de quem exerce o poder hegemônico. Entre as décadas de 1960 e 1970, o slogan da Ditadura militar “terras sem homens para homens sem terra” continuou a vigorar sobre as populações nativas e a legitimar o mesmo discurso de “lugar vazio” propagado pelos primeiros colonizadores. Apesar de tanto o imigrante quanto o caboclo serem fundamentais na história social da região, pouco se sabe sobre suas memórias e histórias, pois foram apagadas ao longo do processo de colonização. Problematiza-se, portanto, a ausência desses discursos outros e o silenciamento de muitas vozes na Amazônia.

Como vozes silenciadas, entende-se não somente as vozes dos caboclos e dos indígenas, dado fato que também se inclui as vozes dos imigrantes nordestinos, em sua maioria, como os soldados da borracha, pois ao serem atraídos por melhores expectativas de vida, também foram invisibilizados na história em que foram protagonistas. Os projetos colonialistas de modernização continuaram colocando-os na condição de mão-de-obra barata, sem condições mínimas ao acesso à educação, saúde e lazer. A região amazônica, mesmo com

toda produção de riqueza de recursos naturais, tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

Essa formidável corrente humana migrantista se inscreve dentro do quadro da extraordinária expansão e mobilidade da população brasileira, facilmente seduzida e arrastada no passado pela mística da fortuna, da lenda e da riqueza fácil, na pista do boi, na rota das bandeiras, no garimpo de ouro e diamante, na onda verde do café, no rush da seringa e, no presente, pela euforia dos grandes projetos de mineração no Pará, pelo fascínio de Serra Pelada, das minas de cassiterita em Rondônia e Pitinga, na corrida às terras para implantação de fazendas de gado e às madeiras para exploração, ao longo dos eixos rodoviários da Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco e Cuiabá-Santarém e na atual corrida para plantação de soja no novo corredor e frente agrícola da Chapada dos Parecis, campo de Puciari, em Humaitá, sul do Pará, Tocantins e Maranhão. (BENCHIMOL, 2009, p. 155)

As narrativas se esvaem na Amazônia por ser uma das principais regiões que se formou conceitualmente por estudos, pesquisas, relatos, olhares de quem é de fora, de quem escreveu a história da região, por quem não viveu a experiência do lugar como habitante, mas esteve de passagem para a transformar isso em informação, não em narrativa. Silenciam-se as narrativas dos povos nativos na medida em que os narradores se extinguem e que suas histórias não são reverberadas, mas, minimizadas, ofuscadas e até apagadas.

A imensa dificuldade para reconstruir o passado dos povos da Amazônia não significa que se trata de uma terra onde a história foi inaugurada com a chegada dos europeus. Do ponto de vista epistemológico, as dificuldades da historiografia amazônica são exatamente iguais às de quaisquer outras aéreas do planeta, mas o forte tropismo da historiografia ocidental e suas regras centradas no documento escrito só recentemente passaram a ser contestados, permitindo que um conjunto soterrado de material pudesse ser apreciado como fonte primária. (SOUZA, 2001, p. 25).

A história da Vila Santo Antônio nunca foi não escrita, mas falada e gesticulada. Não tive o objetivo de recompor toda sua história, pois busquei fios de memória que compõem a história do outro na Amazônia, aquele que historicamente foi invisibilizado. Justifica-se com isso a investigação por meio da incessante busca por imagens do outro, presentes nas fotografias e nas narrativas que rememoram o passado, uma vez que “há um visível que não produz imagem, há imagens que estão todas em palavras” (RANCIÈRE, 2012, p. 16).

Estudos que priorizem os discursos silenciados têm suma importância para dar ênfase às diversas histórias, ao saber local que habita as fissuras da história do desenvolvimento econômico nacional, dita como oficial e prevalecente na sociedade. Este foi um dos objetivos. Com isso, visibilizaram-se diversas histórias compostas por quem sofreu com os impactos socioambientais provocados pela construção de uma hidrelétrica, uma vez que “a experiência não consiste precisamente com acontecimentos fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados, frequentemente de forma inconsciente, que afluem à memória” (BENJAMIN, 2000, p. 34).

As questões em torno da memória e da paisagem discutida pelo ponto de vista da fotografia e dos relatos orais enfatizaram que as imagens visuais representam tudo o que já se não pode traduzir-se em palavras, e vice-versa, as palavras traduzem tudo o que não pode se tornar visível nas imagens. De acordo com Hans Belting (2011, p. 12) “embora possa ser longa a cadeia dos elementos intermédios que os separam ou ligam, imagem e signo ou palavra continuam ainda a ser os pilares em tudo o que queremos compreender acerca do mundo”.

Ao conectar estudos de diferentes campos, como da arte, cultura, antropologia e sociologia, esta pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre o lugar da arte (GEERTZ, 2014) e a função do artista (CANCLINI, 2011) – mesmo que este não seja o foco principal do trabalho. Entende-se, para isto, que a “estudar arte é explorar uma sensibilidade” que isto “é essencialmente uma formação coletiva” (GEERTZ, 2014, p. 103). As incursões em campo me proporcionaram vivenciar, dentre outras coisas, a experiência de artista enquanto etnógrafa (FOSTER, 1996). Assim, segui *em busca* de um *objeto transversal*, como discutido por Néstor Garcia Canclini (2012, p. 44):

Na confrontação com a sociedade, e com o que as ciências sociais revelam dela, a estética sobrevive não como um campo normativo, mas como um âmbito aberto em que buscamos *formas* não separadas radicalmente de todo tipo de função; representações mais interessadas no conhecimento – inclusive do que não existe – do que na verdade; experiências despreocupadas por algum tipo de transcendência e interessadas em abrir possibilidades em um mundo sem normas preestabelecidas.

Encontro na Amazônia um lugar de experiência (MANESCHY, 2013). Pensar na arte no contexto amazônico é refletir sobre esse lugar com o fim de mergulhar nas águas que afluem subjetividades que elucidam não somente um modo de viver, mas também uma poética do imaginário (PAES LOUREIRO, 2013), memórias sociais e processos identitários, pelo qual a própria arte e a cultura podem ser estudadas. A escolha por desvelar a história do outro na Amazônia apresentou o contemporâneo da região, aquele que “mantém fixo o olhar no seu tempo, para que nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros” (AGAMBEN, 2009, p. 62).

Dependendo do rio e da floresta para quase tudo, o homem usufrui desses bens, mas, também, os transfigura. Essa mesma dimensão transfiguradora preside as trocas e traduções simbólicas da cultura, sob as estimulações de um imaginário impregnado da viscosidade espermática e fecunda da dimensão estética entendida como percepção produto de uma relação contemplativa que vê na aparência um momento essencial da essência no ato de se entregar ao prazer cotidiano dessa contemplação. (PAES LOUREIRO, 2013, p. 139-140)

Por fim, o *território da perda*, título desta dissertação, sintetiza a culminação dos diferentes agenciamentos cartografados, que surgem a partir das perdas causadas por Belo

Monte neste vasto território. Neste percurso investigativo, pude compor este trabalho a partir de atravessamentos entre diferentes campos, como já mencionado, os quais me guiaram por um caminho repleto de descobertas.

As duas pesquisas de campo realizadas, sendo a primeira em julho de 2015, quando passei vinte dias na região, e a segunda realizada entre os meses de março, abril e maio, totalizando um período de 45 dias em campo, me proporcionaram mergulhar profundamente na realidade estudada. Nas duas pesquisas de campo, optei por manter minha estadia na agrovila Vale Piauiense, na casa de seu Élio, que foi o informante-chave desta pesquisa, a fim de vivência os deslocamentos feitos da região. Nesses percursos, a cidade de Altamira, que é o maior centro urbano da região, acaba sendo também o centro dos deslocamentos, por onde passamos constantemente sempre para ir a um lugar e outro.

Das famílias que visitei, em diferentes localidades, optei por não apresentar todas neste trabalho, fazendo um recorte de pesquisa que privilegia os moradores mais antigos, que acompanharam diversos processos na história da agrovila, guardiões da memória da comunidade. Essas famílias, além de mais antigas, são compostas por matriarcas e patriarcas mais velhos, o que as diferenciam das muitas outras famílias que surgiram a partir dessas – famílias expandidas. Obviamente, havia outras famílias que não surgiram tendo como base as famílias apresentadas, mas devido às dificuldades de deslocamento na região, optei por manter um maior contato com as famílias que já conhecia, considerando que duas dessas tinham álbuns de família.

Ao longo desse processo de investigação, as reflexões apresentadas também compõem o que defino como meu mapa-processo enquanto artista. E disto resulta a série de fotografias espalhadas pelo trabalho, *Ruínas de Santo Antônio #1, #2, #3, #4, #5, #6, #7 e #8*, meio pelo qual me vejo inserida em um contexto que me permitiu realizar experimentações fotográficas, ao me deparar com as ruínas de Santo Antônio. Não foi objetivado discutir o meu próprio processo, pois gostaria de mergulhar e entender a realidade estudada em conjunto com os objetivos propostos. Dentre os objetivos alcançados, foram apontados os deslocamentos feitos pelas antigas famílias, com o fim de compreender os fluxos imigratórios na região. As fotografias de álbuns de famílias apresentadas são parte de um recorte de pesquisa, na qual mostro as fotografias que mais me instigaram. Assim, esta dissertação atinge seu objetivo geral: analisar interfaces entre a fotografia de álbuns de família e a memória social dos moradores de Santo Antônio.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó,SP: Argos, 2009.

_____. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALARCON, Daniela Fernandes; TORRES, Mauricio. **“Não tem essa lei no mundo, rapaz!”:** a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri. São Paulo: Instituto Socioambiental; Altamira: Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio/ago. 2010.

ARBEX JR, José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações.** Campinas: Unicamp, 2009.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade.** Maceió: EDUFAL; UNESP, 2010.

_____. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** São Paulo: Papyrus/Travessia do Século, 2002.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura.** São Paulo: Paulus, 2014.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural.** 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BELTING, Hans. **A verdadeira imagem entre a fé e a suspeita das imagens: cenários históricos.** Porto: Dafne Editora, 2011.

_____. **Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem.** Trad. Arthur Morão. Lisboa: KKYM, 2014.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Primeira versão, 1955. Disponível em <http://www.mariosantiago.net/Textos%20em%20PDF/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A modernidade e os modernos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Maria Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 26, p. 31-38, jun. 2006. Tradução: Fábila Berlatto e Bruna Gisi.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf>. Acesso em: abril. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório da Missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em relação à população atingida pela implementação da UHE Belo Monte**. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/relatorio-missao-belo-monte-cndh.pdf> Acesso em: maio 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Florianópolis: Edusc, 2004.

BRUM, Eliane. **Vítimas de uma guerra amazônica**. El país – Brasil. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: jun. 2016.

_____. **Belo Monte: a anatomia de um etnocídio**. El país – Brasil. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>. Acesso em: jul. 2016.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAVES, Ernani. Na estrada da vida: A transa-amazônica de Paula Sampaio. **Cinética**, v. 1, p. 16, 2007. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/ernani_chaves.htm>. Acesso em: jun. 2015.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. (Coleção Brasil 500 anos). Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

COELHO, Letícia Castilhos. A paisagem na fotografia, os rastros da memória nas imagens. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2009, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: [s.n.], 2009.

COLLIER, John Jr; COLLIER, Malcolm. **Visual Anthropology: Photography as a Research Method**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986.

DALCOL, Francisco. Ruínas da modernidade e utopias fracassadas: a fotografia de Romy Pocztaruk. **Revista-Valise**, Porto Alegre, ano 5, v. 5, n. 10, dez. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iuminuras**. v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: maio 2016.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. A trajetória histórica do processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2016.

FAUSTO, Carlos; SEVERI, Carlo. Introdução: De imagens e palavras. In: **PALAVRAS em imagens: Escritas, corpos e memórias**. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/1292>>. Acesso em: mar. 2016.

FEARNSIDE, P. M. 2006. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. **Environmental Management**, v. 1, n. 38. Título em português: Belo Monte e o desenvolvimento hidrelétrico da bacia do rio Xingu. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/Belo%20Monte%20dec%20making-port-2.pdf>

FLUSSER, Vílem. **A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOSTER, Hall. O artista enquanto etnógrafo. In: _____. **The return of the real: the avant-gard at the end of the century**. Tradução Alexandre Sá. London: The MIT Press, 1996. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/167577330/Hal-Foster-O-Artista-Enquanto-Etnografo>>. Acesso em: jun. 2016.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Regina Souza. A interação no jornal. In: OLIVEIRA, A. C. de (Ed.) **As interações sensíveis: ensaios de sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski**. São Paulo: CPS e Estação das Letras e das Cores, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James 2000. Mais além da “cultura”: Espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogero_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Laura Pozzana de. Cartografar é acompanhar processos. In: _____; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEÃO, Ana Cláudia. Sobre imagens e esquecimento. In: FILHO, Mariano Klautau (Org.). **Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia: Brasil Brasis**. Belém: Diário do Pará, 2010a. Disponível em: <<http://www.diariocontemporaneo.com.br/wp-content/uploads/2010/12/catalogoPremio2010.pdf>>. Acesso em: Ago. 2015.

_____. As Imagens Suspensas. **Revista Lumen et Virtus**, v. 1, n. 2, maio 2010b.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. A epifania dos pobres da terra. In MAMMÌ, L.; SCHWARCZ, L. M. **8x fotografia: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAUD, Ana Maria. Fotografia e família no Brasil Oitocentista. In: RICHARD GONÇALVES, André (Org.). **Álbuns de família: a história e a memória entre os fios luminosos da luminosos da fotografia**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

MANESCHY, Orlando Franco. **Amazônia, lugar de experiência**. Belém: Ed. UFPA, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MORAES, Rafael Castanheira Pedroso de. Rupturas na fotografia documental brasileira: Claudia Andujar e a poética do (in)visível. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 10, n. 16, p. 53-84, jan./jun. 2014.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. (2012). Materiais para campanha. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/x23/?p=3203>>. Acesso em: abr. 2016.

NASCIMENTO, Sabrina. **Entrevista da vez: Antônia Melo, liderança do Movimento Xingu Vivo para Sempre**. 2016. Disponível em: <<http://www.revistadr.com.br/posts/antonia-melo-lideranca-do-movimento-xingu-vivo-para-sempre>>. Acesso em: maio 2016.

NASCIMENTO, Hugo. Novo Repartimento. In: PROJETO Warzone: Terra do Meio, 2011. Disponível em: <<http://laboratoriodecartogr.wix.com/warzoneterradomeio#!novo-repartimento/c2bl>>. Acesso em: jun. 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. N. 10, 1993.

NORTE ENERGIA. UHE Belo Monte / CADERNO DE PREÇOS BENFEITORIAS REPRODUTIVAS (Produções Vegetais). Maio de 2013. Disponível em: <http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/anexos/File/BeloMonte/Cadernos%20de%20Pre%C3%A7os/Urbano/NORTE%20ENERGIA_Caderno%20de%20Pre%C3%A7os_RURAL&URBANO_BENFEITORIAS%20REPRODUTIVAS.pdf>. Acesso em: maio 2016.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. Códigos do imaginário amazônico. In: MANESCHY, Orlando Franco. **Amazônia, lugar de experiência**. Belém: Ed. UFPA, 2013.

PEIXOTO, Luana Beatriz de Lima. Em busca do Cari Zebra, a paisagem roubada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 5., 2015, Londrina. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2., 2015. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. Um mundo em criação (e destruição). In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL. **Plano de Valorização do Patrimônio**. Volume III – Tomo 2 – Item 07 a 09/VOL III. Versão Final, Set/2011. Disponível em <<http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/>> Acessado em Jun. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: jul. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n.2, p. 107-117, jul./set. 1995.

ROCHA, Gabriel dos Santos Cruz. **Desvio de rios para a construção de barragens**. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária, São Paulo, 2006.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Ocupação Planejada da Terra na região de integração do Xingu: da colonização oficial aos assentamentos rurais. **Revista Movendo Ideias**, v. 15, n. 1. jan./jul. 2010.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

SAMPAIO, Paula. **O lago do esquecimento**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://paulasampaio.com.br/wp-content/uploads/2013/10/lago-do-esquecimento.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Embarque**. Belém: Fundação Rômulo Maiorana, 2013a. Disponível em: <http://www.frmaiorana.org.br/wp-content/themes/frmaiorana/files/edicoes_especiais/2014/embarque.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, ano 23, v. 13, n. 2, p. 107-131, jul./dez. 2004.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v. 4 n. 2, jun. 2008.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf> Acesso em: mar. 2015.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. 2 ed. São Paulo: Agir, 2001.

_____. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

STEIL, Carlos Alberto. Religião e natureza no horizonte de uma antropologia da paisagem. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 24., 2008, Porto Seguro. **Anais...** Brasília: ABA, 2008.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios comunitárias na Transamazônica**: desafios da comunicação comunitária em regiões de mediação periférica. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TORRES, Mauricio. O escriba e o narrador: A memória e a luta pela terra dos ribeirinhos do Alto Tapajós. **Tempo Social**, v. 26, p. 233-257, 2014.

TUBINO, Najar. Belo Monte: modelo para aniquilar os povos tradicionais. **Carta Maior**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Belo-Monte-modelo-para-aniquilar-os-povos-tradicionais/3/34104>>. Acesso em: nov. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VOZES do Xingu: Élio Alves da Silva. Direção: Movimento Xingu Vivo para Sempre. Produção: Amazon Wacht. Altamira/PA, 2013. 8min14s. Som, color, formato digital. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ff0GWoddUxU>>. Acesso em: maio 2016.

WOLFF, F. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, A. (org). **Muito além do espetáculo**. São Paulo: EdSenac, 2005.